

Maio de 2026

Caminhos da Gestão Socioambiental

no Instituto Chico Mendes



EXPEDIENTE

República Federativa do Brasil
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Presidente do ICMBio

Mauro Oliveira Pires

Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs (DISAT)

Kátia Torres Ribeiro

Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM)

Sérgio Fernandes Freitas

Coordenação de Educação Ambiental e Formação Cidadã (COEDU)

Alex Bernal

Cooperação Técnica

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Esta publicação foi elaborada com apoio do projeto "Territórios Vivos (Agenda 2030: Não deixar ninguém para trás)", implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e pelo Ministério Público Federal (MPF) com recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caminhos da gestão socioambiental no Instituto Chico Mendes [livro eletrônico] / organizadores Alex Bernal, Mariele Borro Mucciatto. -- Brasília, DF : Instituto Chico Mendes - ICMBio, 2026.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5693-224-8

1. Biodiversidade - Conservação 2. Desenvolvimento - Aspectos ambientais
3. Gerenciamento socioambiental 4. Instituto Biológico de São Paulo - História 5. Sustentabilidade ambiental 6. Projetos socioambientais 7. Unidades de conservação I. Bernal, Alex. II. Mucciatto, Mariele Borro.

26-357669.0

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Instituto Chico Mendes : Gestão Socioambiental
304.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ORGANIZAÇÃO

Comitê Editorial

Alessandra Fontana – ACADEBIO/ICMBio
Alex Bernal – COEDU/ICMBio
Anna Karina Araujo Soares – CNPT/ICMBio
Caio Vinicius Almeida Barreto de Souza – COEDU/ICMBio
Daniel Castro – APA Delta do Parnaíba/ICMBio
Debora Leite Rodrigues do Carmo – COEDU/ICMBio
Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio
Mariele Borro Mucciato Xavier – CT Curitiba/ICMBio
Priscilla Correa de Moura Estevão – GR3/ICMBio
Rogerio Eliseu Egewarth – COEDU/ICMBio

Organizadores

Alex Bernal
Mariele Borro Mucciato

Autores

Alessandra Fontana – ACADEBIO/ICMBio
Allyne Mayumi Rodolfo – CT Lagoa Santa/ICMBio
Anna Cecília Cortines – IGARA
Bruno Delano Chaves do Nascimento – GR1/ICMBio
Carolina Sá Neto – NGI São Luís/ICMBio
Cláudia Silva Barbosa – APA Carste de Lagoa Santa/
ICMBio
Daiany Larissa Ribeiro Carrera – RESEX Marinha de
Soure/ICMBio
David Franklin da Silva Guimarães – NGI Maués/ICMBio
Dayanne Batista Sampaio – UFDPAR
Deuza Maria da Cunha – Rede de Mulheres
Diego Bezerra Rodrigues – PARNA Ubajara/ICMBio
Eduardo Godoy Aires de Souza – NGI Paraty/ICMBio
Erika Freire de Sousa – NGI Maués/ICMBio
Érika Fernandes Pinto – CGSAM/ICMBio
Flávio Bocarde – CEPAM/ICMBio
Francisco das Chagas Silva Ramos – NGI São Luís/ICMBio
Frederico Drumond Martins – CT Lagoa Santa /ICMBio
Gabiella Calixto Scelza – NGI Costa dos Corais/ICMBio
Gessica Alanne Costa Santos – NGI Maués/ICMBio
Jéssica Silva Machado – NGI Paraty/ICMBio
João Augusto Madeira – COGCOT/ICMBio
Jôine Cariele Evangelista do Vale – RESEX Tapajós-
Arapians/ICMBio
Jorge Luiz do Nascimento – Parnaso/ICMBio
José Risonei Assis da Silva – FLONA do Tapajós/ICMBio
Karen Ademildes Sobral Moreira – NGI Maués/ICMBio

Katarine Victoria Bay Silva – NGI Maués/ICMBio
Laci Santin – RESEX Marinha do Pirajubaé/ICMBio
Leonardo Milano – RESEX Tapajós-Arapians/ICMBio
Letícia Duarte Silva – PARNA Ubajara/ICMBio
Lívia Siqueira Sales – UFMG
Luciana Aires Barreira de Amorim – PARNA Ubajara/
ICMBio
Luciana Carla Silva Freitas – NGI São Luís/ICMBio
Luiz Francisco Ditzel Faraco – GR5/ICMBio
Málíka Simis Pilnik – COTAM/ICMBio
Marcus Machado Gomes – Parnaso/ICMBio
Maria de Fátima Silva Aires – Rede de Mulheres
Mariana Alves Onça de Souza – NGI Iguape/ICMBio
Monica Silva Garcia – FLONA do Tapajós/ICMBio
Nathália Leal Lopes da Silva – MPA
Nayara Menezes Lobo – NGI Ilhéus/ICMBio
Nero Lins Melo – NGI São Luís/ICMBio
Patrícia Haubert – Dipam/Ibama
Paulo Fernando Maier Souza – NGI Matinhos/ICMBio
Raimunda Silva e Silva – Comunidade Nova Esperança
Raimundo Nonato Cunha de Lima – AMECSARA
Sara Alves dos Santos – CCOL/ICMBio
Sérgio Fernandes Freitas – CGSAM/ICMBio
Soraya Fernandes Martins – PARNA do Itatiaia/ICMBio
Suzane Guedes Barbosa – CNPT/ICMBio
Sylvia de Souza Chada – NGI Paraty/ICMBio
Tathiana Chaves de Souza – PARNA Sempre Vivas/
ICMBio
Thais Carla Vieira Alves – AMECSARA
Victoria Maria Rossetti Pereira – NGI Paraty/ICMBio
William Silva da Costa – FETAC, Comunidade Roque
Zayon Bheringcer dos Reis e Safatle – COGCOT/
ICMBio

Revisor

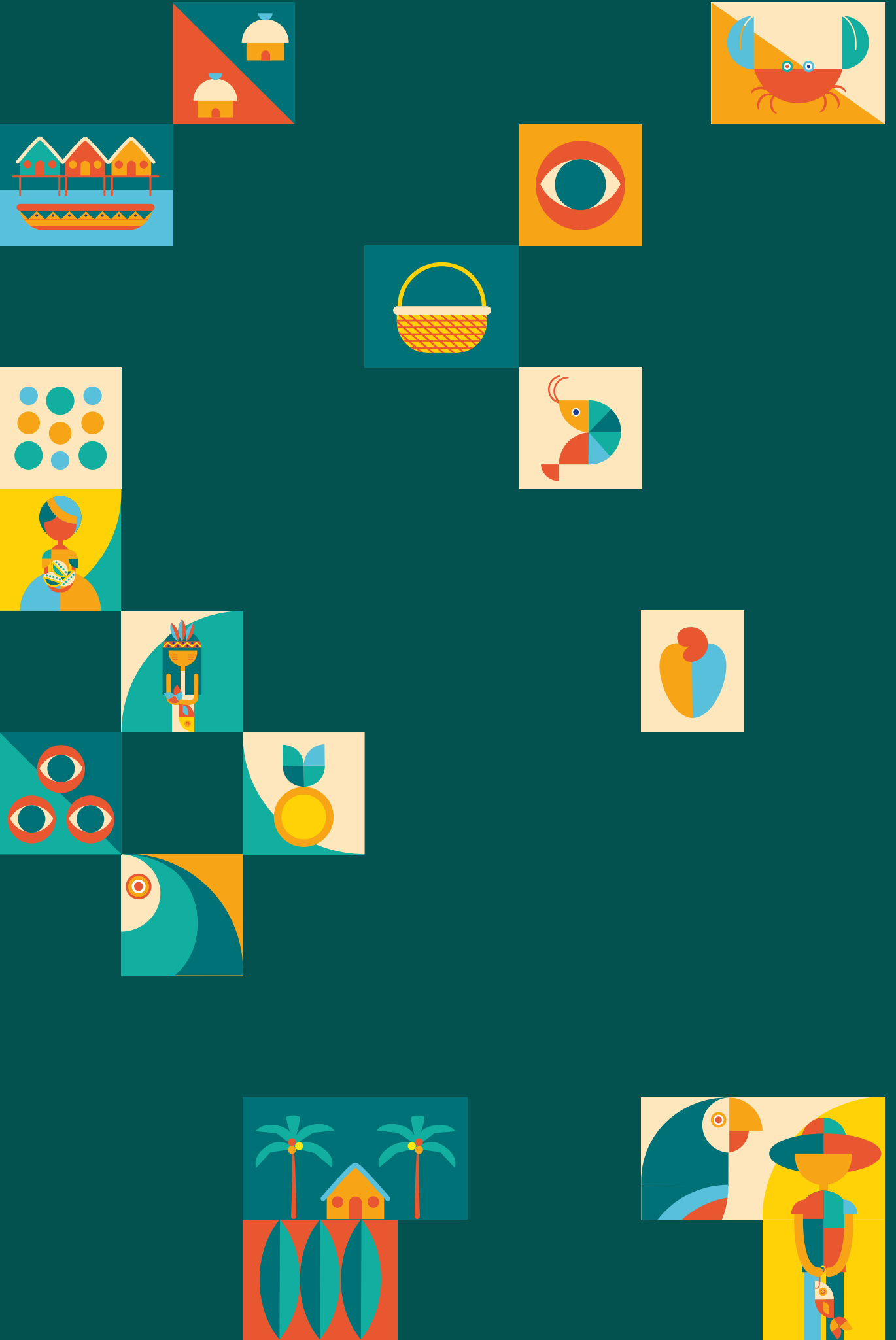
Gisely Karla de Medeiros Carvalho – CCOM/ICMBio

Apoio Técnico

Beatriz Tanzi Martins – COTAT/ICMBio
Francieli Barcellos de Moraes – CCOM/ICMBio
Eduardo Ganzer – GIZ
Luisa Marini – GIZ

Projeto Gráfico e Diagramação

Vinicius Chozo Inoue



Apresentação

Esta publicação nasce de uma convicção fundamental: o Instituto Chico Mendes cumpre melhor sua missão quando atua junto às pessoas, organizações e coletivos que vivem, trabalham e constroem seus cotidianos nos lugares onde a conservação da natureza se realiza concretamente.

Cuidar das unidades de conservação exige excelência técnica, base científica sólida e firmeza política. Exige também diálogo permanente, capacidade de mediação e respeito à diversidade social, cultural e territorial do país. Esses elementos não são acessórios da gestão. São condições para que a conservação seja efetiva, legítima e duradoura.

Aquilo que a legislação define como unidades de conservação ou áreas especialmente protegidas corresponde, para muitas pessoas, a terra, água, pertencimento e identidade. São espaços de vida, memória, trabalho e futuro. Desconsiderar esses vínculos fragiliza a própria noção de patrimônio público, que não pertence à instituição responsável por sua gestão, mas ao conjunto da sociedade brasileira.

Por isso, proteger a natureza e promover justiça social não são objetivos incompatíveis. Em um país marcado por desigualdades profundas, separar esses compromissos compromete, cedo ou tarde, a efetividade da conservação. Com regras claras, escuta qualificada, responsabilidade pública e decisões orientadas pelo conhecimento técnico-científico, é possível construir convergências, enfrentar conflitos reais e ampliar a proteção ambiental.

Este material expressa essa visão ao reunir textos produzidos por servidoras e servidores do Instituto Chico Mendes, em diálogo com parceiros institucionais e sociais. Ao apresentar práticas inovadoras, soluções construídas coletivamente e aprendizados forjados no encontro entre ciência,

conhecimento técnico e saberes tradicionais, a obra demonstra que comunidades, equipes técnicas e instituições produzem respostas mais justas e eficazes quando atuam em cooperação.

Valorizar e compartilhar esse conhecimento fortalece o Instituto Chico Mendes como uma organização que aprende, reflete sobre sua prática e aprimora sua atuação. Essa capacidade é especialmente relevante diante da responsabilidade de gerir um patrimônio natural extraordinário, distribuído por todas as regiões do País, em realidades muito diversas. Não há respostas únicas para contextos tão distintos. A gestão pública da conservação exige articulação permanente entre diretrizes nacionais e sensibilidade territorial, entre norma e diálogo, entre autoridade pública e cooperação.

Nossa missão, cuidar da natureza com as pessoas, sintetiza esse compromisso. Ela afirma que conservar não significa afastar a sociedade, mas envolvê-la. Não significa negar conflitos complexos, mas enfrentá-los com maturidade, conhecimento e responsabilidade. Não significa levantar muros, mas construir laços.

Talvez esta publicação também nos convide a uma reflexão mais ampla: por que ainda precisamos falar em gestão “socioambiental”, e não simplesmente em gestão pública? A permanência desse qualificativo revela que nem toda forma de administração responde aos desafios contemporâneos. A gestão pública necessária ao nosso tempo é aquela que reconhece, desde o início, a conexão profunda entre natureza e sociedade. Se o adjetivo ainda se faz necessário, é porque essa perspectiva precisa se consolidar mais plenamente em nossas práticas, rotinas e culturas organizacionais.

Avançar nessa direção implica formar novas gerações de gestores públicos, fortalecer capacidades institucionais e afirmar uma ética da responsabilidade compartilhada. Implica reconhecer que a conservação da natureza, no século XXI, exige ciência, presença territorial, escuta, autoridade legítima e cooperação.

Que esta publicação circule, inspire e provoque reflexão. Que estimule novas iniciativas e fortaleça, entre nós, uma compreensão cada vez mais necessária: proteger a natureza exige instituições capazes de construir pontes, investir em conhecimento e atuar com respeito às pessoas, aos territórios e à vida em todas as suas formas.

O Instituto Chico Mendes seguirá comprometido com esse caminho.

Mauro Oliveira Pires

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade





Sumário

INTRODUÇÃO	7
PROJETO TERRITÓRIOS VIVOS E A PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS (PTT)	10
LOCALIDADE DAS PRÁTICAS	12
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: A IMPORTÂNCIA DAS METODOLOGIAS DIALÓGICAS E PARTICIPATIVAS NA FORMAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA	15
RELATO DAS PRÁTICAS	
1. Compatibilização da criação de animais de grande porte com a conservação da RESEX Verde Para Sempre	26
2. Formação Política para Jovens Lideranças no Território Médio Juruá, Carauari/AM	32
3. Instrumento de gestão e identidade: a revisão do perfil da família beneficiária como estratégia de participação e protagonismo na Floresta Nacional Pau-Rosa	38
4. Encontros de Saberes do Fogo: Boas práticas e fortalecimento da participação social na RESEX Tapajós-Arapiun	44
5. Vistoria de roçados tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós: participação social e tecnologias acessíveis para o fortalecimento da gestão territorial	50
6. Pesquisa e Conservação da <i>Bonnetia Neblinae</i> – <i>Urihi a Aherua Maçarandubinha temi temi:</i> Encontro de Saberes com os Yanomami	57
7. Promovendo a autonomia comunitária na cadeia produtiva do Açaí – Quilombo Cunani, Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá	63

8. Educação Ambiental como ferramenta de gestão e cidadania: a experiência do Programa de Educação Ambiental no Parque Nacional de Ubajara	69
9. Pesca Legal – Ajustando as redes para uma pesca sustentável	75
10. Ecofeminismo em cena: O Teatro do Oprimido e a participação de mulheres nas políticas públicas de meio ambiente na Resex Cassurubá/BA	81
11. RESEX Delta Mulher: gestão socioambiental potencializando o protagonismo feminino	87
12. Diagnóstico socioambiental da APA Carste de Lagoa Santa: reconhecimento das diversas territorialidades e patrimônios para aprimoramento da gestão	94
13. Construção de uma Agenda Colaborativa Socioambiental na Comunidade do Bonfim (Petrópolis- RJ)	100
14. O cadastro na Plataforma de Territórios Tradicionais como instrumento comunitário de organização socioambiental e econômica	107
15. Diálogo de Saberes na Educação Corporativa mediado pela Educação Ambiental	114
16. Crie, Compartilhe e Curta! Educomunicação, identidade territorial e participação juvenil no Parque Nacional do Itatiaia e na APA da Serra da Mantiqueira	120
17. Monitoramento Participativo da Pesca Artesanal Caiçara na ESEC Tamoios	127
18. Compatibilização de direitos no Parque Nacional das Sempre-vivas: estudo de caso na comunidade de Lavras	133
19. Projeto AVATI (milho em Guarani)	139
20. Revisão do TC Currais: compatibilização de direitos entre a gestão do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e pescadores artesanais	145



Introdução

As Unidades de Conservação (UCs) podem ser compreendidas a partir de diferentes perspectivas. Do ponto de vista legal, conforme estabelecido pela Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), uma UC é definida como um "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos". Para além de sua definição normativa, esses territórios protegidos são reconhecidos nacional e internacionalmente como espaços estratégicos para a conservação da biodiversidade e para a garantia do uso sustentável dos recursos naturais.

Entretanto, os territórios das Unidades de Conservação não são homogêneos em seus significados. Para parte da população que desconhece estar inserida em um espaço formalmente instituído pelo Poder Público, a UC pode ser percebida apenas como um local de moradia ou de trabalho. Para Povos e Comunidades Tradicionais que possuem seus territórios sobrepostos pelas UCs, esses espaços representam a base de sua existência, identidade e modos de vida, constituindo-se também como territórios de resistência, de afirmação cultural e de luta pela manutenção de seus direitos e costumes tradicionais.

Diante desse contexto, evidencia-se a complexidade inerente à gestão das Unidades de Conservação. A atuação dos gestores ultrapassa o cumprimento de requisitos técnicos e legais relacionados à conservação ambiental, exigindo também o tratamento de questões sociais, culturais, econômicas e políticas presentes no território, bem como a promoção do bem-estar das populações envolvidas. É nesse cenário que a Gestão Socioambiental (GSA) se consolida como um pilar fundamental da governança ambiental pública, ao integrar a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e a participação qualificada das comunidades locais nos processos de gestão.



No Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) é responsável por promover e articular processos para a inclusão e participação social de populações em situação de vulnerabilidade socioambiental na gestão da biodiversidade. Nesse sentido, atua junto às unidades descentralizadas e demais instâncias do Instituto Chico Mendes buscando qualificar a atuação de gestores, servidores e atores sociais do território para a resolução de problemas e conflitos socioambientais. Esse trabalho reúne temáticas relacionadas à Participação Social, Compatibilização de Direitos Territoriais, Educação Ambiental e Caracterização de Povos e Comunidades Tradicionais, e se fundamenta no princípio de que ações, normas e estratégias construídas de forma integrada, participativa e dialógica alcançam resultados mais duradouros para as Unidades de Conservação.

Com o objetivo de fortalecer essa abordagem, o Instituto Chico Mendes promove o Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental (Ciclo GSA), voltado à capacitação de servidores do Instituto, parceiros institucionais, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), lideranças comunitárias e outros atores sociais. Em 2025 foi concluída a quinta edição do Ciclo GSA. A partir do desenvolvimento de habilidades e competências para a proposição e implementação de intervenções locais nos territórios, o Ciclo GSA contribui para a resolução de problemas e conflitos, bem como para a promoção de potencialidades socioambientais.

Os processos formativos desenvolvidos nos Ciclos GSA, bem como aqueles realizados nas unidades descentralizadas que se referenciam na Educação Ambiental crítica, apresentam elevado potencial de transformação social. Pois a perspectiva crítica da Educação Ambiental orienta-se para a mobilização, o envolvimento ativo e a participação qualificada dos atores sociais nos instrumentos e processos de gestão das Unidades de Conservação. Como consequência, são fortalecidos os macroprocessos institucionais sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes.

Com o intuito de apoiar técnica e financeiramente as unidades descentralizadas na realização de ações e práticas educativas críticas e transformadoras, o Instituto Chico Mendes tem fomentado Chamadas de Projetos de Educação Ambiental. Essas iniciativas buscam incentivar processos de diálogo, reflexão e mudanças efetivas no âmbito das Unidades de Conservação.

É nesse contexto que se insere a presente publicação organizada pela CGSAM, que reúne experiências do período de 2022 a 2025. Seu objetivo é divulgar e sistematizar os conhecimentos adquiridos a partir de práticas de Gestão Socioambiental, especialmente aquelas oriundas dos Ciclos GSA e de Projetos de Educação Ambiental apoiados em Chamadas recentes.



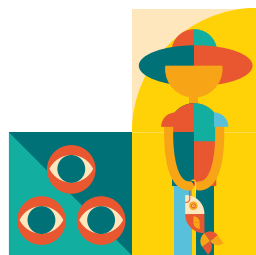
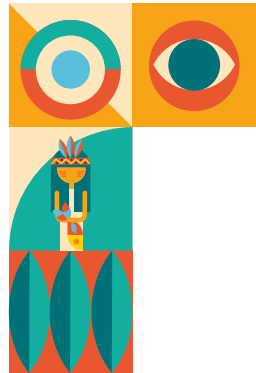
A seleção das práticas publicadas neste documento ocorreu por meio de edital lançado em novembro de 2025, com critérios de avaliação que valorizaram experiências que buscam a dialogicidade junto aos sujeitos prioritários, a reflexão crítica dos sujeitos e a transformação da realidade socioambiental do território. A Coordenação de Educação Ambiental e Formação Cidadã (COEDU/CGSAM) esteve à frente do Comitê Editorial que foi constituído para organizar a seleção, comunicação com autores e preparação do conteúdo da publicação. O Comitê contou ainda com a participação de servidores do time volante da CGSAM, de instrutores dos Ciclos GSA e de pontos focais de Gestão Socioambiental das Gerências Regionais e Coordenações Territoriais. A publicação apresenta um artigo de abertura, intitulado *“A educação ambiental no processo de formação para a conservação da biodiversidade: A importância das metodologias dialógicas e participativas na formação em Gestão Ambiental Pública”*, que debate o papel da Educação Ambiental nos processos formativos, com destaque para os Ciclos GSA. Na sequência, são apresentados 20 relatos de práticas, estruturados em Introdução, Contextualização, Metodologia, Resultados Alcançados e Perspectivas de Continuidade, e Referências.

As experiências reunidas contemplam diferentes instrumentos da Gestão Ambiental Pública, como Conselhos de UCs, Planos de Manejo, Manejo Integrado do Fogo, Termos de Compromisso, e refletem a diversidade territorial, social e cultural das Unidades de Conservação sob gestão do Instituto Chico Mendes. Esta publicação destina-se a servidores do Instituto, parceiros institucionais, lideranças comunitárias, pesquisadores, estudantes e demais interessados na gestão pública da biodiversidade, constituindo-se como material de apoio à formação, ao planejamento e à disseminação de novas práticas socioambientais.

O Comitê Editorial espera que os relatos aqui apresentados inspirem iniciativas nos territórios, vindo a contribuir para o fortalecimento da Gestão Socioambiental no Instituto Chico Mendes e a afirmação do potencial transformador da gestão democrática e participativa para as Unidades de Conservação federais.

Com os melhores cumprimentos,

Comitê Editorial



Projeto Territórios Vivos e a Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT)

A proteção dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no Brasil depende de instrumentos que garantam visibilidade, segurança jurídica, integração com políticas públicas e a autodeclaração dos territórios. Nesse contexto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério Público Federal (MPF) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) assinaram, em julho de 2024, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT 29/2024/ICMBio) para promover o uso da Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT) e aprimorar a gestão e o monitoramento das áreas protegidas e conservadas.

O acordo foi celebrado com o objetivo de apoiar a implementação e o uso da Plataforma e de outras ferramentas digitais como mecanismos efetivos de proteção dos direitos humanos e ambientais dos PCTs, com foco nas Unidades de Conservação (UCs). As ações incluem: inserção e qualificação de dados territoriais na PTT; intercâmbio de experiências e produção de estudos com comunidades e órgãos parceiros; desenvolvimento de capacidades de organizações representativas de PCTs; e o aprimoramento da gestão de territórios tradicionais. Entre as diversas atividades já realizadas, destaca-se o curso “Povos e Comunidades Tradicionais e Conservação Ambiental: a Plataforma de Territórios Tradicionais como ferramenta”, realizado em outubro de 2025 com apoio da ACADEBio. O curso abordou fundamentos, conceitos sobre territorialidade e o uso prático da PTT, em ações e apoio ao Instituto, habilitando participantes como multiplicadores para apoiar cadastros e a disseminação da ferramenta.

A **Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT)** é uma **ferramenta interinstitucional**, desenvolvida a partir da parceria entre o Conselho Nacional de



Localidade das práticas

Vistoria de roçados tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós: participação social e tecnologias acessíveis para o fortalecimento da gestão territorial | **página 50**

5

Encontros de Saberes do Fogo: Boas práticas e fortalecimento da participação social na RESEX Tapajós-Arapiun | **página 44**

4

Pesquisa e Conservação da *Bonnetia Neblinae* – Urihi a *Aherua Maçarandubinha temi temi*: Encontro de Saberes com os Yanomami | **página 57**

6

Formação Política para Jovens Lideranças no Território Médio Juruá, Carauari/AM | **página 32**

2

Instrumento de gestão e identidade: a revisão do perfil da família beneficiária como estratégia de participação e protagonismo na Floresta Nacional Pau-Rosa | **página 38**

3

Compatibilização de direitos no Parque Nacional das Sempre-vivas: estudo de caso na comunidade de Lavras | **página 133**

18

Diagnóstico socioambiental da APA Carste de Lagoa Santa: reconhecimento das diversas territorialidades e patrimônios para aprimoramento da gestão | **página 94**

12

Diálogo de Saberes na Educação Corporativa mediado pela Educação Ambiental | **página 114**

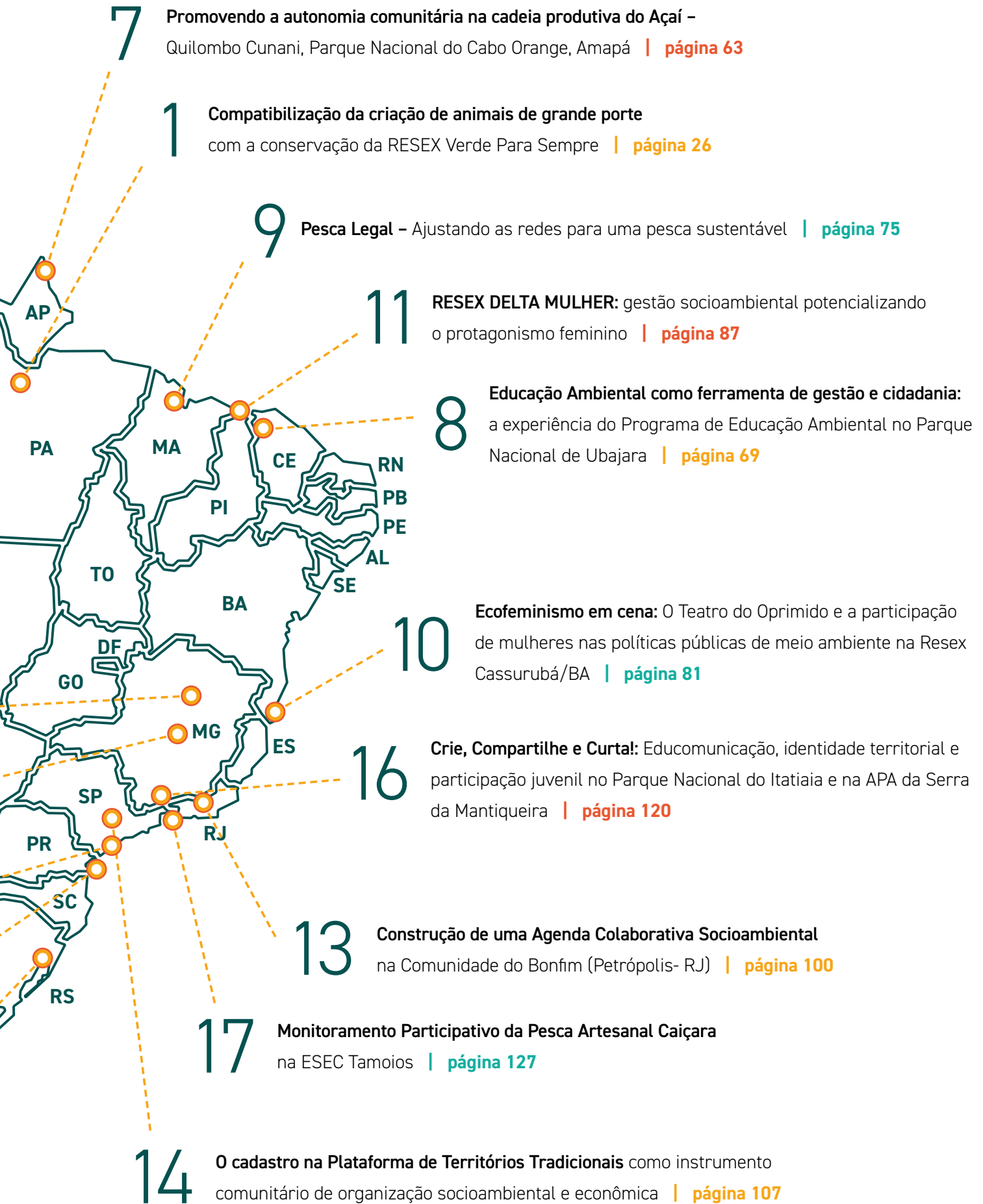
15

Revisão do TC Currais: compatibilização de direitos entre a gestão do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e pescadores artesanais | **página 145**

20

Projeto AVATI (milho em Guarani) | **página 139**

19



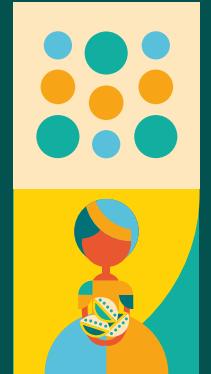
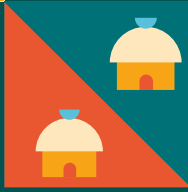




Foto: Laci Santin.

Unidade organizacional: Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – ACADEBIO

A educação ambiental no processo de formação para a conservação da biodiversidade:

a importância das metodologias dialógicas e participativas na formação em Gestão Ambiental Pública



Autora:

Laci Santin – Analista Ambiental, RESEX Marinha do Pirajubá.



INTRODUÇÃO

Entre os desafios complexos da Gestão Ambiental Pública no Brasil está a necessidade de formar servidores públicos para uma ação que envolva os diversos aspectos das funções de um servidor ambiental: desde a proteção ambiental, passando pelo desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas, até a promoção do desenvolvimento socioambiental das populações inseridas em territórios protegidos. A educação ambiental crítica surge como um instrumento fundamental para a formação de servidores públicos e comunidades, promovendo práticas dialógicas e participativas que qualificam a participação social e fortalecem a democracia e a sustentabilidade.

Nesse contexto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) promove, entre vários outros processos educativos, um curso de formação para servidores públicos, e integrantes das comunidades, com foco em gestão socioambiental, chamado Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental (Ciclo GSA). Esse ciclo formativo, com uma carga horária de 320 horas, é desenvolvido ao longo de aproximadamente um ano, por meio de encontros periódicos, divididos em quatro módulos presenciais, com atividades assíncronas entre os módulos. O objetivo do Ciclo GSA é:

Contribuir para a formação dos servidores do ICMBio e de outros órgãos e atores sociais do SISNAMA¹ envolvidos na conservação da biodiversidade, que atuam em conjunto com a Gestão Ambiental Pública (GAP), com base na compreensão dos contextos ambientais, sociais, políticos e econômicos de seus territórios de atuação, estimulando a articulação entre os diferentes setores, com o objetivo de fortalecer a participação social e promover a justiça ambiental, considerando a Constituição Federal do Brasil e a atribuição do ICMBio, seus objetivos e missão institucional.

1 Sistema Nacional do Meio Ambiente, é uma estrutura organizacional de gestão ambiental no Brasil, formada pelos órgãos e entidades federais ambientais, Distrito Federal, estados e municípios.



ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

A Gestão Ambiental Pública, entendida aqui como o processo pelo qual o Estado atua como mediador de problemas e conflitos socioambientais, articulando políticas, instrumentos e atores sociais para garantir a qualidade ambiental, destacando a necessidade de integração entre governo e sociedade (Quintas, 2004).

A garantia de participação social qualificada para atuar na sustentabilidade ambiental e na promoção da justiça socioambiental exige, entre outras demandas, a superação de desafios hierárquicos institucionais, a integração das estruturas de Gestão Socioambiental (GSA) e o fortalecimento contínuo de processos formativos. Tais elementos são essenciais para consolidar o compromisso coletivo com uma Gestão Ambiental Pública eficaz e inclusiva.

No Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, o princípio da participação social tornou-se uma questão central, construída em torno da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia, com a criação de espaços públicos nos quais o poder do Estado possa ser compartilhado com a sociedade. Entre esses espaços estão os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas e os orçamentos participativos implementados em algumas cidades do país (Dagnino, 2004).

No entanto, Evelina Dagnino (2004) alerta para a “confluência perversa”, um fenômeno em que o projeto democratizante e o projeto neoliberal compartilham o mesmo vocabulário – participação, sociedade civil, cidadania –, mas com significados opostos. Essa coincidência discursiva gera uma ilusão de consenso que, longe de fortalecer a democracia, a enfraquece.

Por um lado, o projeto democratizante concebe a participação como protagonismo popular, expansão dos direitos e controle social sobre o Estado. Por outro lado, o neoliberalismo ressignifica esses termos para transferir responsabilidades ao cidadão, reduzir o papel estatal e legitimar políticas de ajuste. Assim, a participação torna-se um mecanismo formal sem poder real, no qual a sociedade civil assume funções que antes correspondiam ao Estado, mas sem recursos ou autonomia.

Essa ambiguidade não é inocente: ela despolitiza o debate, oculta conflitos e esvazia de conteúdo as lutas por justiça social. Quando a cidadania é reduzida à gestão da escassez – e não à disputa por direitos –, a democracia se transforma em simulacro funcional ao mercado. A confluência perversa, portanto, não é uma aliança explícita, mas uma estratégia discursiva que neutraliza projetos emancipatórios.

Reconhecer essa confluência nos processos participativos é essencial para recuperar o sentido político da participação e do



protagonismo cidadão. Somente diferenciando significados e denunciando sua cooptação poderemos construir uma democracia substantiva, capaz de enfrentar desigualdades e resistir à lógica neoliberal.

Para a formação de uma prática participativa ligada à justiça social e à superação das desigualdades, Loureiro (2012) defende a perspectiva crítica da educação ambiental. O autor argumenta que a educação ambiental deve ser entendida como um processo político, social e cultural que busca transformar as relações entre sociedade e natureza, para além de ações e práticas conservacionista ou do uso de técnicas com finalidade em si mesmas. Sua abordagem crítica parte do princípio de que os problemas ambientais estão profundamente ligados às desigualdades sociais e ao modelo econômico dominante – portanto, não basta mudar comportamentos individuais; é necessário questionar as estruturas que geram exploração e degradação.

No amplo universo de tendências da educação ambiental, Layrargues e Lima (2014) identificam três macro-tendências: conservacionista, pragmática e crítica, sendo esta última a que mais dialoga com processos de formação voltados para a transformação social.

A macro-tendência conservacionista, focada na preservação da natureza e na mudança de comportamentos individuais, é insuficiente

para promover transformações concretas. Embora incentive práticas ecológicas, não questiona as causas estruturais da degradação ambiental, como o modelo econômico extrativista e as desigualdades sociais. Em um contexto de emergência climática, essa visão adaptativa revela-se incapaz de transformar a realidade.

Por sua vez, a macro-tendência pragmática está comprometida com a gestão ambiental empresarial e a eficiência técnica. Embora contribua para reduzir impactos e promover políticas públicas, sua ligação com o mercado e com o discurso do desenvolvimento sustentável a torna funcional ao sistema que gera a crise. Ao priorizar soluções tecnocráticas, corre o risco de reproduzir a lógica capitalista que mercantiliza a natureza.

Diante dessas limitações, a macro-tendência crítica surge como a alternativa mais coerente. Inspirada pela ecologia política e pela pedagogia emancipadora, articula a defesa do meio ambiente com a luta pela justiça social. Reconhece que os problemas ambientais são inseparáveis das desigualdades econômicas e culturais, e propõe uma educação transformadora, participativa e contra-hegemônica. Essa perspectiva não se satisfaz em mitigar danos, mas busca construir uma sociedade mais justa e sustentável.

Por ser uma classificação ampla, na prática algumas ações podem apresentar interfaces



entre as diferentes macrotendências. Nesse caso, a capacidade de diferenciar a intencionalidade pedagógica e ambiental do processo educativo torna-se fundamental para discernir o alcance desejado com determinada intervenção. Se o compromisso é com a emancipação e a transformação social, a educação ambiental crítica é aquela que melhor responde aos desafios contemporâneos, pois não se limita à conservação da natureza ou à eficiência técnica, mas propõe enfrentar a crise socioambiental de forma abrangente e democrática.

FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: *uma ferramenta estratégica para a conservação e o fortalecimento da democracia*

A gestão socioambiental no Brasil enfrenta desafios complexos: conflitos territoriais; pressão sobre áreas protegidas; desigualdades sociais que impactam a conservação; baixa participação das comunidades locais nos espaços de tomada de decisão que afetam seus territórios de vida e uso. Nesse contexto, o Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental do ICMBio (Ciclo GSA) apresenta-se como uma estratégia fundamental para fortalecer a governança democrática e a proteção da biodiversidade em conjunto com as pessoas.

O Ciclo GSA forma servidores públicos para que possam lidar com os problemas e conflitos socioambientais que ocorrem nos territórios onde atuam, apropriando-se de conhecimentos, técnicas e ferramentas para analisar criticamente a realidade e trabalhar com as comunidades locais. Ao mesmo tempo, constitui um espaço de formação de lideranças locais que atuam e representam seus territórios e que buscam novos conhecimentos e técnicas para fortalecer o protagonismo cidadão e construir alternativas às práticas convencionais, em parceria com órgãos ambientais e outras instituições locais.

Trata-se de uma formação que não se limita à transmissão de conhecimentos técnicos. Promove uma visão crítica e participativa do mundo, a reflexão sobre as causas e consequências do modelo de desenvolvimento e suas implicações na crise ambiental, inspirada pela educação ambiental crítica e emancipadora. Ao integrar a participação de servidores públicos, lideranças e comunidades locais, incentiva o diálogo e a construção coletiva de propostas e soluções, superando a lógica vertical e prescritiva que historicamente marcou a gestão ambiental.

A formação em GSA contribui para o desenvolvimento de competências – por meio da ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes –, promovendo a valorização da cultura e o direito à autonomia e ao protagonismo das comunidades. Parte do reconhecimento de



que o uso, ou não uso, de um bem ambiental não pode ser imposto, mas precisa ser decidido entre as partes. A participação efetiva em conselhos de gestão, planos de manejo e planos específicos de uso dos recursos, termos de compromisso, uso público de áreas protegidas, entre outros espaços e instrumentos de gestão, requer conhecimentos e habilidades críticas – impedindo que a “participação” seja reduzida a um formalismo sem poder real, como ocorre na perversa confluência (Dagnino, 2004).

Em um cenário de crise climática e expansão dos interesses econômicos sobre territórios protegidos, a formação em gestão socioambiental – para servidores públicos, lideranças e comunidades – é uma ferramenta de resistência à mercantilização da natureza e de garantia a direitos coletivos, especialmente dos grupos sociais mais vulneráveis e dos povos e comunidades tradicionais. Mais do que conservar espécies, a Gestão Socioambiental é um processo de construção de justiça socioambiental com aqueles que vivem e conservam seu território, sua cultura e seu modo de vida.

METODOLOGIAS DIALÓGICAS E PARTICIPATIVAS: *chaves para uma educação transformadora*

Diante das desigualdades e das crises socioambientais e climáticas, a educação não pode

se limitar à transmissão vertical de conteúdos; ela precisa articular a defesa do meio ambiente com a luta pela justiça social. Para promover essa articulação, metodologias dialógicas e participativas apresentam-se como estratégias essenciais para construir processos educativos emancipatórios, capazes de promover reflexões e formar sujeitos críticos, comprometidos com a transformação da realidade.

A educação tradicional e verticalizada, centrada na autoridade do professor, reproduz relações hierárquicas e despolitiza o aprendiz. Considerando a reflexão de Paulo Freire (1996) – segundo a qual ninguém educa ninguém, mas os homens se educam mutuamente, mediados pelo mundo –, enfatiza-se a importância do diálogo de saberes como prática emancipadora, que valoriza o conhecimento construído na relação com o outro e seu meio.

Dessa maneira, as metodologias dialógicas, inspiradas em Paulo Freire, colocam o diálogo no centro do processo, reconhecendo que todos os participantes são portadores de conhecimentos. Essa abordagem rompe com a concepção do aprendiz como receptor passivo, tornando-o coautor do conhecimento.

Metodologias dialógicas e participativas buscam superar a lógica tecnocrática que reduz a educação à adaptação ao sistema. Ao promover a problematização e o ciclo ação-reflexão-ação, contribuem para o desenvolvimento da



consciência crítica sobre a realidade vivida, permitindo encontrar alternativas próprias aos modelos hegemônicos que aprofundam a crise socioambiental.

Além disso, a dimensão participativa garante que os sujeitos não apenas reflitam, mas também atuem sobre sua realidade. Ao envolvê-los no diagnóstico, no planejamento e na avaliação, essas metodologias fortalecem a autonomia e a corresponsabilidade, elementos essenciais para a construção da cidadania ativa. Em contextos de educação ambiental o uso de metodologias participativas permite que as comunidades façam uma leitura de sua realidade, identificando problemas e conflitos socioambientais, analisando os elementos que a compõem – incluindo os grupos e atores sociais que atuam no território, suas posições, ações e contradições. Dessa forma, podem projetar e propor soluções coletivas, adequadas à situação vivida, evitando abusos e/ou imposições externas.

Sob esse ponto de vista, metodologias dialógicas e participativas não se restringem a técnicas pedagógicas: são estratégias políticas para democratizar o conhecimento, fortalecer o pensamento coletivo e transformar a sociedade. Sua implementação é necessária se aspirarmos a uma educação que forme cidadãos críticos, comprometidos com a justiça social e ambiental.

Metodologias dialógicas baseiam-se na horizontalidade, na escuta ativa, na valorização dos diferentes saberes e na construção coletiva do conhecimento. As metodologias participativas, por sua vez, fazendo uso do diálogo de saberes, incluem técnicas como diagnóstico participativo, oficinas colaborativas e mapeamento comunitário, que permitem a inclusão de diferentes atores nos processos de tomada de decisão.

O CICLO DE FORMAÇÃO EM GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – *Ciclo GSA*

O Ciclo GSA tem uma carga total de 320 horas, sendo 270 horas presenciais, distribuídas em quatro módulos em sistema de imersão, e 50 horas à distância. Cada módulo trata de um tema específico e, ao final do curso, o participante deve desenvolver um projeto de intervenção em sua realidade, construído gradualmente no decorrer do processo de formação. Os quatro módulos são: i) Fundamentos da Gestão Socioambiental; ii) Estruturação da ação; iii) Contribuições metodológicas; e iv) Seminário de encerramento.

De acordo com o conteúdo programático do Ciclo GSA e os objetivos propostos para cada etapa, são planejados, nos diferentes módulos, métodos e técnicas de integração didática



e de fortalecimento da unidade de grupo. Essas metodologias e técnicas, além de contribuir para o aprendizado dos participantes, integram o próprio conteúdo a ser apropriado, em um processo de aprendizado pela prática.

Nos momentos presenciais, em geral no início dos trabalhos diários, são realizadas atividades – normalmente lúdicas, muitas delas inspiradas pelo Teatro do Oprimido² –, que buscam fortalecer a integração entre os participantes e prepará-los para uma melhor apropriação dos conteúdos a serem trabalhados naquele dia ou período do curso.

A metodologia do Teatro do Oprimido rompe com a passividade dos participantes por meio de sua natureza lúdica e corporal, que amplia as possibilidades pedagógicas. Ao envolver emoções, criatividade e expressão artística, gera aprendizado significativo que transcende a lógica transmissiva. As cenas frequentemente retratam conflitos sociais reais – desigualdade, discriminação, injustiça ambiental – e abrem espaço para debates sobre alternativas. Assim, a técnica não se limita à sensibilização, mas também promove o ciclo ação-reflexão-ação, fortalecendo a autonomia e a consciência crítica.

As diferentes metodologias dialógicas e técnicas participativas aplicadas durante o ciclo

de formação são planejadas de acordo com o conteúdo a ser trabalhado e com as “fases do desenvolvimento do grupo” (Fabiano, 2020), isto é, a fase em que o grupo se encontra.

As fases do desenvolvimento do grupo descrevem como as relações interpessoais evoluem em seu interior. Essas fases são úteis para entender a dinâmica de grupo nos processos educacionais, terapêuticos, organizacionais e comunitários. Embora existam diferentes modelos, adota-se aqui o modelo de Schutz, composto por três estágios: inclusão, controle e afeto.

COMPREENDENDO AS FASES DO GRUPO: *uma condição para a participação eficaz*

Processos coletivos – sejam educacionais, comunitários ou institucionais, de curta ou longa duração – não ocorrem isolados. Todo grupo passa por etapas que determinam sua coesão, sua capacidade de diálogo e sua produtividade. William Schutz identifica três fases essenciais: inclusão, controle e afeto. Reconhecer essas fases não é um mero exercício teórico, mas uma condição para garantir a participação democrática e a eficácia das ações coletivas.

2 O Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal, é uma metodologia teatral de forte componente pedagógico e político, aplicada como técnica didática transformadora por converter o aprendizado em um espaço de diálogo, reflexão e ação coletiva.



A fase inicial, de inclusão, responde à necessidade humana de pertencimento. Ignorar essa fase pode gerar exclusão e apatia entre os participantes, enfraquecendo a base do trabalho coletivo. Quando os facilitadores a compreendem, torna-se possível criar espaços seguros onde todos se sintam reconhecidos, prevenindo a fragmentação da dinâmica grupal desde o início.

A segunda fase, de controle, é uma etapa crítica porque define como o poder e a tomada de decisão são distribuídos no interior do grupo. Se não for bem gerenciada, conflitos de liderança podem paralisar o coletivo. No entanto, longe de ser um problema, o conflito representa uma oportunidade para construir acordos e fortalecer a autonomia. Nesse momento, mediação e transparência são fundamentais para evitar práticas autoritárias.

Por fim, a fase de afeto consolida a coesão e a confiança, elementos indispensáveis para uma cooperação genuína. Sem laços emocionais, a participação se reduz a formalismos e as ações carecem de compromisso real. Essa etapa demonstra que a dimensão afetiva não é secundária, mas central na construção da cidadania ativa.

As fases do desenvolvimento do grupo oferecem uma estrutura para compreender que a dinâmica coletiva é um processo vivo, atravessado por necessidades humanas básicas.

Não é um detalhe técnico, mas um componente essencial para transformar a educação em um espaço de diálogo, cooperação e mudança social. Ignorá-las significa correr o risco de reproduzir exclusão e autoritarismo; reconhecê-las, por outro lado, nos permite desenhar estratégias pedagógicas e organizacionais que aumentem a participação, a coesão e a transformação social.

CONCLUSÃO

A Gestão Socioambiental enfrenta o desafio de conciliar a conservação ambiental com a justiça social e a promoção da participação cidadã, em um contexto de profundas desigualdades sociais. Em geral, os servidores ambientais possuem formação técnica e acadêmica compatível com muitas de suas funções e com os procedimentos institucionais. No entanto, dada a complexidade do exercício das atividades de Gestão Socioambiental, observa-se uma lacuna de habilidades metodológicas e técnicas para o trabalho com pessoas – especialmente no que se refere ao envolvimento e à promoção da participação e do protagonismo das populações locais juntos nos espaços e instrumentos de gestão ambiental.

Nesse contexto, a formação profissional precisa superar o entendimento reducionista de transmissão de conteúdos técnicos e procedimentos



operacionais que, apesar de importantes, são insuficientes para atuar com pessoas em suas diferentes realidades.

O exercício profissional exige processos educacionais que promovam a reflexão crítica a atuação no território, o diálogo e a ação coletiva nos espaços de gestão. Por essa razão, o Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental (Ciclo GSA) baseia-se na educação ambiental crítica e transformadora, fazendo amplo uso de metodologias dialógicas e participativas – apresentadas como método e conceitos essenciais que orientam a atuação profissional para uma gestão ambiental construída com as pessoas.

O uso dessas metodologias na prática da gestão ambiental rompe com a lógica vertical que historicamente caracterizou a gestão pública. Ao incorporar o diálogo como eixo central, reconhece-se que o conhecimento não reside apenas nos especialistas, mas também nas comunidades que vivem e administram seus territórios. Isso permite que servidores ambientais desenvolvam habilidades para ouvir, negociar e construir soluções conjuntas com atores locais, fortalecendo a legitimidade das políticas socioambientais.

Em um cenário marcado por conflitos socioambientais e pressões econômicas sobre os recursos naturais, metodologias dialógicas e participativas são estratégicas para construir alianças e consensos. Formar servidores

públicos com essa perspectiva significa preparar agentes capazes de mediar, articular e promover a justiça socioambiental, em vez de impor soluções tecnocráticas.

Quando as comunidades são protagonistas na identificação de problemas e na tomada de decisões, consolidam-se práticas democráticas que transcendem a esfera ambiental são consolidadas. Esse protagonismo não apenas melhora a eficácia das ações, mas também fortalece a relação entre Estado e sociedade, evitando que a participação se reduza a um formalismo pseudoparticipativo, sem poder real.

Em conclusão, os processos de formação com o uso de metodologias dialógicas e participativas não são opcionais, mas uma condição para garantir uma gestão ambiental democrática e eficaz. Somente por meio deles é possível formar servidores comprometidos com a transformação social e fortalecer o protagonismo comunitário na defesa do território e da biodiversidade com as pessoas. ■



1

Compatibilização da criação de animais de grande porte com a conservação da RESEX Verde Para Sempre

Autora:

Daiany Larissa Ribeiro Carrera – Técnica Ambiental, RESEX Marinha de Soure.



Unidade organizacional:

Reserva Extrativista Verde Para Sempre

Período de realização:

Abril a outubro de 2025

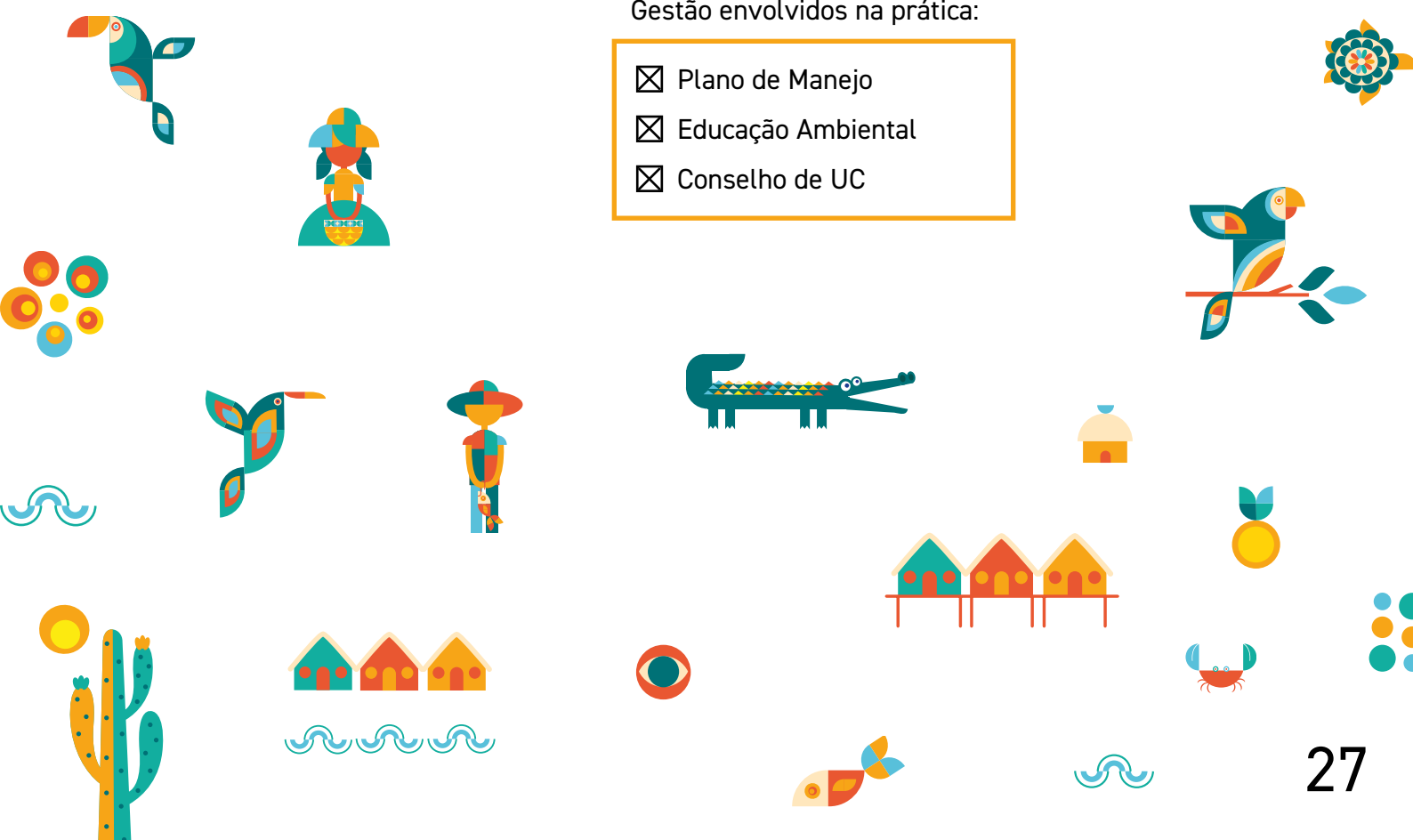
Sujeitos priorizados na prática:

Comunitários e conselheiros representantes de setores comunitários relacionados com a criação de animais de grande porte na RESEX Verde Para Sempre



Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Plano de Manejo
- Educação Ambiental
- Conselho de UC





INTRODUÇÃO

Esta proposta de intervenção tem como objetivo geral contribuir para o fortalecimento do processo participativo de construção de regulamentação que compatibilize a criação de animais de grande porte com a conservação da biodiversidade da Reservas Extrativistas (RESEX) Verde Para Sempre.

Como objetivos específicos, propõe-se: a criação da Câmara Temática (CT) de Animais de Grande Porte no Conselho Deliberativo da unidade de conservação (UC); a elaboração de um Plano de Ação; a qualificação da participação dos representantes das comunidades na tomada de decisão; a realização de diagnóstico para caracterizar a criação desses animais na UC; a formulação de propostas com base no arcabouço legal e no zoneamento da unidade; e a indicação do instrumento de gestão adequado para materializar o acordo.

As principais ações executadas foram: a criação da CT; a realização de reunião para elaboração do Plano de Ação; o diagnóstico participativo em setores comunitários da RESEX; reuniões setoriais para acompanhamento do processo; e a apresentação dos dados à Câmara Temática para subsidiar as decisões.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A RESEX Verde para Sempre, criada em 2004, ocupa uma área de 1.289.362,78 hectares no município de Porto de Moz (Pará) e representa uma conquista das comunidades tradicionais frente à exploração madeireira, à expansão da pecuária extensiva e à violência fundiária (ICMBio, 2020). O território é marcado por rica diversidade socioambiental: nas várzeas predominam a pesca e a criação de bubalinos, enquanto nas terras firmes prevalecem a agricultura familiar e o manejo florestal comunitário.



A criação da RESEX garantiu o território, mas trouxe o desafio de compatibilizar a presença de animais de grande porte com o art. 18 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que define a Reserva Extrativista como área usada por populações extrativistas cuja subsistência se baseia no extrativismo, na agricultura e na criação de animais de pequeno porte – o que implica restrições à bubalinocultura.

A questão bubalina é um aspecto central na vida das famílias beneficiárias da várzea, por constituir a principal fonte de renda local (Quinzeiro Neto *et al.*, 2014). A ausência de regulamentação gera insegurança jurídica e práticas ilegais, como arrendamento de terras por não beneficiários e a apropriação indevida de recursos naturais, em desacordo com o Plano de Manejo e o Perfil da Família Beneficiária. Essa situação provoca conflitos internos, fragiliza as relações sociais e sobrecarrega a gestão da UC, que carece de instrumentos para controlar o manejo dos animais. O Ministério Público Federal (2014) reconheceu a necessidade de compatibilizar a atividade com a proteção ambiental, admitindo sua manutenção restrita aos beneficiários tradicionais.

Os sujeitos priorizados na prática são os criadores beneficiários e seus representantes na Câmara Temática de Animais de Grande Porte, dada sua vulnerabilidade

organizativa e material. São eles que vivem diretamente o conflito socioambiental e detêm legitimidade para propor soluções. Além disso, qualquer instrumento de gestão voltado à resolução do conflito legal estabelecido precisa ser construído a partir das bases comunitárias, por meio de oficinas e reuniões setoriais. Dessa forma, a prática busca conciliar proteção ambiental e respeito aos modos de vida tradicionais, fortalecendo a gestão participativa e a dignidade das populações extrativistas.

METODOLOGIA

A execução do projeto de intervenção teve início em 2024, quando o Conselho Deliberativo instituiu a Câmara Temática de Animais de Grande Porte para tratar da regulamentação da atividade diante do conflito legal existente. A plenária definiu que cada setor comunitário com criação de animais de grande porte indicaria dois representantes, escolhidos pelos respectivos conselheiros comunitários. Dessa forma, a CT consolidou-se como principal espaço de diálogo entre o ICMBio e as comunidades, conduzindo a construção coletiva das ações relacionadas à caracterização da atividade na RESEX Verde Para Sempre.

Em 2025, na primeira reunião da CT, foi elaborado de forma participativa o Plano de



Ação, utilizando a metodologia 5W2H¹, com definição de objetivos, responsabilidades, prazos e estratégias. Em seguida, teve início a etapa de caracterização nos doze setores comunitários, na qual foram coletados dados sobre manejo, pastagens, perfil e tamanho dos rebanhos, produção, condições sanitárias, comercialização e presença de meeiros ou arrendatários. Os formulários de coleta foram definidos com apoio do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz e da UFPA. O ICMBio assegurou suporte logístico – combustível e alimentação –, e a comunicação por *WhatsApp* mostrou-se estratégica diante das distâncias fluviais e da extensão da UC.

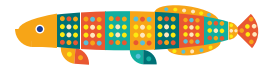
Em agosto de 2025, o ICMBio realizou doze reuniões setoriais para acompanhar o andamento da caracterização, identificar dificuldades e ajustar o Plano de Ação às necessidades locais. As reuniões evidenciaram ritmos distintos entre os setores e permitiram ajustes metodológicos. Na segunda reunião da CT, os dados levantados foram apresentados, debatidos e validados coletivamente, dando início à consolidação das informações que subsidiarão as próximas etapas. Atualmente, a caracterização encontra-se em fase ampliada,

integrando dados primários produzidos pelos setores e dados secundários institucionais, o que fortalece a base técnica necessária ao processo de regulamentação.

Para os meses seguintes, estão previstas novas fases: qualificação pedagógica dos representantes comunitários; elaboração de propostas de regulamentação; apreciação pelo Conselho Deliberativo; e encaminhamento ao setor jurídico do ICMBio para definição dos instrumentos legais adequados. Essas etapas apoiam-se na estrutura institucional consolidada da CT, no planejamento participativo e na base de caracterização já construída.

Todo o processo foi orientado pelos princípios da educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora, conforme o V Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental do ICMBio. A educação ambiental atuou como prática político-pedagógica voltada à qualificação da participação social, à redução das assimetrias de poder e à reflexão sobre os interesses políticos e econômicos que influenciam a questão bubalina. Esse enfoque reforça a necessidade de assegurar o usufruto exclusivo do território pelos extrativistas e de impedir o uso da RESEX como área de depósito de gado de terceiros.

1 A metodologia 5W2H é uma ferramenta de planejamento e gestão que organiza ações de forma objetiva a partir de sete perguntas-guia: *What* (o que será feito), *Why* (por quê), *Where* (onde), *When* (quando), *Who* (quem será responsável), *How* (como será executado) e *How much* (quanto custará). Essa ferramenta contribui para estruturar diagnósticos e planos de ação de forma clara e participativa.



RESULTADOS ALCANÇADOS e perspectiva de continuidade

Entre os resultados alcançados, destacam-se a consolidação da Câmara Temática como espaço institucional de debate e deliberação, a construção participativa do Plano de Ação e o avanço na caracterização da criação de animais de grande porte – conduzida pelos representantes comunitários com apoio do ICMBio, da Universidade Federal do Pará e do CDS. As reuniões setoriais fortaleceram a escuta e a participação social, validaram estratégias coletivas e qualificaram o processo de levantamento de informações.

Para os próximos meses, estão previstas a sistematização final da caracterização e a elaboração e o debate das propostas de regulamentação na CT e no Conselho Deliberativo. A definição do instrumento legal constitui etapa subsequente, ainda em construção, orientada pela abordagem crítica e participativa voltada ao enfrentamento dos conflitos de uso do território e à promoção da justiça socioambiental para as comunidades que dependem da bubalinocultura. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de manejo da Reserva Extrativista Verde para Sempre:** resumo executivo. Brasília, DF: ICMBio, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **OF.PRM/ATM/GAB 2/Nº 0212/2014.** Altamira, PA: MPF, 2014. Documento SEI ICMBio nº 0255534.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública.** 2. ed. rev. Brasília: IBAMA, 2006.

QUINZEIRO NETO, Talmir; LOURENÇO JÚNIOR, José de Brito; GARCIA, Alexandre Rossetto; SANTOS, Jair Carvalho dos; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos; NERES, Lilaine de Sousa. A bubalinocultura em áreas de Reserva Extrativista na Amazônia: o caso da RESEX Verde Para Sempre, Porto de Moz, Estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 9, n. 18, p. 115-136, jan./jun. 2014.



2

Formação Política para Jovens Lideranças no Território Médio Juruá, Carauari/AM

Autores:

Thais Carla Vieira Alves – Engenheira Ambiental, Técnica, AMECSARA; **David Franklin da Silva Guimarães** – Analista Ambiental, NGI Maués; **Raimundo Nonato Cunha de Lima** – Coordenador de Projeto, AMECSARA; **Raimunda Silva e Silva** – Jovem da Formação, Comunidade Nova Esperança; **William Silva da Costa** – Graduando em Pedagogia, FETAC, Comunidade Roque.



Unidade organizacional:

Reserva Extrativista Médio Juruá, Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo - AMECSARA e Fórum do Território do Médio Juruá

Período de realização:

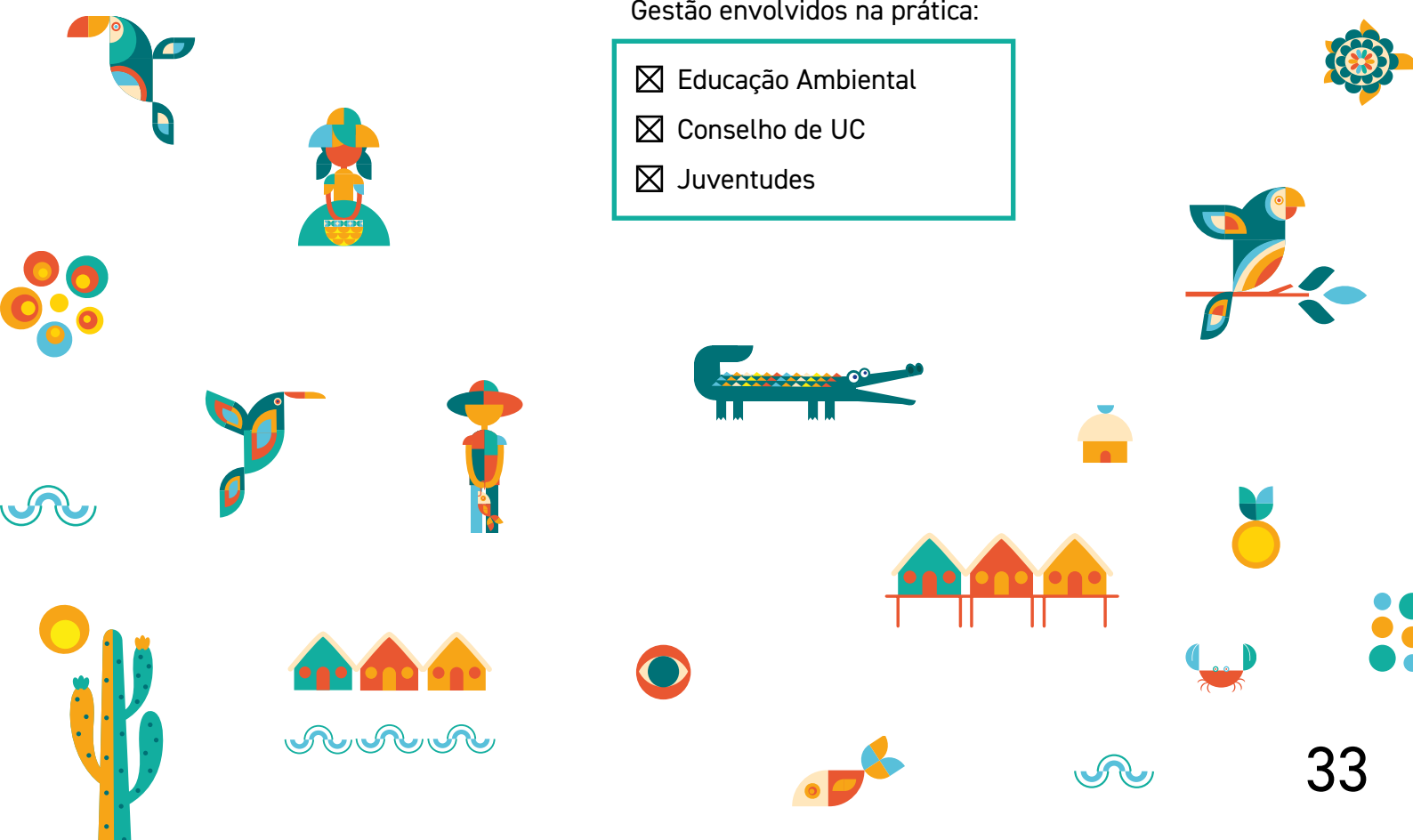
2024

Sujeitos priorizados na prática:

Jovens, homens e mulheres, de povos e comunidades tradicionais

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Conselho de UC
- Juventudes





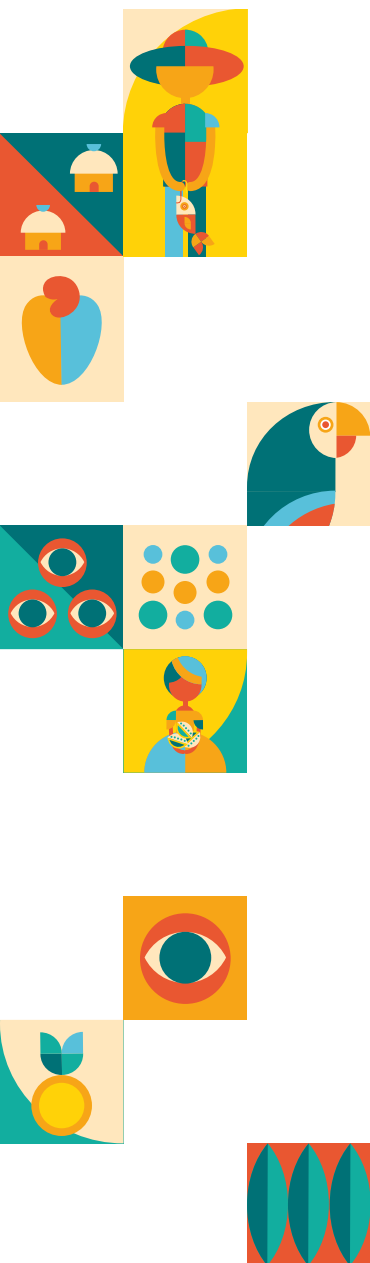
INTRODUÇÃO

A formação política da juventude do Médio Juruá tem como objetivo incentivar a participação dos jovens na gestão e fortalecer as organizações de base do território. Nesse sentido, os processos formativos contínuos reconhecem o papel da juventude nas lutas pela defesa de direitos, na resistência a ameaças, nas tomadas de decisão e no desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade.

O ciclo abrangeu comunidades da Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, área do Acordo de Pesca de Carauari e Terras indígenas dos povos Deni, Madja-Kulina e Kanamari. Trata-se de uma iniciativa em conjunto com o Fórum Território Médio Juruá, executado pela Associação de Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo (AMECSARA), com apoio operacional do Instituto Juruá e de parceiros como: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Sitawi Finanças do Bem; SOS Amazônia; e Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, implementada pela GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao longo da última década, as organizações locais do Médio Juruá fortaleceram-se ao implementar projetos com impactos ambientais e socioeconômicos voltados à promoção de melhorias na região. Esse fortalecimento está diretamente relacionado ao resgate da identidade territorial e à luta pela garantia de direitos – um movimento que remonta às décadas de 1970 e 1980, período marcado pela atuação dos movimentos de Educação de Base. Essa iniciativa foi fundamental para a consolidação da consciência coletiva e para a valorização das tradições locais, servindo de base para a articulação comunitária e para a defesa dos interesses do território (Guimarães *et al.*, 2024).





A juventude rural possui uma alta taxa de evasão do campo, motivada pela precariedade no acesso a políticas públicas básicas e pela escassez de investimentos na valorização da educação e do trabalho no campo (Silva *et al.*, 2020). Essa realidade não é diferente no Médio Juruá e, apesar dos avanços, a participação ativa dos jovens nesses processos ainda é restrita, considerando o grande potencial do território. A AMECSARA atua na capacitação de jovens lideranças do Médio Juruá, valorizando os aspectos de gênero e visando a um processo contínuo de capacitação, de renovação dos gestores nas organizações e de descentralização nas tomadas de decisão (Instituto Juruá, 2026).

Embora a necessidade de inclusão dos jovens em espaços decisórios seja amplamente discutida no território. Os jovens ainda não estão integrados efetivamente nesses espaços, o que limita a sua participação em processos fundamentais para acelerar o desenvolvimento sustentável e a transformação social. A inclusão desses jovens nessas esferas é essencial para que possam contribuir, a partir de suas próprias perspectivas, com o enfrentamento dos desafios contemporâneos da comunidade e do território do Médio Juruá (Brasil, 2024). Atualmente, o fomento a esses processos de formação depende da captação de recursos viabilizada pela AMECSARA e outras organizações do território por meio de projetos específicos.

METODOLOGIA

Para os ciclos de formação, o planejamento foi elaborado de modo a se adaptar à logística, à sazonalidade e às agendas internas locais. Para o ciclo em questão, as datas acordadas foram abril, julho e novembro/dezembro. Dessa forma, realizaram-se três módulos de formação política para jovens lideranças em 2024 e apenas um módulo em 2025, em razão de limitações orçamentárias.

Cada módulo teve duração de três a quatro dias, ocorrendo em regime de imersão em comunidades ou núcleos localizados nas unidades de conservação do Médio Juruá. Em média, cada etapa contou com a participação de cerca de 100 jovens, indicados por suas respectivas comunidades, com distribuição proporcional das vagas entre as localidades do território.

A definição das temáticas envolveu discussões em espaços coletivos, como fóruns e conselhos gestores, além de diálogos com jovens lideranças do território. Esse processo fundamentou-se em um diagnóstico da juventude realizado na localidade, o qual reuniu informações sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens em suas comunidades. Assim, os temas emergiram das demandas territoriais, buscando suprir necessidades formativas locais e específicas.



O ciclo de formação 2024/2025 abrangeu comunidades da Resex Médio Juruá, da RDS Uacari, da área do Acordo de Pesca do Baixo Carauari e de Terras Indígenas das etnias Kanamari de Carauari (Aldeia Taquara), Deni do Rio Xeruã e Kulina (Aldeia Matatibem). A iniciativa incluiu, ainda, participantes dos municípios de Itamarati, Juruá e Tefé, no estado do Amazonas.

Durante as oficinas, a temática central foi trabalhada a partir de uma abordagem multimétodo, que compreendeu mesas-redondas, palestras, discussões em grupo, trabalhos individuais e coletivos, mapeamento participativo, construção de planos de ação, entre outras estratégias. Todo o processo foi orientado metodologicamente pela educação popular freireana, baseada na dialética (Brandão; Fagundes, 2016), priorizando a construção coletiva de saberes entre lideranças históricas, técnicos e jovens do território.

Lideranças locais – homens e mulheres, ribeirinhos e indígenas – que desempenharam papéis centrais na criação de áreas protegidas e na ruptura com o modelo de exploração na região atuaram como palestrantes, compartilhando conhecimentos e enriquecendo o processo educativo das formações; entre eles, destaca-se o gestor da Resex Médio Juruá, reconhecido como uma das lideranças do território. Ademais, os jovens colaboraram na construção metodológica dos módulos,

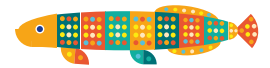
participando do planejamento e da execução das atividades. O cronograma também incluiu momentos lúdicos, como músicas, dinâmicas, gincanas e outras atividades recreativas para integrar diferentes comunidades.

Entre os módulos, foram realizadas atividades intermodulares de avaliação e monitoramento, nas quais os jovens receberam tarefas como construir árvores genealógicas, entrevistar lideranças comunitárias e realizar ações de incidência política em seus territórios.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

As formações fortalecem a gestão integrada e de conflitos, embora ainda existam lacunas de escuta por gênero e faixa etária nos espaços. Os desafios logísticos foram superados pelo apoio local, e os temas priorizados abrangem o resgate histórico, o cenário atual e os desafios da juventude.

Entre os principais resultados, destacam-se a melhoria na comunicação e na participação de jovens em espaços decisórios, a construção de plano de governo da juventude, a inserção em cargos de liderança e em cursos universitários, além da aprovação de vaga para a juventude no Conselho Gestor das Unidades de Conservação no Médio Juruá. Ademais, as formações aproximaram as lutas de comunidades extrativistas



e ribeirinhas das lutas indígenas das etnias Madja-Kulina, Kanamari e Deni no território.

Para os anos de 2026 e 2027, a AMECSARA aprovou quatro módulos financiados pelo Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL) – FGV/MMA, possibilitando a continuidade deste processo, extremamente relevante para o território. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Curso de formação política da juventude fortalece gestão socioambiental no território do Médio Juruá**. Brasília, DF: ICMBio, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/curso-de-formacao-politica-da-juventude-fortalece-gestao-socioambiental-no-territorio-do-medio-juruua>. Acesso em: 7 fev. 2026.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva *et al.* Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Carauari/AM. **Antíteses**, Londrina, v. 16, n. 31, p. 59-86, 2023. DOI: 10.5433/1984-3356.2023v16n31p059-086. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/47613>. Acesso em: 7 fev. 2026.

INSTITUTO JURUÁ. **Organizações de base comunitária**. Manaus: IJ, [2026]. Disponível em: <https://institutojuruua.org.br/forum-tmj/>. Acesso em: 7 fev. 2026

SILVA, Camilla Noel *et al.* Permanência no campo e juventude rural: estudo de caso da Rede de Sementes do Portal da Amazônia. **Cadernos de Agroecologia**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2020.

SITAWI FINANÇAS DO BEM. **Médio Juruá recebe curso de formação política para jovens lideranças do território**. [S. l.]: Sitawi, 2024. Disponível em: <https://sitawi.net/medio-juruua-recebe-curso-de-formacao-politica-para-jovens-liderancas-do-territorio/>. Acesso em: 7 fev. 2026.



Foto: NIG Maués



3

Instrumento de gestão e identidade: *a revisão do perfil da família beneficiária como estratégia de participação e protagonismo na Floresta Nacional Pau-Rosa*

Autores:

David Franklin da Silva Guimarães – Analista Ambiental, NIG Maués; **Katarine Victoria Bay Silva** – Analista Ambiental, NIG Maués; **Gessica Alanne Costa Santos** – Agente Temporário Ambiental, NIG Maués; **Karen Ademildes Sobral Moreira** – Agente Temporário Ambiental, NIG Maués; **Erika Freire de Sousa** – Agente Temporário Ambiental, NIG Maués.



Unidade organizacional:

Núcleo de Gestão Integrada Maués

Período de realização:

17 a 21 de setembro de 2025

Sujeitos priorizados na prática:

Comunidades tradicionais ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas Mundurukus e Sateré-Mawé

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Conselho de UC
- Perfil de Família Beneficiária





INTRODUÇÃO

O perfil da família beneficiária é um instrumento de gestão que visa promover o autorreconhecimento de povos e comunidades tradicionais a partir de aspectos culturais, sociais, religiosos, ancestrais e dos usos tradicionais dos recursos do território (Brasil, 2013). A construção do perfil da família beneficiária, ao primar pela participação e pelo protagonismo de povos e comunidades tradicionais, representa uma ruptura com o sistema colonial do Estado, configurando-se como uma medida decolonial (Veras; Sousa Júnior; Paiva, 2025).

O Estado, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), ao construir um instrumento de gestão protagonizado por povos e comunidades tradicionais, rompe com a colonialidade do poder ao possibilitar que os próprios atores sociais do território ocupem o centro das decisões. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo descrever a revisão do perfil da família beneficiária da Floresta Nacional de Pau-Rosa como estratégia de protagonismo social e garantia de direitos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Floresta Nacional (FLONA) de Pau-Rosa é uma Unidade de Conservação (UC) Federal de Uso Sustentável, criada em 2001, que abrange 988.186 hectares nos municípios de Maués e Nova Olinda do Norte, Amazonas. A área é caracterizada pelo difícil acesso logístico, somente por via fluvial ou aérea, a uma distância mínima de 120 km por rio a partir da sede de Maués. A FLONA Pau-Rosa abriga populações tradicionais ribeirinhas e indígenas com forte dependência do uso dos recursos naturais, distribuídas em 12 comunidades mapeadas no interior e no entorno imediato da unidade, totalizando cerca de 554 famílias e 1.842 pessoas, segundo levantamento do SISFamílias¹ realizado em 2025.

1 SISFamílias: é uma plataforma criada para coletar os dados, sistematizar, organizar e disponibilizar as informações sobre os Povos e as Comunidades Tradicionais e suas famílias nas Unidades de Conservação federais. (Fonte: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/sisfamilias>)



A necessidade de revisão do perfil da família beneficiária, vigente desde 2014, decorreu do reconhecimento de defasagens em relação às dinâmicas socioculturais atuais do território. O documento apresentava lacunas relevantes que geravam dúvidas quanto à identificação de beneficiários e usuários, como critérios de inclusão, exclusão e afastamentos, além de não contemplar adequadamente os processos contemporâneos de autorreconhecimento étnico das populações locais. Tal revisão não se configurou como iniciativa unilateral da gestão; pelo contrário, foi formalmente debatida e deliberada no âmbito da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Unidade, evidenciando que o aperfeiçoamento do instrumento emergiu como demanda da governança participativa e foi pactuado no principal espaço de participação e gestão compartilhada da unidade de conservação.

Os sujeitos priorizados foram as famílias tradicionais ribeirinhas e indígenas já reconhecidas como beneficiárias, situadas nas regiões dos rios Paraconi e Parauari/Amana, por integrarem o universo abrangido pelo levantamento SISFamília e por serem diretamente afetadas pelas regras de uso do território e pela legitimidade dos instrumentos de gestão. Mantém-se, contudo, a necessidade de levantamentos complementares em áreas ainda marcadas por lacunas informacionais sobre dinâmicas de uso e ocupação.

METODOLOGIA

O processo foi conduzido pelo ICMBio, por meio do Núcleo de Gestão Integrada de Maués, com apoio do grupo de acompanhamento indicado pelo Conselho Consultivo da FLONA Pau-Rosa. Foram realizadas oficinas de revisão organizadas como reuniões setoriais em três comunidades estrategicamente definidas, considerando a viabilidade de acesso e a participação das comunidades do território. As atividades contaram com a participação de representantes de todas as comunidades situadas no interior da unidade de conservação e de comunidades do entorno, totalizando aproximadamente 375 representantes de famílias de comunidades tradicionais e de povos indígenas, como Mundurucus e Saterés-mawé.

A metodologia adotada para a revisão do perfil da família beneficiária da Floresta Nacional de Pau-Rosa teve caráter participativo e primou por abordagens da pedagogia decolonial, fundamentada nos princípios freireanos da pedagogia da libertação (Lucini; Santana, 2019). Foram utilizados elementos lúdicos e regionalizados como forma de facilitar a interação com as famílias beneficiárias de povos e comunidades tradicionais do território.

Para a abordagem das temáticas relacionadas ao perfil da família beneficiária e aos instrumentos de gestão da unidade de conservação,



foi adotada uma metodologia participativa estruturada em três etapas:

1. apresentação da Instrução Normativa nº 35/2013 e da importância do perfil da família beneficiária para a FLONA Pau-Rosa;
2. apresentação dos critérios e das normas do perfil anteriormente vigente;
3. discussão coletiva para a construção do novo perfil.

Como ferramenta de apoio à compreensão dos participantes, o perfil foi representado graficamente por meio de um funil desenhado em papel, associado a personagens ilustrativos. Para cada personagem, foram apresentadas características específicas e os participantes, exercendo o papel de conselho consultivo, decidiam se esses personagens e sua família se enquadravam como beneficiárias, permitindo a visualização prática dos critérios de elegibilidade.

As discussões foram orientadas por questionamentos relacionados ao autorreconhecimento das famílias, ao uso dos recursos naturais, à ancestralidade, à definição das famílias beneficiárias e usuárias da UC e às regras aplicáveis a cada categoria. As oficinas tiveram caráter cumulativo, retomando sempre as discussões realizadas anteriormente e possibilitando inclusões, exclusões e ajustes progressivos da proposta.

Paralelamente às oficinas de revisão, foram implementadas ações de sensibilização ambiental voltadas exclusivamente ao público infantil, envolvendo crianças menores de 12 anos. As atividades foram conduzidas por colaboradores do ICMBio por meio de abordagens lúdicas e educativas, enquanto pais e responsáveis participavam das discussões sobre o perfil da família beneficiária.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

A revisão resultou em proposta de perfil de família beneficiária alinhada às dinâmicas socioculturais atuais do território, incorporando avanços estruturais, como reconhecimento de características identitárias e de autorreconhecimento étnico, critérios participativos para inclusão de novas famílias, normas sobre ausências justificadas e categorização de usuários.

A minuta foi submetida ao conselho consultivo na 9ª Reunião Ordinária, na qual foi debatida, ajustada e aprovada por unanimidade. O processo fortaleceu o vínculo entre gestão e comunidades, consolidando a legitimidade do instrumento e o protagonismo social na construção das normas territoriais.

Reconhece-se que o documento reflete o conhecimento disponível à época, restando



4

Encontros de Saberes do Fogo: *Boas práticas e fortalecimento da participação social na RESEX Tapajós-Arapiuns*

Autores:

Leonardo Milano – Analista Ambiental, RESEX Tapajós-Arapiuns; **Jôine Cariele Evangelista do Vale** – Analista Ambiental, RESEX Tapajós-Arapiuns.



Unidade organizacional:

**Reserva Extrativista
Tapajós-Arapiuns**

Período de realização:

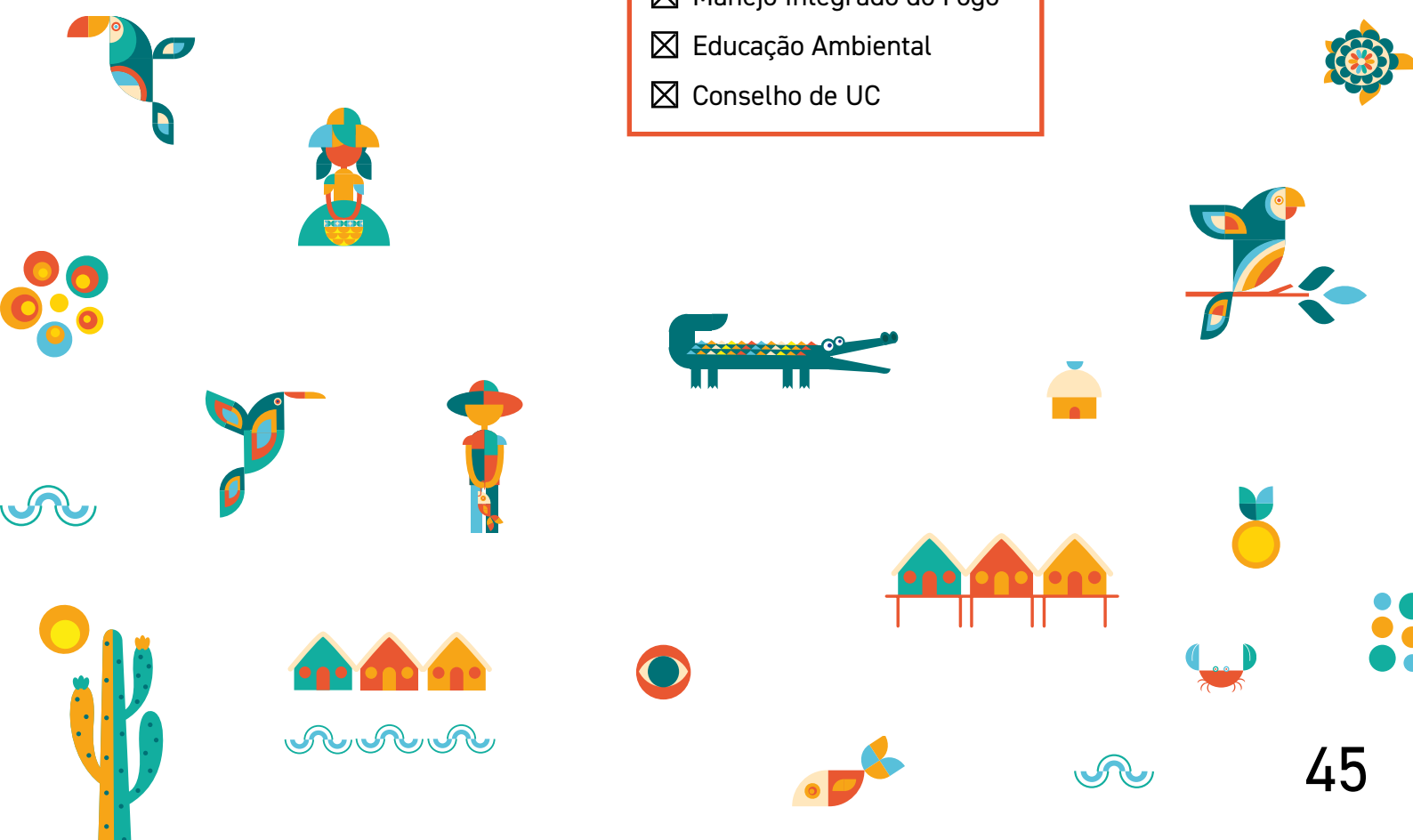
**Julho e outubro
de 2025**

Sujeitos priorizados na prática:

**Povos indígenas e
Comunidades Extrativistas**

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Manejo Integrado do Fogo
- Educação Ambiental
- Conselho de UC



INTRODUÇÃO

O projeto “Encontros de Saberes do Fogo: boas práticas e fortalecimento da participação social na RESEX Tapajós-Arapiuns” integrou a estratégia de prevenção a incêndios da Unidade de Conservação (UC), no âmbito do Plano de Manejo Integrado do Fogo. Teve como objetivo geral fortalecer a gestão participativa do território por meio da valorização dos saberes tradicionais associados ao uso e manejo do fogo. Como objetivos específicos, buscou aproximar as comunidades da gestão da UC; promover o diálogo horizontal entre moradores, brigadistas voluntários, comunitários e indígenas; identificar, incentivar e disseminar boas práticas de manejo do fogo; e ampliar a participação social nos processos de governança.

A iniciativa contribuiu para a transformação da realidade socioambiental local ao reconhecer o protagonismo dos povos tradicionais na prevenção de incêndios e no cuidado com o território, refletindo-se em significativa diminuição de incêndios florestais em relação a anos anteriores. As ações do projeto envolveram encontros formativos, rodas de diálogo e trocas de experiências, priorizando moradores, lideranças comunitárias e integrantes de brigadas voluntárias, comunitárias e indígenas da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A prática apresentada insere-se no contexto socioambiental da RESEX Tapajós-Arapiuns, território marcado pela presença histórica de comunidades tradicionais, ribeirinhas e povos indígenas que mantêm formas próprias de uso e manejo dos recursos naturais. A dinâmica territorial da reserva é atravessada por processos históricos de ocupação, pressões externas sobre a floresta, mudanças climáticas e recorrência de eventos extremos – como períodos prolongados de estiagem, que ampliam a vulnerabilidade a incêndios florestais. Nesse cenário, o uso do fogo constitui



simultaneamente um risco ambiental e uma prática tradicional associada a sistemas produtivos e ao manejo do território.

A escolha do tema decorre da centralidade do fogo como questão socioambiental sensível na RESEX, envolvendo conflitos potenciais entre práticas tradicionais, políticas de conservação e estratégias de prevenção a incêndios. A ausência de diálogo estruturado tende a reforçar abordagens punitivas ou descontextualizadas, com impactos negativos sobre a relação entre comunidades e gestão da unidade de conservação. Por outro lado, o reconhecimento dos saberes locais e a construção coletiva de boas práticas configuram uma importante potencialidade para fortalecer a governança territorial e reduzir riscos ambientais.

Os sujeitos priorizados foram moradores das comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, com ênfase em lideranças locais, brigadistas voluntários, comunitários e indígenas, decorrente de sua relação direta com o uso do fogo, a prevenção de incêndios e a resposta inicial a ocorrências no território. Esses grupos desempenham papel estratégico na implementação do Plano de Manejo Integrado do Fogo, atuando tanto na aplicação de práticas sustentáveis quanto na mediação entre normas institucionais e realidades locais. A priorização desses sujeitos buscou fortalecer

sua participação nos instrumentos de gestão da unidade de conservação, ampliando o diálogo, a corresponsabilização e a efetividade das ações de prevenção.

METODOLOGIA

A metodologia foi orientada por princípios de participação social, educação ambiental crítica e diálogo horizontal, em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999) e com o Manejo Integrado do Fogo da RESEX Tapajós-Arapiuns (Brasil, 2014). As ações foram organizadas de forma cronológica e articuladas ao calendário socioambiental do território, considerando os períodos de maior risco de incêndios florestais.

O planejamento das atividades foi construído de forma conjunta com representantes das brigadas voluntárias comunitárias e indígenas, do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns e da Associação de Moradores da RESEX Tapajós-Arapiuns (Tapajoara), assegurando que os temas e as estratégias refletissem as prioridades locais relacionadas ao uso do fogo e à prevenção de incêndios.

As ações consistiram na realização de encontros formativos nas comunidades, estruturados como espaços de troca de saberes e reflexão coletiva. As rodas de conversa e palestras foram conduzidas prioritariamente



por representantes das brigadas voluntárias, comunitárias e indígenas, promovendo um diálogo de igual para igual e valorizando experiências práticas. A atuação dos servidores da gestão da unidade de conservação concentrou-se na moderação e em falas institucionais breves, voltadas à contextualização dos instrumentos de gestão.

Como ferramentas metodológicas, utilizaram-se rodas de diálogo, relatos de experiências, análise coletiva de situações de risco, identificação de práticas tradicionais e discussão do Plano de Manejo Integrado do Fogo – apresentado de forma acessível e relacionado às práticas já existentes no território. Dinâmicas participativas e mapeamentos simples auxiliaram na compreensão das áreas de risco e das ações preventivas.

As estratégias de comunicação, sensibilização e mobilização priorizaram o contato direto, e a articulação com lideranças comunitárias e redes locais. As ações educativas buscaram qualificar a participação social nos instrumentos de gestão da unidade de conservação, fortalecendo a corresponsabilidade territorial, a atuação das brigadas e a adoção de boas práticas.

O monitoramento e a avaliação da prática ocorreram de forma contínua, por meio do registro das atividades, da escuta dos participantes e da análise dos resultados alcançados,

incluindo a redução de ocorrências de incêndios florestais em relação a anos anteriores.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

O projeto “Encontros de Saberes do Fogo” fortaleceu o Manejo Integrado do Fogo na RESEX Tapajós-Arapiuns, ampliando a participação social e a atuação de brigadas comunitárias e indígenas. Entre julho e setembro de 2025, percorreu 38 comunidades, realizou 29 oficinas, mapeou 83 roçados e identificou 18 áreas para queimas prescritas, envolvendo mais de 60 participantes.

A análise de dados (FIRMS/NASA e Brasil Mais) indica redução expressiva no ano de 2025: os focos de calor caíram de 864 (2023) e 615 (2024) para 200, enquanto as áreas queimadas passaram de 4.507,51 ha (2023) e 3.739,16 ha (2024) para 1.026,77 ha. Apesar da variabilidade climática, a redução associou-se ao fortalecimento das brigadas, à rede de monitoramento e às ações de prevenção. Prevê-se a continuidade das atividades em 2026 e a realização de um simpósio relacionado ao tema em 2027. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo Integrado do Fogo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.** Brasília, DF: ICMBio, 2024.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.** Brasília, DF: ICMBio, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

MOURA, Livia Carvalho *et al.* **Guia prático para elaboração de plano de manejo integrado do fogo em comunidades rurais e tradicionais.** Brasília, DF: ISPN: Ibama/Prevfogo: Boitatá Consultoria: UnB, 2023.





5

Vistoria de roçados tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós: participação social e tecnologias acessíveis para o fortalecimento da gestão territorial

Autores:

Monica Silva Garcia – Agente Temporária Ambiental, FLONA do Tapajós; **Bruno Delano Chaves do Nascimento** – Analista Ambiental, GR-1; **José Risonei Assis da Silva** – Analista Ambiental, FLONA do Tapajós.



Unidade organizacional:

Floresta Nacional do Tapajós

Período de realização:

2023

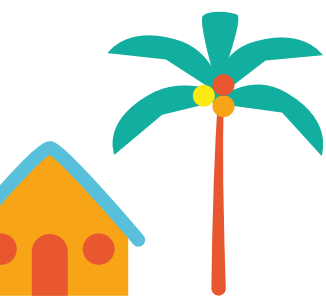
Sujeitos priorizados na prática:

Jovens comunitários da Unidade e as famílias tradicionais beneficiárias junto da agricultura familiar, com apoio institucional da Federação da FLONA do Tapajós e a equipe técnica do ICMBio

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Plano de Manejo
- Manejo Integrado do Fogo
- Educação Ambiental



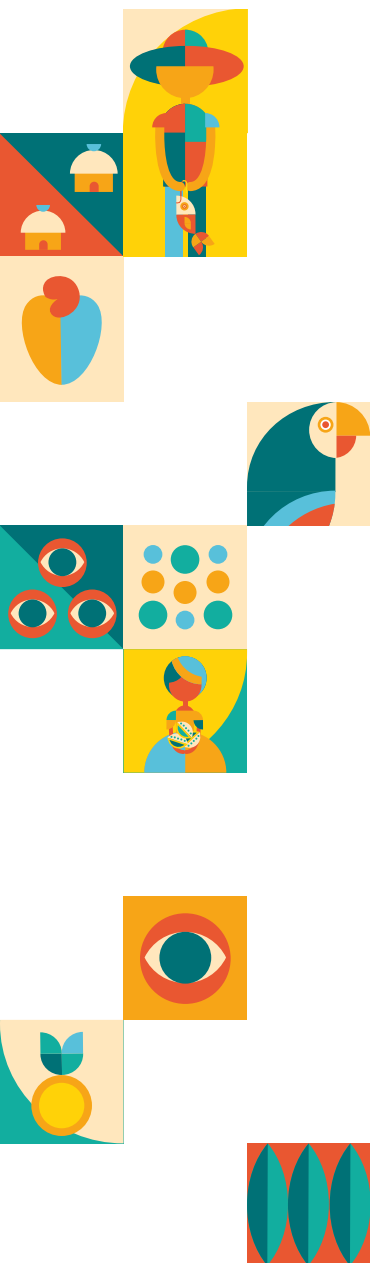


INTRODUÇÃO

A Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós é uma Unidade de Conservação (UC) federal localizada na Amazônia, criada pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, tendo como órgão gestor o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em seu interior, residem aproximadamente 1.050 famílias – cerca de 4.000 pessoas – distribuídas em 25 comunidades tradicionais e 3 aldeias indígenas, além de alguns lotes de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobrepostos à UC. Essa FLONA possui Plano de Manejo revisado e aprovado pela Portaria nº 238, de 28 de maio de 2019 (Brasil, 2019).

As famílias tradicionais da FLONA do Tapajós ainda têm na agricultura familiar de subsistência um dos principais aspectos de seus modos de vida – agricultura com ênfase na produção de mandioca e derivados, caracterizada pelos roçados: pequenas áreas de supressão de vegetação baseadas na agricultura tradicional de “corte e queima” em áreas de “capoeira” (floresta secundária) com uso controlado do fogo. Trata-se de agricultura sazonal influenciada pelo período de chuvas, com predominância de sistemas produtivos tradicionais, sem mecanização nem utilização de insumos externos e com predomínio de mão de obra familiar (Andrade; Silva, 2019; Almeida *et al.*, 2022; Santamaria, 2022).

O uso do fogo no preparo dos solos para os roçados é uma prática tradicional das populações da FLONA do Tapajós e das propriedades rurais de seu entorno; a queima descontrolada pode representar riscos à unidade de conservação. Para minimizar os riscos de possíveis impactos ambientais dessa atividade tradicional realizada anualmente pelos moradores, uma das ações de gestão do ICMBio é o controle dos roçados, realizado principalmente por meio de vistorias de campo para a emissão de autorizações de instalação de roçados (Rocha Sobrinho *et al.*, 2022).





CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde 2016, a gestão do ICMBio na FLONA do Tapajós identifica uma crescente demanda das comunidades tradicionais por novas áreas para implantação de roçados, adotando o monitoramento desse uso do solo como estratégia para ordenar o território e conciliar as atividades das famílias beneficiárias com a conservação dos recursos naturais (Silva *et al.*, 2018). Nesse processo, a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da FLONA do Tapajós (FCFT), detentora do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e representante política das comunidades, atua em conjunto com o ICMBio no levantamento anual das demandas. Após esse levantamento, o ICMBio realiza vistorias de campo para verificar a conformidade das áreas solicitadas com as normas técnicas e emite as autorizações para supressão da vegetação (Magalhães, 2020).

Essa prática apresentou resultados positivos no controle das atividades e na prevenção de incêndios florestais, associada a ações de educação ambiental e manejo do fogo. Contudo, a elevada demanda por vistorias exige grande investimento de tempo, recursos humanos e financeiros, o que passou a comprometer a capacidade operacional da gestão da UC. A escassez de servi-

dores e de recursos orçamentários, somada aos riscos impostos pela pandemia de COVID-19, tornou impossível a realização das vistorias em 2022.

Diante desse cenário, e visando garantir o atendimento às comunidades dentro do período climático adequado para os roçados, o ICMBio estabeleceu, em 2023, uma nova prática de gestão baseada na participação social das comunidades, no maior envolvimento da concessionária do território e no uso de soluções tecnológicas. Essa mudança buscou assegurar a continuidade do monitoramento dos roçados tradicionais e da emissão das autorizações, reduzindo a dependência das vistorias presenciais e fortalecendo a corresponsabilidade na gestão do território conforme as normas do Plano de Manejo da UC.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se na participação social e no uso de ferramentas tecnológicas para apoiar o processo de solicitação e monitoramento de roçados na Zona Populacional da FLONA do Tapajós. Com o apoio da FCFT – concessionária das áreas e detentora do CCDRU – o ICMBio promoveu a capacitação de jovens comunitários para atuarem como monitores de roçados, auxiliando no preenchimento de requerimentos e na rea-



lização de vistorias preliminares, com coleta de imagens georreferenciadas e informações sobre a abertura de roçados. As atividades valeram-se de ferramentas tecnológicas gratuitas e de fácil acesso.

Uma voluntária vinculada ao Programa de Voluntariado da FLONA do Tapajós foi capacitada pelos servidores do ICMBio e ficou responsável por organizar e conduzir os treinamentos, sob supervisão de um servidor. As capacitações incluíram conteúdos teóricos e práticos sobre os procedimentos de autorização para supressão de vegetação e uso do fogo, bem como sobre o uso dos recursos tecnológicos. A FCFT selecionou 13 jovens monitores de 11 comunidades, distribuídos conforme a localização territorial, e instituiu o pagamento de bolsa de apoio como incentivo à participação nas ações de gestão da UC.

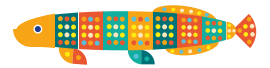
As capacitações ocorreram em três comunidades polo da FLONA do Tapajós – São Domingos, Piquiatuba e Itapaiúna – nos dias 12, 14 e 17 de abril de 2023. O treinamento foi dividido em duas etapas: i) abordou as normas para abertura de áreas de roçado e uso do fogo, conforme o Plano de Manejo da UC; ii) tratou do uso de aplicativos móveis. Adotou-se os aplicativos *Timestamp Camera*, para registro fotográfico com coordenadas geográficas, data e horário, e *KoBoCollect*, para

coleta e organização dos dados dos requerimentos, incluindo informações do solicitante, tamanho da área e imagens registradas (Google Play, 2023).

As ações educativas foram orientadas por abordagem pedagógica participativa, baseada na valorização dos saberes tradicionais e na construção coletiva do conhecimento. A metodologia priorizou a aprendizagem ativa, com práticas demonstrativas, simulações de situações reais e estímulo à autonomia dos participantes no processo de gestão territorial.

Nesse contexto, os jovens monitores foram formados não apenas como executores de atividades técnicas, mas como sujeitos ativos no processo de gestão, incentivados a refletir criticamente sobre o uso do território, o manejo do fogo e a importância do cumprimento das normas ambientais. Essa estratégia fortaleceu seu papel como agentes multiplicadores de conhecimento nas comunidades.

Após a capacitação, os jovens foram considerados aptos a realizar a coleta de requerimentos e as vistorias preliminares nas comunidades, atividade que ocorreu entre 8 de maio e 15 de junho de 2023. Como estratégia de controle, o ICMBio realizou vistorias presenciais em 10% das áreas autorizadas, selecionadas aleatoriamente, para verificar o cumprimento das normas do Plano de Manejo e o adequado manejo do fogo.



RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

Os monitores realizaram vistorias em 22 comunidades tradicionais da unidade de conservação, totalizando 537 áreas analisadas. Três comunidades não foram incluídas devido a conflitos territoriais, assim como as três aldeias indígenas.

Os dados coletados permitiram identificar a distribuição espacial dos roçados, a área média por família e a área total requerida para conversão. Também possibilitaram o levantamento das principais culturas agrícolas, sendo a mandioca indicada em aproximadamente 92% dos requerimentos.

Além disso, foram registradas informações sobre o calendário agrícola, incluindo períodos previstos para preparo do solo e uso do fogo, contribuindo para o planejamento das ações de manejo e prevenção de incêndios.

Do ponto de vista da gestão socioambiental, a prática representa uma inovação e demonstrou potencial de fortalecimento da governança territorial ao promover a participação ativa de jovens comunitários da unidade de conservação no monitoramento do uso do solo e na prevenção de riscos ambientais. A descentralização das vistorias ampliou a capacidade operacional do ICMBio e reforçou a corresponsabilidade dos beneficiários, enquanto

a integração entre tecnologia acessível e conhecimento local trouxe maior agilidade na análise dos dados e melhor organização das informações, com maior aderência às normas do Plano de Manejo.

As vistorias anteriores demandavam equipes numerosas, viaturas, combustível, alimentação e pernoite – representando alto custo operacional para a unidade de conservação.

A nova estratégia de emissão de autorizações de roçados – que elimina a etapa de vistoria a ser realizada pelo órgão gestor – representa maior eficácia na gestão, ao viabilizar a emissão de todas as autorizações dentro do prazo adequado para o início das atividades pelos comunitários, e maior eficiência no uso dos recursos públicos destinados à UC.

Além disso, a continuidade da prática tende a consolidar um modelo de gestão socioambiental participativo e adaptado à realidade local, com potencial de replicação em outras unidades de conservação com contextos semelhantes, fortalecendo a integração entre conservação ambiental e os modos de vida tradicionais. ■



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Everton Cristo de *et al.*
Agroextrativismo nas comunidades ribeirinhas do Baixo Tapajós. *In*: ANDRADE, Dárlison Fernandes Carvalho de; SPÍNOLA, Jackeline Nóbrega (org.). **O rio que nos une: uso & gestão na Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.** Brasília, DF: ICMBio, 2022. p. 159-170. 1 *E-book* (PDF).
- ANDRADE, Marcelo Moraes de; SILVA, Danielle Wagner. Social organization forms and institutional dynamics in the Tapajós-Arapiuns Reserve, state of Pará, Brasil. **Sustainability in Debate**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 142-154, ago. 2019.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Tapajós: diagnóstico.** Santarém, PA: ICMBio, 2019. v. 1. 258 p.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Tapajós: planejamento.** Santarém, PA: ICMBio, 2019. v. 2. 144 p.
- GOOGLE PLAY. **KoBoCollect.** [S. l.]: Google, 2023.
- GOOGLE PLAY. **Timestamp Camera.** [S. l.]: Google, 2023.
- MAGALHÃES, Luiz Felipe Rêgo. **Abertura de roçados para produção familiar nas comunidades da Floresta Nacional do Tapajós.** 2020. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, 2020.
- SANTAMARIA, Maurício Mazzotti. Manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. *In*: ANDRADE, Dárlison Fernandes Carvalho de; SPÍNOLA, Jackeline Nóbrega (org.). **O rio que nos une: uso & gestão na Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.** Brasília, DF: ICMBio, 2022. p. 171-182. *E-book* (PDF).
- ROCHA SOBRINHO, José Humberto Fernandes da *et al.* Percepção socioambiental e análise espacial de infrações ambientais e uso tradicional do solo na Floresta Nacional Tapajós. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 184-199, 2022.



Foto: Flávio Bocarde.

6

Pesquisa e Conservação da *Bonnetia Neblinae* – *Urihi a Aherua Maçarandubinha temi temi: Encontro de Saberes com os Yanomami*

Autores:

Flávio Bocarde – Analista Ambiental, CEPAM; **Sara Alves dos Santos** – Analista Ambiental, CCOL/CGTER/DISAT; **Érika Fernandes Pinto** – Analista Ambiental, CGSAM/DISAT; **Gabriella Calixto Scelza** – Analista Ambiental, NGI Costa dos Corais.



Unidade organizacional:

**Núcleo de Gestão Integrada
Pico da Neblina e Centro
Nacional de Pesquisa e
Conservação da Biodiversidade
Amazônica – CEPAM**

Período de realização:

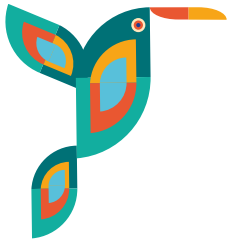
**24 de julho a
14 de agosto de 2025**

Sujeitos priorizados na prática:

Membros/participantes do Plano de Visitação Yaripo - Ecoturismo Yanomami: coordenador, subcoordenador, guias, condutores, cozinheiras, pilotos e proeiros, e os demais atores envolvidos remetem a composição da população Yanomami do Etnosetor Maturacá em seus diversos estratos sociais: população em geral ou kasithere, líderes tradicionais ou Pata thepe, líderes espirituais ou Xapori, professores Yanomami e membros das associações Yanomami diretamente ligadas ao território (AYRCA e AMY Kumirayoma)

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Turismo de Base Comunitária
- Monitoramento da Biodiversidade



INTRODUÇÃO

Como parte do *Pantepui* e inserido no conjunto de montanhas de topo plano que ocorrem no Escudo das Guianas, na divisa Brasil/Venezuela, o Pico da Neblina é o maior *tepui* brasileiro (2.995 m). Denominada *Yaripo* (serra das tempestades) pelos Yanomami, essa montanha, reconhecida como “Casa dos Espíritos”, está inserida em duas áreas protegidas sobrepostas: o Parque Nacional (PARNA) do Pico da Neblina (1979) e a Terra Indígena (TI) Yanomami (1992).

Essa intervenção buscou promover uma reflexão coletiva sobre os riscos de degradação da “maçarandubinha” (*Bonnetia neblinae Miguire*), espécie endêmica da região, e sobre estratégias de conservação que considerem contribuições de diferentes agentes e articulações entre saberes científicos, técnicos e tradicionais Yanomami. Envolveu pesquisa bibliográfica e documental, planejamento coletivo, participação de gestores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em assembleia do Povo Yanomami, realização de uma oficina de Encontro de Saberes e uma expedição ao Pico da Neblina.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os estudos que respaldaram a criação do PARNA Pico da Neblina, feitos no período ditatorial, consideraram a área despovoada. Com base na epistemologia naturalista da Teoria dos Refúgios, a Unidade de Conservação (UC) seria um imenso “banco de germoplasma” para a manutenção de espécies. Os indígenas foram invisibilizados e a paisagem foi desprovida dos seus significados culturais e espirituais.

Os pantepuis são reconhecidos pela ampla diversidade e incidência de endemismos. As florestas e os campos de altitude do Pico da Neblina são compostos por mais de 690 espécies vegetais descritas, mas predomina uma vegetação conhecida como “maçarandubinha”, que se apresenta tanto na forma de arbustos como de pequenas árvores. Esses ambientes são afetados pela abertura de trilhas, instalação de acampamentos turísticos e realização de exercícios militares, atividades previstas nos instrumentos de gestão da UC e TI, mas que implicam em pisoteio, abertura de clareiras e uso da madeira para fazer fogo para cozinhar e aquecer.



A principal ameaça a esses ambientes, no entanto, é representada pelos garimpos ilegais de ouro, que causam supressão total da vegetação, fragilização de encostas, contaminação das águas por mercúrio, além de conflitos e impactos sociais sobre o Povo Yanomami relacionados a conexões com outros crimes transfronteiriços.

Após um grande incêndio em 2023, sob o efeito do fenômeno *El Niño*, que devastou mais de 740 ha de vegetação, o ICMBio fomentou pesquisas sobre os impactos na vegetação do Pico da Neblina, as quais resultaram na identificação da “maçarandubinha” como espécie endêmica. Avaliada pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) como em “perigo de extinção”, tanto o garimpo ilegal quanto a iniciativa Ecoturismo Yanomami foram apontados como ameaças à espécie. Tal avaliação, no entanto, não considerou a cosmovisão Yanomami relacionada à terra-floresta *Urihi a Aherua*, fornecendo uma leitura parcial do contexto.

METODOLOGIA

Com quem, como, onde e desde quando se produz conhecimento? O que significa pensar com outros que não foram forjados nas epistemologias ocidentais? Que novas metodologias podem surgir desses encontros? Tais questionamentos guiaram essa intervenção, situando-a como uma pesquisa participante (Fals Borda,

1980) e de perspectiva decolonial (Santos, 2015), ao envolver pesquisadores e gestores ao lado dos indígenas para edificar uma ciência que inclui a diversidade de saberes.

A intervenção foi composta por três atos:

- 1º Participação de pesquisadores e servidores do ICMBio e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na XXIV Assembleia Ordinária da Associação Yanomami AYRCA, em Maturacá, aproveitando o espaço político endógeno de diálogo coletivo para engajá-los a participar da oficina “Encontro de Saberes”;
- 2º Realização da Oficina “Pesquisa e Conservação da *Bonnetia neblinae* - *Urihi a Aherua*, *maçarandubinha temi temi*: Encontro de Saberes com os Yanomami”. Durante dois dias, mais de 80 indígenas envolveram-se no compartilhamento de resultados das pesquisas realizadas na região e no diálogo entre os saberes científico, técnico e tradicional. Contando com tradução para viabilizar a interlocução interétnica, as atividades incluíram apresentações expositivas e o uso de imagens, vídeos e mapas. Pesquisadores apresentaram resultados do inventário botânico, com destaque para espécies não descritas pelas ciências biológicas – duas delas nomeadas no evento, incorporando elementos da cosmogonia Yanomami ao léxico científico. O debate sobre o texto “Os pés do



Sol”, de Kopenawa e Albert (2023), instigou a discussão sobre os efeitos do garimpo no território e na saúde do povo. O engajamento Yanomami superou as expectativas: líderes tradicionais protagonizaram extensos debates, e a facilitação gráfica, conduzida inicialmente por uma servidora do ICMBio, foi assumida por jovens indígenas. Tal processo resultou em mais de 50 desenhos que revelam a riqueza de compreensões sobre as dinâmicas do território e o diálogo pioneiro entre distintas ontoepistemologias.

- 3º Realização de uma expedição ao *Yaripo*. Buscando promover uma reflexão em campo sobre aspectos culturais e espirituais do povo Yanomami com relação ao *Yaripo*, bem como mobilizar estratégias de conservação da *Bonnetia neblinae* e dos campos alto-montanos, o planejamento da expedição foi construído participativamente. Além de gestores públicos e condutores do projeto de Ecoturismo Yanomami, envolveram-se representantes das associações AYRCA e AMY *Kumirayoma*, professores locais e lideranças tradicionais Yanomami que não haviam visitado o cume anteriormente. A expedição foi apresentada como um momento de “PesquisAção! – saber/fazer e sentir/pensar com o território em uma nova forma de produzir um encontro de saberes. Rapidamente capturada pelos Yanomami, ela foi ressignificada como *wa-*

yum (expedições ancestrais pelo território) e nomeada *Hamãmõ* (“Encontro com os Espíritos”), reforçando a articulação entre aspectos ecológicos, culturais e espirituais.

RESULTADOS ALCANÇADOS e perspectiva de continuidade

Yaripo é mais que uma montanha e território de vida de inúmeras espécies – é a casa de espíritos ancestrais e um local sagrado. Nessa intervenção, buscou-se fomentar o monitoramento participativo da biodiversidade associado a iniciativas que potencializem as diversas ontoepistemologias dos atores territoriais envolvidos. Divergindo das recomendações do CNCFlora, que enquadrou o ecoturismo como ameaça à maçarandubinha, intentamos aproximar a formulação de estratégias de conservação dos campos alto-montanos às ações protagonizadas pelos Yanomami.

Um significado possível dessa jornada para integrar saberes técnico-científicos aos valores culturais e espirituais foi expresso no canto cerimonial *Wayamom* (Encontro com os Espíritos), do guia Tomé Fonseca: *Hamãmõ hamãmõrihe, Yaripora kihami, Norimire yape kaime, Hamãmõrihe, Hamãmõ hamãmõrihe* (vamos em grupo ao encontro com os espíritos, vamos todos juntos ao *Yaripo*, amigos próximos e visitantes, vamos em grupo ao encontro com os espíritos). ■



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, B.; LE TOURNEAU, F.-M. Florestas Nacionais na Terra Indígena Yanomami: um cavalo de Troia ambiental? *In*: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. p. 372-383.

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. *In*: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado: IRD, 2002. p. 239-274.

ALBERT, B. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: A propósito do caso Yanomami. *In*: PHILIPPE, L.; DE OLIVEIRA A.E. (ed.). **Amazônia: a fronteira agrícola vinte anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 37-58.

BARRETO, J. P. L. **O mundo em mim**: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto Rio Negro. Manaus: Mil Folhas, 2022. 260 p.

BARRETTO FILHO, H. T. Áreas Naturais, Artefatos Culturais: uma perspectiva antropológica sobre as unidades de conservação de proteção integral na

Amazônia brasileira. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. (orgs.).

Mobilizações

Étnicas e Transformações Sociais no Rio Negro. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 148- 211.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Estratégia de monitoramento e avaliação de processos de educação ambiental em unidades de conservação federais**. Brasília, DF: ICMBio, 2017.

FALS BORDA, O. **La ciencia y el pueblo**. Bogotá: Punta de Lanza, 1980.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 42-62.

KOPENAWA, D.; Albert, B. **A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **O espírito da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

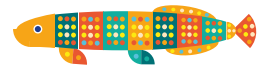


Foto: Zayon Bheringcer dos Reis e Safatle.

7 Promovendo a autonomia comunitária na cadeia produtiva do Açaí – Quilombo Cunani, Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá

Autores:

Zayon Bheringcer dos Reis e Safatle – Antropólogo, COGCOT/CGSAM/DISAT; **Sérgio Fernandes Freitas** – Analista Ambiental, Coordenador Geral, CGSAM/DISAT.



Unidade organizacional:

Parque Nacional do Cabo Orange e Coordenação de Gestão e Compatibilização de Direitos em Territórios Tradicionais – COGCOT/CGSAM/DISAT



Período de realização:

Julho a outubro 2025

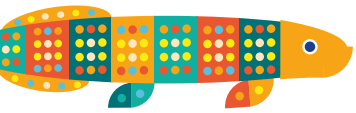
Sujeitos priorizados na prática:

Mulheres de Cunani; lideranças de Cunani; homens que trabalham na colheita do Açaí

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Termo de Compromisso
- Desenvolvimento de Cadeia Produtiva





INTRODUÇÃO

O projeto surgiu no contexto de elaboração do Termo de Compromisso entre o Quilombo Cunani – parcialmente sobreposto pelo Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), no Amapá (Brasil, 1980) – e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em uma das oficinas para esse fim, a comunidade apresentou a demanda por maior controle e governança, protagonizados pelo próprio grupo social, no que diz respeito à cadeia produtiva do açaí (*Euterpe oleracea*). Diante de experiências exitosas na Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, as quais envolvem cadeias de diferentes produtos florestais na Amazônia, buscou-se a colaboração com representantes dessa reserva para construir uma proposta de intervenção de forma colaborativa.

O objetivo geral do projeto é fortalecer a autonomia comunitária na cadeia produtiva do açaí e, dessa forma, aprimorar a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Buscou-se, para tanto, incentivar a reflexão e o protagonismo comunitário através do intercâmbio com a Resex do Médio Juruá e da realização de oficinas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A comunidade é bastante isolada. A maioria dos moradores possui casa na cidade próxima de Calçoene, que vive uma significativa evasão de jovens decorrente estudo e trabalho. A região, situada na fronteira com a Guiana Francesa, foi historicamente objeto do contestado franco-brasileiro: entre 1885 e 1887, o território não pertenceu a nenhum dos países, constituindo a República Autônoma de Cunani (Danton, 2021). Posteriormente, em 1980, o Parque Nacional do Cabo Orange foi criado de modo a abranger o território do Quilombo de Cunani.





O açaí de Cunani é conhecido pela sua qualidade e representa a maior fonte de renda do quilombo. No entanto, observam-se perdas significativas oriundas da existência de atravessadores – dinâmica socioeconômica comum no meio rural, que envolve a entrada de indivíduos externos à comunidade, os quais promovem desrespeitos, insegurança, vulnerabilidade e sensação de impotência. A menção a essa situação, na dissertação de Thaylana da Silva Jucá (2015), demonstra que se trata de uma dinâmica estabelecida há no mínimo dez anos. Atualmente, há uma divisão dos açaizais por famílias; o fato de algumas delas arrendarem suas áreas é visto como um problema pela comunidade, que enfatiza o domínio dos atravessadores perante aos quilombolas.

Tal problema foi escolhido por ser uma demanda da comunidade e pela oportunidade de colaboração entre ICMBio e quilombo, visando promover o bem-estar social e a conservação ambiental do território sobreposto. Esse cenário é historicamente conflituoso por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Elencamos como sujeitos prioritários as mulheres, os homens que trabalham na colheita do açaí e lideranças de Cunani, grupos que apresentam uma significativa interseção entre si. Trata-se das pessoas mais presentes e atuantes no território, as quais possuem maior

interesse em aprimorar a cadeia de produção do açaí, visando tanto à segurança e à sustentabilidade quanto ao retorno financeiro.

METODOLOGIA

Diante do problema acima descrito, apostamos em uma metodologia participativa, informada pelos princípios da educação ambiental crítica e emancipatória (Freire, 1997; Quintas, 2006; 2009). Buscou-se propiciar espaços e ferramentas destinados à reflexão coletiva e ao desenvolvimento de uma atitude proativa e autônoma frente às dificuldades enfrentadas nas dinâmicas sociopolíticas na comunidade.

A elaboração do projeto contou com o apoio da equipe pedagógica do V Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental, assim como de Manoel Cunha, liderança extrativista e chefe da Resex do Médio Juruá. Para a execução, a iniciativa dispôs de recursos da Chamada de Projetos em Educação Ambiental da Coordenação de Educação Ambiental e Formação Cidadã do ICMBio.

Foram realizadas reuniões virtuais de planejamento envolvendo a equipe do Parque Nacional do Cabo Orange, a presidente da Associação de Remanescentes e Moradores do Quilombo Cunani, Rosimeire Ramos, e lideranças da Resex do Médio Juruá. Cleuton Miranda, agente temporário ambiental do PNCO,



forneceu apoio logístico, e Dinalva Martins Silva, apoio administrativo, ambos de suma importância, tendo em vista a complexidade logística dos intercâmbios.

A primeira etapa presencial, concluída em outubro de 2025, incluiu uma oficina facilitada por Maria das Neves e Rosimeire Ramos, viabilizando o intercâmbio de representante da Resex

no Quilombo Cunani para troca de experiências. A oficina envolveu a apresentação da história da Resex e o compartilhamento de desafios como o enfrentamento à existência de atravessadores, e problemas associados à prostituição, às perdas financeiras e às diversas formas de violência e opressão. Historicamente, as associações do Médio Juruá iniciaram-se com poucos membros, ganhando adesão à medida que os resultados de seu trabalho se tornaram tangíveis.

Hoje, as comunidades da Resex são um belo exemplo de autogestão e organização comunitária. Durante o encontro, aprofundou-se o diagnóstico socioambiental para a identificação de atores e das dinâmicas problemáticas da cadeia produtiva, utilizando-se a metodologia de entrevistas semiestruturadas em grupos focais. As próximas etapas são o intercâmbio de lideranças do Quilombo Cunani na Resex do Médio Juruá e as oficinas para definição dos próximos passos. Entre os caminhos possíveis, destaca-se a elaboração de um “Guia de Boas

Práticas” ou de um “Protocolo Comunitário”, instrumentos para ordenar a entrada de pessoas alheias à comunidade e estabelecer acordos de convivência e exploração.

No entanto, destaca-se que não há pretensão de resolver o problema apenas com algumas oficinas, pois seria uma atitude ilusória diante da complexidade da situação, uma vez que a relação com os atravessadores não costuma ser unicamente econômica, mas também social. Busca-se incentivar a proatividade da própria comunidade na construção de seus projetos coletivos. De acordo com Manoel Cunha, trata-se de demonstrar à comunidade que outra forma de manejo e comercialização de seus produtos é possível, e que a autogestão já é uma realidade em outras comunidades.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

A nosso ver, o resultado mais importante foi a apresentação da história e da autogestão produtiva da Resex do Médio Juruá, demonstrando que há caminhos para enfrentar os desafios atuais. Promoveu-se a reflexão das mulheres acerca de sua importância na cadeia produtiva. Maria das Neves enfatizou a importância de apoiadores externos, como o próprio ICMBio. O próximo passo definido coletivamente é o intercâmbio na Resex, de



preferência em abril de 2026, mês da assembleia da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC).

O diagnóstico socioambiental da cadeia produtiva foi aprofundado, na qual a cooperativa recém-criada emerge como uma importante protagonista a ser fortalecida. Em 2026, as próximas etapas são o intercâmbio mencionado anteriormente e a realização de oficinas para o aprimoramento da cadeia. No final de 2025, foi realizada uma reunião com a nova servidora, analista ambiental do parque, a fim de garantir a continuidade das ações com o envolvimento da equipe gestora local, incentivando a gestão participativa local. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 84.913, de 15 de julho de 1980.** Cria, no Território Federal do Amapá, o Parque Nacional do Cabo Orange, com os limites que especifica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1980.

JUCÁ, Thaylana Soraya da Silva. **O novo contestado:** territorialidade e conflitos entre o Parque Nacional do Cabo Orange e a Comunidade Remanescente do Quilombo de Cunani, no estado do Amapá. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

DANTON, Gian. A República do Cunani. *In:* **Blog Ideias de Jeca-Tatu.** Macapá, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://www.alcinea.com/cultura/a-republica-do-cunani-3>. Acesso em: 8 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1997.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. *In:* Carlos Frederico Benardo Loureiro; Philippe Pomier Layrargues; Ronaldo Souza de Castro. (Org.). **Repensar a educação ambiental:** um olhar crítico. São Paulo: CORTEZ, 2009, v. 1, p. 33-79.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública.** 2. ed. Brasília: IBAMA, 2006.



Foto: Isaira Alves de Sousa.

8

Educação Ambiental como ferramenta de gestão e cidadania: a experiência do Programa de Educação Ambiental no Parque Nacional de Ubajara

Autores:

Letícia Duarte Silva – Agente Temporária Ambiental, PARNA Ubajara; **Luciana Aires Barreira de Amorim** – Analista Ambiental, PARNA Ubajara; **Diego Bezerra Rodrigues** – Chefe da Unidade de Conservação, PARNA Ubajara.



Unidade organizacional:

Parque Nacional Ubajara

Período de realização:

**Abril a dezembro
de 2025**

Sujeitos priorizados na prática:

Artesãos locais, Conselho
de UC, Grupo Temático
de Educação Ambiental,
Estudantes e Comunidade Local

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Plano de Manejo
- Educação Ambiental
- Conselho de UC





INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Ambiental (PEA) do Parque Nacional (PARNA) de Ubajara, atualizado para 2025, é política pública prioritária no Plano de Manejo. A intervenção responde às pressões antrópicas na Serra da Ibiapaba, consolidando a educação ambiental como instrumento de gestão socioambiental.

Seu objetivo geral foi mitigar a vulnerabilidade socioambiental e fortalecer o pertencimento territorial (Sales; Selva, 2024). Especificamente, buscou-se: proteger os recursos e valores fundamentais da unidade de conservação (UC); qualificar a participação social na governança da UC por meio do Conselho Consultivo e do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA); e promover a integração de saberes entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a comunidade.

A prática visou superar modelos conservacionistas excludentes, com foco na responsabilidade e na cidadania ambiental. Ao fomentar a apropriação simbólica do parque, o programa busca prevenir ameaças críticas, como incêndios e caça, substituindo a coerção pela conscientização e engajamento voluntário.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Parque Nacional de Ubajara, situado no ecótono entre a Caatinga e a Mata Atlântica na Serra da Ibiapaba, insere-se em um território de singular complexidade socioambiental. Criada em 1959, a unidade protege o maior patrimônio espeleológico do Ceará e importantes recursos hídricos, mas historicamente enfrenta pressões decorrentes da ocupação antrópica desordenada e do uso conflitante do solo, manifestadas em incêndios florestais e na caça predatória. A escolha desta problemática para a intervenção educativa justifica-se pela urgência em mitigar tais ameaças aos recursos e valores fundamentais da unidade, construindo um diálogo que integre os saberes locais aos propósitos de conservação do parque.



A prática fundamenta-se na necessidade de transmutar a relação de distanciamento entre a UC e a comunidade em um vínculo de pertencimento. O contexto socioambiental exigia uma abordagem que transcendesse a fiscalização punitiva, apostando na construção de uma consciência crítica. Por isso, os sujeitos priorizados nas ações de engajamento foram os atores-chave da comunidade, com destaque para os artesãos locais e os membros do Conselho Consultivo e do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA). De forma complementar, promoveu-se um processo de sensibilização com estudantes da educação básica dos municípios da zona de amortecimento (Ubajara, Tianguá, Frecheirinha e Ibiapina). A inclusão desse grupo justifica-se pelo seu potencial multiplicador nas famílias e pela proximidade afetiva e territorial, essencial para a formação de futuros atores na governança ambiental.

Essa priorização dialoga diretamente com os instrumentos de gestão: o Programa de Educação Ambiental é classificado como prioridade alta pelo Plano de Manejo (2023), e sua execução ocorre de forma participativa por meio do Conselho Consultivo e Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA). Assim, a prática não é isolada, mas uma ferramenta de gestão que integra o conhecimento técnico do ICMBio à realidade local para fortalecer a cidadania e a proteção da biodiversidade.

METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

A metodologia adotada fundamentou-se na interdisciplinaridade e na educação ambiental crítica, estruturando-se cronologicamente para alinhar as ações aos instrumentos de gestão da unidade de conservação. O planejamento e a execução seguiram as diretrizes do Plano de Manejo (2023) e do Protocolo Operacional da Visitação (PROV) nº 01/2025, utilizando a interpretação ambiental como ferramenta central para engajamento e sensibilização.

Para qualificar a participação da comunidade na gestão e priorizar os atores locais, realizaram-se ações voltadas à valorização da identidade territorial. A principal estratégia foi a oficina “Biodiversidade Cultural”, que capacitou 84 artesãos para representarem a fauna e a flora locais em seus produtos, fortalecendo a economia criativa associada à conservação. Em paralelo, a governança participativa foi exercida por meio do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) e do Conselho Consultivo, garantindo que as demandas da comunidade fossem escutadas e integradas ao planejamento.

Como processo complementar de sensibilização, as atividades com estudantes foram segmentadas por público. Para a Educação



Infantil e o Ensino Fundamental I, o Horto Florestal funcionou como sala de aula ao ar livre para vivências lúdicas. Para o Ensino Fundamental II, o Ensino Médio e a Educação Superior, foram realizadas visitas interpretativas na Trilha da Samambaia e na Gruta de Ubajara, mediadas por condutores credenciados. Grupos universitários atuaram com autonomia mediante Termo de Conhecimento de Riscos. A mobilização valeu-se de redes sociais (*Instagram* e site institucional) e parcerias estratégicas. Destacam-se a ONG Aquasis, que utilizou a reintrodução do periquito-cara-suja como espécie-bandeira para mobilizar 403 alunos da rede pública, e os ciclos de palestras do Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF), ministradas por brigadistas para trabalhar a prevenção de incêndios.

O monitoramento foi contínuo e participativo. Quantitativamente, o registro de indicadores consolidou 58 visitas escolares e 2.382 alunos em relatórios trimestrais para avaliar fluxo e demanda. Qualitativamente, a avaliação ocorreu por meio das reuniões ordinárias do Conselho Consultivo e do GTEA. Esses espaços serviram como mecanismo de retroalimentação para ajustar cronogramas e aprimorar estratégias pedagógicas diante de desafios operacionais, como o cumprimento dos prazos de agendamento.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

O ciclo de 2025 alcançou resultados expressivos na gestão participativa do Parque Nacional de Ubajara. Qualitativamente, o maior impacto ocorreu no engajamento dos atores prioritários: a oficina “Biodiversidade Cultural” capacitou 84 artesãos, aliando geração de renda à valorização da fauna e da flora nativas. Além disso, o fortalecimento do GTEA ampliou o protagonismo da comunidade da unidade de conservação.

No processo complementar de sensibilização, o programa atendeu 2.869 pessoas e 58 instituições de ensino. A Educação Infantil apropriou-se do Horto Florestal para vivências lúdicas, e a Educação Superior utilizou o parque como laboratório prático, somando-se às palestras sobre prevenção de incêndios e à parceria com o Projeto Periquito-cara-suja.

A continuidade foca na superação dos gargalos de agendamento escolar por meio da modernização administrativa, com sistemas de validação mais eficientes. Os próximos passos incluem a institucionalização de parcerias estratégicas com a Aquasis e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE), garantindo que a educação ambiental permaneça como alicerce para a proteção da biodiversidade na Serra da Ibiapaba. ■



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, V. P.; FIGUEIREDO, F. F.; NOGUEIRA, R. E. D. Governança e gestão socioambiental no Brasil. **O Social em Questão**, v. 2, n. 59, 2024.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Educação ambiental em unidades de conservação**. Brasília: ICMBio; WWF-Brasil, 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diretrizes e orientações metodológicas para planejamento e implementação de processos de educação ambiental em unidades de conservação federais**. Brasília, DF: ICMBio, 2017.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Protocolo Operacional da Visitação nº 01/2025**. Brasília, DF: ICMBio, 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório anual do Programa de Educação Ambiental do Parque Nacional de Ubajara**. Ubajara, CE: ICMBio, 2025.

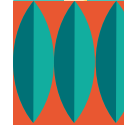
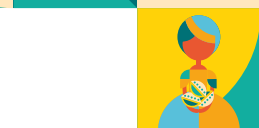
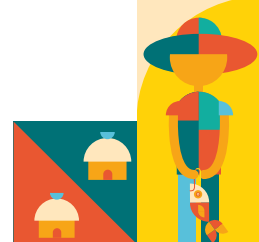
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de manejo do Parque Nacional de Ubajara**. Brasília, DF: MMA, 2023.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2001.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

SALES, M. M. S.; SELVA, V. S. F. **Participação social na gestão pública brasileira**. Recife: UFPE, 2024.

SILVA, M. S. F.; ANUNCIACÃO, V. S. Estratégias de educação ambiental para a gestão participativa. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 43, 2023.



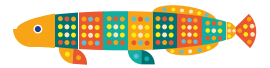


Foto: Nero Lins.

9

Pesca Legal – *Ajustando as redes para uma pesca sustentável*

Autores:

Luciana Carla Silva Freitas – Técnica Ambiental, NGI São Luís; **Carolina Sá Neto** – Servidora cedida, NGI São Luís; **Francisco das Chagas Silva Ramos** – Servidor cedido, NGI São Luís; **Nero Lins Melo** – Servidor cedido, NGI São Luís.



Unidade organizacional:

Núcleo de Gestão Integrada São Luís

Período de realização:

Setembro a novembro de 2025

Sujeitos priorizados na prática:

Pescadores e pescadoras artesanais

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Conselho de UC
- Fiscalização e Ordenamento Pesqueiro





INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é a principal atividade econômica das populações que residem nas RESEX Itapetininga, Baía do Tubarão e Arapiranga-Tromaí – tradição enraizada na cultura e modo de vida dos povos que habitam essa região do Maranhão. Fazer a gestão da pesca em parceria com essas comunidades é essencial para a sustentabilidade e a conservação do ambiente marinho costeiro dessas unidades, bem como da cultura e do modo de vida dessas populações.

O projeto Pesca Legal teve como principal objetivo a implementação de um programa de educação ambiental com foco na legislação pesqueira, integrando os valores culturais e históricos das populações locais, debatendo a legislação pesqueira e os conflitos existentes no maretório (território da pesca) e buscando construir redes de parceria e espaços de diálogo para a continuidade das ações no campo da gestão da pesca. O projeto foi desenvolvido nas colônias e sindicatos de pescadores e pescadoras e nas comunidades pesqueiras, por meio de oficinas e rodas de conversa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O projeto envolveu três das cinco unidades de conservação geridas pelo Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em São Luís, são elas: RESEX Itapetininga, com 16.294 hectares; RESEX Arapiranga-Tromaí, com 186.908 hectares; e RESEX Baía do Tubarão, com 223.888,98 hectares – sendo as duas últimas as maiores Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil. As três unidades foram criadas em 2018 e encontram-se em fase de implementação, com recente formação dos seus conselhos gestores, definição do perfil de família beneficiária e levantamento de dados das famílias beneficiárias, sem que ainda disponham de planos de manejo.

Durante as atividades de mobilização para definição do perfil da família beneficiária e formação do conselho gestor nas três unidades, foram frequentes as solicitações das comunidades por ações de educação ambiental a respeito da legislação pesqueira, pesca predatória



e ordenamento pesqueiro, além de demandas relacionadas à gestão dos conflitos da pesca.

As questões centrais trabalhadas foram a ausência de informações e de diálogo sobre a legislação pesqueira e o diagnóstico dos conflitos existentes, com vistas à construção de acordos de pesca e ao ordenamento pesqueiro. Os instrumentos de gestão envolvidos na prática foram a educação ambiental com foco na pesca e o ordenamento territorial orientado aos conflitos de pesca existentes. Os conselhos recém-formados atuaram como parceiros na mobilização de pescadores e pescadoras e como multiplicadores das ações, que terão continuidade mesmo após o encerramento do projeto.

O projeto contribuiu com o fortalecimento da organização social dos pescadores e pescadoras da região por meio da construção de parcerias e fortalecimento dos sindicatos e das colônias em conjunto com os Conselhos Gestores das unidades, promovendo maior proximidade entre as comunidades e autonomia no acompanhamento e na construção de novos acordos, além da gestão dos conflitos que possam surgir.

METODOLOGIA

As oficinas foram realizadas de maneira dialógica e reflexiva, buscando a autonomia dos atores envolvidos, acolhendo dúvidas e inquietações e

promovendo a troca de saberes e aprendizagem coletiva. Também participaram servidores responsáveis pela fiscalização e pelo ordenamento da pesca no NGI ICMBIO São Luís.

Em cada RESEX, as oficinas foram realizadas conforme a realidade e especificidades de cada território e maretório, reunindo entre 20 e 60 pescadores por encontro. As temáticas tratadas foram legislação pesqueira e ordenamento da pesca.

Na RESEX Itapetininga, as oficinas ocorreram em duas manhãs no município de Bequimão e em duas tardes no município de Alcântara. Na RESEX Arapiranga-Tromaí, ocorreram em duas tardes no município de Carutapera e em uma manhã de horário estendido (das 8h às 13h) no município de Luís Domingues. Na RESEX Baía do Tubarão, por sua vez, ocorreram em três períodos – duas no período da tarde e uma pela manhã – distribuídas em três comunidades distintas, dada a extensão da Unidade.

Segundo Quintas (2006) e Sorrentino (2006), para que a ação educativa seja eficaz é fundamental identificar os principais atores sociais envolvidos, suas formas de organização e seus interesses, bem como os conflitos potenciais e explícitos. Isso exige que o educador mergulhe na realidade local da região em que as ações são desenvolvidas, o que demonstra a sua intencionalidade e sua compreensão a respeito da questão ambiental.



A primeira etapa para a realização das oficinas consistiu em reuniões com lideranças comunitárias e conselheiros para definição do local, apresentação da proposta e compreensão do público-alvo. Nessa ocasião, os conteúdos e as dinâmicas de trabalho foram discutidos e construídos de maneira participativa e adaptativa, seguindo as orientações da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA) (Brasil, 2006?).

Em seguida, iniciaram-se as etapas de mobilização e articulação por meio de *cards* e mensagens via *Whatsapp* e *Instagram*, com apoio direto das lideranças e dos conselheiros comunitários, que atuaram como articuladores do projeto.

O projeto foi constituído de duas oficinas. A primeira, sobre legislação pesqueira, foi conduzida por fiscais ambientais do NGI e abordou as principais legislações e normas referentes à pesca, com acolhimento de dúvidas e sugestões. A segunda, sobre gestão e ordenamento pesqueiro, foi conduzida por servidores das áreas de ordenamento territorial e regularização fundiária, com uso da metodologia da Cartografia Social. Os participantes foram divididos em três grupos nas temáticas: conflitos de pesca, artes de pesca e pontos de pesca (pesqueiros).

Nesses grupos, os participantes localizaram nos mapas das RESEX onde ocorrem cada uma das temáticas propostas, discutindo as questões referentes e construindo os mapas de gestão

da pesca da unidade. Em seguida, por meio da dinâmica do Café Mundial, os grupos foram trocados, permitindo que todos contribuíssem com todas as temáticas. Para encerrar, os mapas foram socializados e, em plenária, foram debatidos os principais pontos relacionados à pesca, os anseios para gestão dos conflitos, as propostas de acordos de pesca, as lacunas de fiscalização e as prioridades para as ações futuras.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

A troca de experiências e saberes foi um dos principais resultados do projeto. Os servidores e fiscais ambientais tiveram a oportunidade de conhecer o território pela perspectiva dos pescadores, bem como as artes de pesca mais utilizadas no maretório das RESEX do NGI. Os pescadores puderam esclarecer dúvidas a respeito da legislação pesqueira e discutir a importância das práticas de pesca sustentáveis para a preservação dos territórios de pesca e do ambiente. Na ocasião, foram divulgados o Canal de Denúncias do NGI São Luís e o Canal do Beneficiário, dialogando com os participantes sobre a importância desses canais no encaminhamento de demandas para as atividades de fiscalização e de atendimento às populações beneficiárias.

Foram construídos os mapas de gestão da pesca das RESEX e discutidos os pontos que



demandam fiscalização, com levantamento de oportunidades no campo do ordenamento pesqueiro e dos acordos de pesca que poderão subsidiar a construção dos planos específicos de pesca – tais como artes de pesca a serem suspensas em determinados períodos do ano, revisão dos acordos já existentes entre pescadores e colônias, indicação de pesqueiros que necessitam de maior preservação e pesquisa e localização das artes de pesca fixa, dentre outros. Também foi debatida a necessidade de trabalho em conjunto com os conselhos como espaço de gestão compartilhada, decisão e ordenamento para as unidades. Nesse contexto, foi formado o Grupo de Trabalho (GT) da Pesca no Conselho da RESEX Arapiranga-Tromaí e indicada a necessidade de criação do GT nos demais conselhos deliberativos.

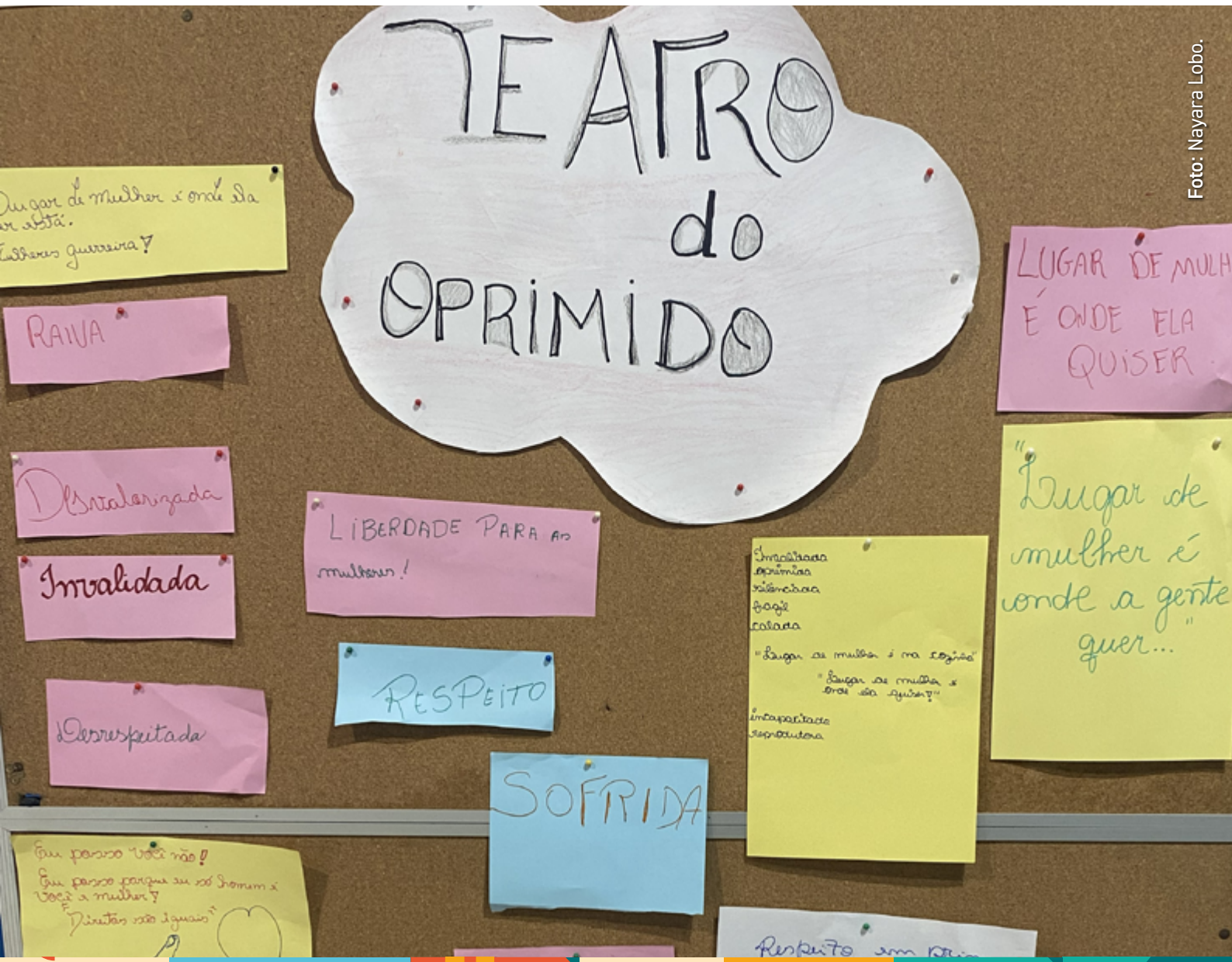
O projeto será realizado na RESEX Cururupu por meio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), e pretende-se buscar apoio por meio de recursos do Fundo de Compensação Ambiental (FCA) e orçamentários para a realização do Pesca Legal na RESEX Quilombo do Frechal e nas comunidades mais distantes da RESEX Baía do Tubarão. Pretende-se ainda dar continuidade ao projeto com a etapa de construção dos acordos identificados como prioritários pelas comunidades. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA**. Brasília, DF: ICMBio, [2006?]. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3. ed. Brasília, DF: IBAMA, 2006. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/pensandoepraticandoaeducacaoambientalnagestaodomeioambientedigital.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SORRENTINO, M. Crise ambiental e educação. *In*: QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3. ed. Brasília, DF: IBAMA, 2006. p. [inserir páginas do capítulo]. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/pensandoepraticandoaeducacaoambientalnagestaodomeioambientedigital.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.



10

Ecofeminismo em cena:

O Teatro do Oprimido e a participação de mulheres nas políticas públicas de meio ambiente na Resex Cassurubá/BA

Autora:

Nayara Menezes Lobo – Técnica Administrativa, NGI Ilhéus.



Unidade organizacional:

**Reserva Extrativista
Cassurubá**

Período de realização:

**Março de 2023
a março de 2025**

Sujeitos priorizados na prática:

Mulheres integrantes da rede
Delícias do Manguê, formada
majoritariamente por
marisqueiras mães da Resex
Cassurubá, no sul da Bahia

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Conselho de UC





INTRODUÇÃO

O ecofeminismo propõe a ampliação da participação de mulheres na gestão ambiental pública pela socialização dessas mulheres para o cuidado e o gerenciamento dos meios e espaços. Entretanto, há barreiras estruturais, objetivas e subjetivas, que as mantêm longe do protagonismo nas decisões. Para identificar quais são essas barreiras, foi realizada uma pesquisa de mestrado vinculada aos Estudos de Gênero, utilizando a metodologia do Teatro do Oprimido (TO), sistematizada por Augusto Boal para investigar as opressões cotidianas e propor alternativas de superação por meio da teatralização.

O estudo promoveu duas rodas de conversa e uma oficina de TO com 15 mulheres da rede Delícias do Mangue, na Reserva Extrativista (RESEX) de Cassurubá, para refletir sobre as opressões vivenciadas e as formas de superá-las, com vistas a uma maior participação feminina no Conselho Gestor da unidade. A pesquisa objetivou também: compreender as narrativas estruturantes do contexto social; analisar as potencialidades do TO para o engajamento das mulheres nos espaços de participação; ampliar debates sobre ecofeminismo; e discutir alternativas para a redução das assimetrias de poder.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A RESEX de Cassurubá foi criada em 2009 para garantir a proteção do território e os modos de vida tradicionais, principalmente contra a instalação de fazendas de camarão (Brasil, 2018). Localizada no extremo sul da Bahia, ela abrange os municípios de Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa.

A arte foi importante instrumento no processo de criação da Unidade de Conservação (UC), principalmente pela atuação do Movimento Cultural Artemanha, com atores locais interpretando a relação cultural das pessoas com o mangue e a ganância dos empresários que chegavam de fora para adquirir terras. O TO, nesse contexto, surge como instrumento de participação cidadã



e reflexão sobre os mecanismos envolvidos nas opressões vivenciadas pelos ribeirinhos e sobre as formas de combatê-las, sendo bem aceito na região, com trabalhos desenvolvidos anteriormente por Érica Almeida (2011) e Olivar Bendelak (2023).

A temática revela-se como problema e potencialidade, justificada pela dificuldade em efetivar a participação das mulheres nos Conselhos Gestores das UC, podendo representar um ganho em termos de justiça ambiental, representatividade e decisões baseadas no cuidado e na cooperação. Ademais, a participação das mulheres deve ser garantida, conforme o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (Brasil, 2005), e pressupõe capacitação por meio de processos formativos participativos que abordem o processo histórico e as questões estruturais de gênero no país.

A pesquisa trabalhou com as mulheres da rede Delícias do Mangue, criada em 2021 pela Associação de Moradores da Tapera e Miringaba (AMTM), com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida das pescadoras e marisqueiras da RESEX, o fortalecimento econômico, a autonomia financeira, o empoderamento e a busca de direitos sociais.

A rede é formada por 15 extrativistas adultas, entre 30 e 50 anos, a maioria negra, mães de dois a seis filhos, que vivem na RESEX Cassu-

rubá e obtêm seu sustento do mangue. Elas concordaram em participar ativamente da pesquisa, contribuindo nas rodas de conversa e na atuação em cena.

METODOLOGIA

Com abordagem multimétodo, a prática aliou a pesquisa etnográfica e a participante para envolver ativamente as mulheres nas rodas de conversa e encenações teatrais, visando identificar as opressões vivenciadas e pensar estratégias de superação coletiva. A partir disso, foi possível direcionar os debates e as dinâmicas para a compreensão do grupo sobre o problema e sua potencialidade, bem como pensar estratégias de enfrentamento por meio do TO.

Foram realizados quatro encontros entre março e abril de 2024. O primeiro, na sede do Artemanha, ocorreu em atendimento ao Comitê de Ética na Pesquisa para informar sobre os benefícios e riscos, esclarecer dúvidas e estabelecer acordos. O segundo, roda de conversa realizada em uma escola municipal contou com jogos e dinâmicas na “rotina diária”, tendo em vista compreender o contexto local. Em paralelo, foram realizadas entrevistas com seis participantes que se colocaram à disposição, com perguntas como “o que impede sua participação nos espaços



de decisão da RESEX?” e “quais as principais formas de machismo aqui?”, para aprofundar a investigação temática.

O terceiro encontro, no Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, consistiu em uma oficina de TO com foco nas opressões de gênero, com atividades para estimular a tomada de consciência e a reflexão sobre o impacto da opressão no corpo, como a dinâmica “5 imagens de opressão” (Santos, 2019). A programação incluiu jogos de aquecimento, formação de imagens corporais para representar a opressão e a montagem de duas cenas narrando situações de injustiça social a partir do enredo esperança-crise-fracasso, com debate ao final de cada apresentação e propostas de alternativas para enfrentamento, com as demais participantes entrando em cena. As teatralizações tiveram como tema principal a dificuldade de acesso à educação, e as participantes propuseram ações para resolver as questões de forma coletiva, como as mães se unindo para pedir a substituição da professora que oprimia os alunos.

O último encontro, na sede da rede, consistiu em roda de conversa para avaliação. Nesse momento, as mulheres revelaram que se sentiam mais à vontade comunicando por meio de imagens corporais no TO do que pelo discurso verbal, e que os encontros eram momentos de autocuidado em rede. Nessa ocasião, também refletiram

sobre os passos para alcançar os objetivos da rede. Todos os encontros foram gravados e havia debate em grupo após cada atividade.

A escolha da rede Delícias do Mangue levou em consideração indicações de parceiras locais; a interlocução com as participantes ocorria via coordenadora da rede, sendo os encontros e os locais discutidos e escolhidos por elas, que articularam o uso dos espaços. Tanto nas rodas de conversa quanto na oficina foram problematizadas questões a partir da perspectiva crítica e interseccional da realidade, incentivando posturas emancipatórias. Também foi proposta uma reflexão sobre os próximos passos para alcançar os objetivos, entre eles os de maior legitimação da participação das mulheres nos espaços de poder da RESEX e de uma escuta real de suas necessidades.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

A prática identificou, nas rodas de conversa e entrevistas, a sobrecarga de trabalho como um dos principais empecilhos para a participação de mulheres. Outro fator identificado foi a influência do machismo estrutural – sendo os espaços de poder considerados masculinos, com forte resistência à atuação de mulheres. Nesse sentido, as participantes expressaram o desejo de “ter mais voz”



para levarem suas pautas relativas à saúde e ao fortalecimento econômico.

Na oficina de Teatro do Oprimido, emergiu nas cenas a dificuldade de acesso à escola. Ademais, o TO mostrou-se um importante instrumento de educação ambiental crítica e de luta por justiça social, pois revela, durante a atuação, como as opressões e representações sobre a mulher se perpetuam, e contribui para o fortalecimento em rede – por ser uma linguagem democrática que dispensa a fala, descentraliza as discussões e possibilita que todas se expressem.

Na avaliação, as participantes afirmaram ter se identificado com o Teatro do Oprimido, considerando-o um bom método para engajar mulheres. No processo de renovação do conselho, em 2025, houve aumento no número de conselheiras indicadas. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Erika de. **Teatro do vir a ser**: contribuições para a gestão socioambiental da Resex do Cassurubá – BA. 2011. Dissertação (Mestrado em Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35551>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de manejo da Reserva Extrativista de Cassurubá**: volume I. Caravelas, BA: ICMBio, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-de-cassuruba/arquivos/plano_de_manejo_resex_de_cassuruba_diagnostico_vol1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: SPM, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

LOBO, Nayara Menezes. **Ecofeminismo em cena**: o teatro do oprimido e a participação de mulheres nas políticas públicas de meio ambiente na Resex Cassurubá/BA. 2025. 225 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2025. Disponível em: <https://www.biblioteca.uesc.br/acervo/82580>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SANTOS, Bárbara. **Teatro das oprimidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Philos, 2019. 408 p.



Foto: Dayanne Batista Sampaio.

11

RESEX Delta Mulher:

gestão socioambiental potencializando o protagonismo feminino

Autoras:

Suzane Guedes Barbosa – Analista Ambiental, CNPT; **Dayanne Batista Sampaio** – UFDPAR; **Deuza Maria da Cunha** – Coordenadora da Rede de Mulheres; **Maria de Fátima Silva Aires** – Coordenadora da Rede de Mulheres.



Unidade organizacional:

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT



Período de realização:

Segundo semestre de 2023

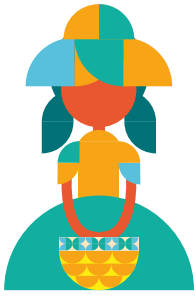
Sujeitos priorizados na prática:

Mulheres e meninas a partir de 13 anos, jovens e lideranças das cinco comunidades da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (Canárias, Passarinho, Caiçara da Praia, Torto e Morro do Meio) e dos grupos comunitários da Rede de Mulheres da Resex do Delta, também foram inclusos meninos a partir de 16 anos e lideranças locais

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Plano de Manejo
- Educação Ambiental
- Turismo de Base Comunitária





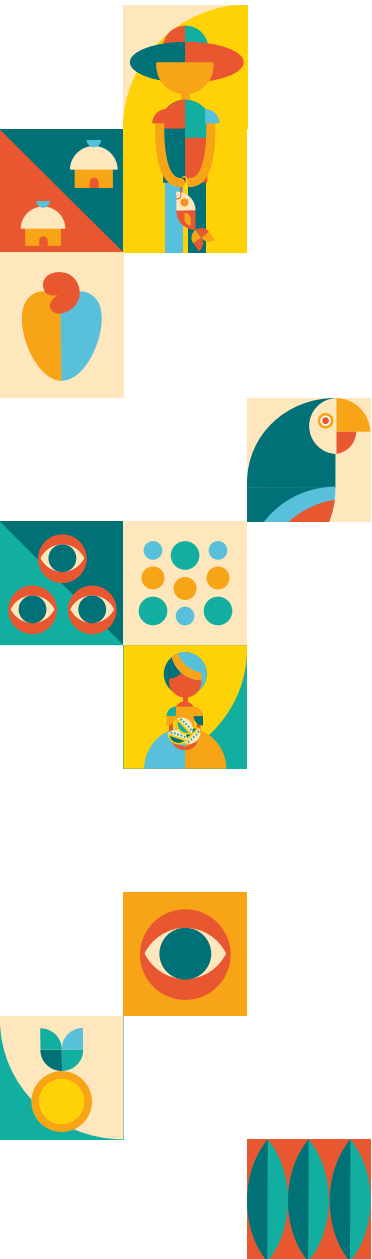
INTRODUÇÃO

O histórico de representação das mulheres na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba, considerando os espaços políticos e as instituições de decisão existentes, apontava para processos incipientes e pontuais. No entanto, o surgimento da Rede de Mulheres do Delta em 2020 evidenciou seu protagonismo na gestão do território – pois são as mulheres que o conhecem profundamente, atuando em todos os contextos de gestão comunitária, na preservação dos saberes tradicionais e no manejo da biodiversidade.

O objetivo do projeto foi fortalecer e consolidar a Rede de Mulheres como agente político, social, de educação ambiental e de uma gestão territorial mais inclusiva, participativa e compartilhada. Os objetivos específicos consistiram em: a) realizar diagnóstico da participação social das mulheres; b) impulsionar a participação das mulheres e dos jovens nos espaços decisórios e organizativos; c) contribuir para a formação política e o fortalecimento das cadeias produtivas desenvolvidas pelas mulheres.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O projeto foi implementado na RESEX do Delta, que possui área de 27.021,38 hectares e abrange os municípios de Araisos (MA), Ilha Grande (PI) e Água Doce (MA). Essa unidade de conservação apresenta os seguintes recursos e valores fundamentais: o Delta do Parnaíba; comunidades tradicionais extrativistas e pescadores artesanais; o ecossistema manguezal; o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*); recursos pesqueiros (pescada-amarela, robalo, tainha, marisco, ostra, camarão); recursos vegetais (carnaúba, murici, murici-pitanga, caju, guajiru, mangue-vermelho); espécies raras, ameaçadas e endêmicas (boto-cinza, tartarugas marinhas, tamanduá, mero, camurupim, macaco-bugio); e o turismo de base comunitária.





O objetivo de criação desta unidade é garantir o uso autossustentável e a conservação dos recursos naturais pelas populações extrativistas locais. Nesse sentido, as mulheres destacam-se em diversas atividades: no cuidado, na organização e na gestão da família e da comunidade; no manejo sustentável de pescados e frutos; artesanato e na culinária; no turismo comunitário; na educação, saúde e espiritualidade.

Entretanto, o reconhecimento social das mulheres nos espaços políticos de decisão – associações, Conselho Gestor, conselhos escolares, entre outros – ainda é incipiente, o que fragiliza a implementação de uma gestão socioambiental inclusiva e compartilhada. Cabe destacar que as mulheres possuem amplo conhecimento e envolvimento no território, fato comprovado pela criação da Rede de Mulheres em 2020.

A partir dessa iniciativa e das diversas ameaças que o território vem sofrendo nos últimos anos – turismo desordenado, especulação imobiliária, pesca predatória, assoreamento, erosão do solo e das margens do rio, criação de animais soltos –, as ações do projeto contemplaram processos formativos acerca dos instrumentos de gestão da unidade, principalmente o Plano de Manejo, a ser elaborado em breve, o Cadastro de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU),

as Resoluções do Conselho Deliberativo e o Perfil da Família Beneficiária.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado em cinco comunidades da Resex do Delta (Canárias, Passarinho, Caiçara da Praia, Torto e Morro do Meio), com elaboração, planejamento e execução conjuntos entre a equipe gestora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) local, a Rede de Mulheres, a Associação Mãe da Resex do Delta (AMAR Delta), a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), a Comissão Pastoral da Terra, o Coletivo “Mulheres em Pauta”, a Comissão Ilha Ativa e outros colaboradores.

O projeto foi composto pelos seguintes Ciclos Formativos:

- **Ciclo 1 – Diagnóstico da participação social e coleta de dados socioeconômicos:** realizou-se a aplicação de 87 questionários, nos formatos virtual e presencial, em diversos espaços de organização comunitária (associações, Rede de Mulheres, grupos religiosos e instituições). Os ciclos subsequentes foram implementados, prioritariamente, por meio de 35 oficinas de dois dias cada, sediadas em escolas e associações das próprias comunidades.



- **Ciclo 2 – História ambiental local:** abordou a história e a memória do território, bem como os processos e os instrumentos de gestão compartilhada no território.
- **Ciclo 3 – Cidadania ambiental e direitos das mulheres:** tratou de temáticas como mulheres, território e meio ambiente; mulheres na América Latina e o contexto de gênero, raça e classe; mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero; participação política da mulher; representatividade feminina na pauta socioambiental e nas comunidades tradicionais; e movimento social organizado.
- **Ciclo 4 – Memória individual e coletiva:** promoveu a afirmação e a valorização dos saberes locais; o acolhimento e a identificação de trajetórias individuais e coletivas (especialmente das mulheres); o resgate do histórico de organização social; a identificação de competências e habilidades pessoais; e a definição de objetivos de vida, profissionais e grupais.
- **Ciclo 5 – Desenvolvimento grupal e comunitário:** abrangeu os conceitos de grupo, equipe e comunidade; tipologias de grupos e papéis de seus membros; estilos de liderança e comunicação; processos grupais, habilidades de condução e mediação de conflitos. Foram abordados, ainda, os temas de identidade, território e pertenc-

cimento, além da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

- **Ciclo 6 – Cadeias produtivas locais:** delineamento de um panorama com orientação técnica para a elaboração de Planos de Negócios.

Foram utilizadas técnicas e processos dialógicos de ensino-aprendizagem que consideraram a realidade local e valorizaram os conhecimentos tradicionais, tendo como inspiração a pedagogia freireana. Tal abordagem utiliza como ponto de partida a linguagem e o diálogo, além da estratégia da ação-reflexão-ação, estimulando a curiosidade, a criticidade e a autonomia do sujeito – o “ser mais” (Freire, 2003). Foram priorizadas ferramentas participativas, tais como exposições dialogadas, o Farol da Participação, o mapa de conflitos socioambientais e o diagnóstico participativo das cadeias produtivas. Os ciclos de formação tiveram início em setembro de 2023 e estenderam-se até novembro do mesmo ano.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

O projeto contou com a participação efetiva de 95 pessoas, em sua maioria mulheres. O diagnóstico da participação social reforçou a importância da Rede de Mulheres. Identi-



ficou-se que a maioria dos participantes não compreendia os instrumentos de gestão, não lembrava ou não sabia a data de criação da RESEX, nem conhecia o papel da AMAR Delta e do CCDRU.

O turismo de massa foi apontado unanimemente como fator negativo para a RESEX, enquanto o turismo de base comunitária foi citado como forma de gestão positiva do território e de geração de renda. A violência contra as mulheres também apareceu associada à violência territorial e institucional.

Após o projeto, a Rede de Mulheres assumiu a presidência da AMAR Delta, a organização da festividade do Bumba Meu Boi e incentivou o retorno das participantes aos estudos na Educação de Jovens e Adultos e na Escola das Marés e das Águas. Surgiram novas perspectivas de gestão: estratégias de organização e valorização das cadeias produtivas; ações formativas; e articulação de políticas públicas intersetoriais e interinstitucionais. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSUR, P. L. D.; SAUL, A. M. Princípios da didática freireana: subsídios para uma prática didático-pedagógica na educação superior. **Educação**, Santa Maria, v. 46, p. 1-26, 2021.

ALVES, S. A.; QUEROL, L. S. Palhas que transformam vidas: a criação do Museu-Oficina da Ilha das Canárias, no Maranhão, Brasil. **e-cadernos CES**, Coimbra, v. 30, p. 100-124, 2018.

BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 1, n. 1, 2008.

FERNANDES-PINTO, E.; CORDEIRO, A. Z.; BARBOSA, S. Criação de Reservas Extrativistas e sua importância estratégica frente aos conflitos socioambientais brasileiros. *In*: SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 3., 2007, Belém. **Anais [...]**. Belém: [s. n.], 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

KRENAK, A. Antes, o mundo não existia. *In*: **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.



12

Diagnóstico socioambiental da APA Carste de Lagoa Santa:

*reconhecimento das diversas territorialidades
e patrimônios para aprimoramento da gestão*

Autoras:

Cláudia Silva Barbosa – Analista Ambiental, APA Carste de Lagoa Santa; **Lívia Siqueira Sales** – Cientista Socioambiental, UFMG.



Unidade organizacional:

**Área de Proteção
Ambiental Carste
de Lagoa Santa**

Período de realização:

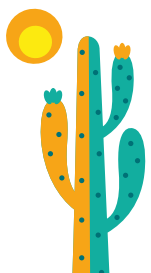
**Setembro de 2023
a abril de 2024**

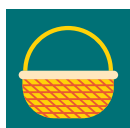
Sujeitos priorizados na prática:

Representantes das comunidades de Lapinha em Lagoa Santa; Fidalgo, Lagoa de Santo Antônio e Quinta do Sumidouro em Pedro Leopoldo; Mocambeiro em Matozinhos e de diversas comunidades em Confins

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Plano de Manejo
- Educação Ambiental
- Conselho de UC





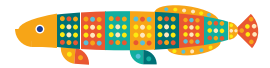
INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental foi realizado na Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, localizada em Minas Gerais. Buscou-se cartografar territorialidades e culturalidades presentes na unidade, mapeando áreas de ocupação e identificando seu patrimônio cultural material e imaterial. Neste contexto, para analisar as particularidades da herança cultural e histórica da área protegida, procedeu-se levantamento bibliográfico sobre a temática e utilizou-se ferramentas metodológicas pautadas na pesquisa-ação, como mapa falado, linha do tempo e rodas de conversa. Os atores-chave foram moradores das comunidades mais antigas da unidade como de Lapinha em Lagoa Santa; de Fidalgo, Lagoa de Santo Antônio e Quinta do Sumidouro em Pedro Leopoldo; de Mocambeiro em Matozinhos e diversas comunidades em Confins. Entende-se que o referido diagnóstico auxiliou no reconhecimento de memórias e tradições, além de apontar desafios relacionados à gestão territorial da unidade de conservação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em Minas Gerais, no ano de 1990, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa para garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, bem como a proteção e a conservação dos sítios arqueo-paleontológicos e do ecossistema (Brasil, 1990). Localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a unidade abrange parte dos municípios de Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos e Pedro Leopoldo, além de toda a extensão do município de Confins, onde está o Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Desde a sua criação, a unidade passou por diversas pressões ambientais e socioeconômicas provenientes da intensificação da industrialização, da urbanização e de processos de gentrificação, o que constitui um grande desafio para a gestão da área.

Considerando que no Plano de Manejo da APA Carste de Lagoa Santa, elaborado há aproximadamente 28 anos, concentrou-se nos aspectos físicos e biológicos da unida-



de de conservação, tratando de forma superficial os aspectos sociais, torna-se imprescindível que – no processo de revisão – haja efetiva participação social e que os componentes identitários, socioculturais e históricos sejam reconhecidos e valorizados (Barbosa, 2021).

Diante do exposto, realizar um Diagnóstico Socioambiental, cartografando as comunidades mais antigas e tradicionais presentes na APA Carste de Lagoa Santa, auxiliaria na identificação e no reconhecimento de seus modos de vida, de suas identidades culturais, de seus patrimônios materiais e imateriais, além de identificar conflitos socioambientais como os advindos das regras impostas pelo Plano de Manejo da unidade. Em suma, um maior conhecimento acerca dessas comunidades contribuiria para a sua visibilização, favorecendo o alcance dos objetivos de criação da unidade, além do preenchimento das lacunas do atual Plano de Manejo. Outro ponto, é a geração de subsídios para a formulação de estratégias, projetos e ordenamentos mais justos e inclusivos, especialmente quando ocorrer o processo de revisão do plano (Barbosa; Sales, 2023).

METODOLOGIA

O diagnóstico foi pautado na metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 1986), adotando abordagens que permitiram identificar os

múltiplos olhares sobre o tema da memória, da identidade, do patrimônio e da culturalidade no âmbito da unidade de conservação. Foram escolhidos métodos e técnicas para estabelecer uma estrutura de produção de conhecimentos participativa e dialógica, na qual todos os participantes que quisessem se manifestar, espontaneamente, tivessem oportunidade. Destaca-se que, devido à extensão da unidade, limitou-se o diagnóstico às regiões de Fidalgo, Lapinha, Lagoa de Santo Antônio, Mocambeiro, Quinta do Sumidouro e Confins.

A primeira etapa ocorreu em agosto de 2023 e consistiu no levantamento e na análise de dados secundários tais como pesquisas acadêmicas e informações oficiais que tratavam da temática.

No mês de setembro de 2023, iniciou-se a segunda etapa, durante a qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores-chave. Esse levantamento auxiliou na organização de sete oficinas, das quais participaram 170 pessoas, entre representantes comunitários, representantes de organizações não governamentais e servidores públicos. As oficinas ocorreram ao longo dos meses de outubro e novembro de 2023, em locais indicados pelos participantes. Foram utilizadas ferramentas de construção participativa como Linhas do Tempo, Mapas Falados e Rodas de Conversa, o que em muito favoreceu o diálogo e as trocas de experiências. Em cada oficina, foi esco-



lhido entre os participantes quem, posteriormente, participaria do “Encontro de Saberes e Fazeres da APA Carste de Lagoa Santa”, que reuniu 48 representantes de todas as oficinas para novas conversas. Tal evento foi realizado em fevereiro de 2024 em Mocambeiro, no município de Matozinhos, havendo discussões coletivas sobre os desafios de se habitar a unidade de conservação, as identidades culturais e as dificuldades enfrentadas em relação à proteção e à manutenção de suas tradições e seus patrimônios culturais, além da apresentação de sugestões para superação de tais dificuldades (Barbosa; Sales, 2023).

Na terceira etapa, realizou-se a seleção e a organização dos dados levantados ao longo das etapas anteriores, com produção do relatório final, que foi apresentado em reuniões para o Conselho Gestor, os servidores e a chefia da unidade. Além disso, o relatório foi enviado por e-mail para todos os participantes das oficinas e do Encontro de Saberes. Houve, ainda, a criação de uma rede de comunicação, com uso do *WhatsApp*, para a interação entre participantes, especialmente aqueles relacionados com o patrimônio cultural, a fim de dar continuidade a novas atividades e discussões sobre a temática. Em sequência, foi produzido um folder informativo sobre o tema com recursos de compensação ambiental, sendo distribuído especialmente em ações de educação ambiental nas escolas locais (Barbosa; Sales, 2023). Infelizmente, as tratati-

vas para a revisão do Plano de Manejo não tiveram o devido andamento, estando no aguardo de recursos financeiros para sua efetivação.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

O Diagnóstico Socioambiental foi um marco na história da unidade de conservação ao reunir diversos atores sociais relacionados à temática dos aspectos identitários e do patrimônio cultural, proporcionando a troca de experiências e de conhecimentos entre eles. Destacou-se o empoderamento político dos representantes locais, que demonstraram o ímpeto de busca por seus direitos, principalmente no que tange à proteção de seu modo de vida e do patrimônio cultural (Sales, 2025). Entende-se que o diagnóstico cumpriu outro importante papel ao apontar diversos aspectos do conjunto paisagístico e da cultura regional que integram os objetivos de criação da APA Carste de Lagoa Santa.

Espera-se que, quando houver a revisão do Plano de Manejo, ocorra uma efetiva participação social e valorização do patrimônio material e imaterial. Entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido, especialmente no que se refere à implementação de ações efetivas voltadas à proteção do patrimônio das comunidades locais. ■



13

Construção de uma Agenda Colaborativa Socioambiental na Comunidade do Bonfim (Petrópolis- RJ)

Autores:

Nathália Leal Lopes da Silva – Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); **Marcus Machado Gomes** – Analista Ambiental, Parnaso; **Jorge Luiz do Nascimento** – Analista Ambiental, Parnaso.



Unidade organizacional:

Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Período de realização:

2022 a 2025

Sujeitos priorizados na prática:

Agricultores familiares, mulheres rurais, escolas e organizações comunitárias

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Plano de Manejo
- Termo de Compromisso
- Conselho de UC





grando o Alto Bonfim à Área de Proteção Ambiental (APA) Petrópolis. Atualmente, a região vivencia o processo de revisão do Plano de Manejo da APA (IBAMA, 2007), contexto estratégico para fortalecer mecanismos participativos de governança territorial.

A escolha do problema decorre dos desafios socioambientais identificados no território, como o uso de agrotóxicos na agricultura, as fragilidades nos sistemas de saneamento e abastecimento de água, o lixo, as dificuldades de comercialização e a necessidade de maior integração entre comunidade e gestão pública. Esses fatores impactam diretamente a conservação da biodiversidade, a qualidade ambiental e as condições de vida local, tornando fundamental a construção de estratégias coletivas que conciliam a produção agrícola e a proteção ambiental.

Os sujeitos priorizados foram agricultores familiares, mulheres rurais, lideranças comunitárias, educadores e organizações locais, por sua relação direta com o território. Esses grupos desempenham papel central na efetivação das diretrizes do Plano de Manejo da APA Petrópolis e na consolidação de instrumentos participativos, como conselhos gestores e processos de pactuação institucional. Essa escolha fundamenta-se na compreensão de que o fortalecimento da gestão socioambiental no âmbito do Instituto Chico Mendes

de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) depende da valorização dos saberes locais, da corresponsabilização comunitária e da construção coletiva de soluções contextualizadas.

METODOLOGIA

O percurso metodológico compreendeu o levantamento de atores locais responsáveis por serviços ou iniciativas relacionadas à transição agroecológica e a práticas socioambientais. O mapeamento ocorreu por meio da triangulação de informações, com análise documental, bibliográfica e observação participante (Ferreira, 2015). A inserção da autora (pesquisadora PIBIC/ICMBio 2022-2024) em organizações locais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Rede Bonfim Mais Verde, possibilitou o acompanhamento direto das dinâmicas comunitárias, fortalecendo a produção de dados qualitativos por meio de notas de campo.

A observação participante (Brandão, 1984) permitiu maior aproximação com a realidade local, favorecendo a compreensão de práticas, desafios e percepções da comunidade. A partir dessa vivência, foram identificados entraves para a adoção de boas práticas agrícolas e elaboradas as propostas iniciais de soluções, baseadas nos relatos e nas demandas coletivas. Os encontros realizados neste ciclo contribuíram para ampliar o debate e



consolidar uma visão coletiva sobre ações prioritárias para a agenda.

Durante a prática, a autora também integrou o projeto “Caminhos para o fortalecimento da Transição Agroecológica na Promoção da Saúde em Petrópolis”, encerrado em março de 2024, que promoveu ações junto a agricultores do entorno do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Nesse contexto, foi aplicada a Metodologia LUME de Análise Econômica-Ecológica de Agroecossistemas (Ferreira Neto, 2022), permitindo avaliar os níveis de autonomia produtiva e interação social das famílias, e fornecendo subsídios relevantes para a proposição de ações socioambientais.

A estrutura da agenda teve como eixo central o fortalecimento das boas práticas agrícolas e incorporou contribuições da reunião participativa de zoneamento da APA Petrópolis, realizada em setembro de 2023, por meio da metodologia F.O.F.A. (Oliveira, 2015). Além disso, foram resgatadas as propostas do Plano de Ação do I Seminário do Termo de Compromisso 001/2019 e garantidas a continuidade histórica das pautas territoriais. No segundo semestre de 2024, o estudo aprofundou referências metodológicas a partir de experiências como a Agenda Realengo 2030, orientando a construção de uma versão física da agenda, com linguagem acessível, histórico territorial e estímulo à adesão comunitária.

Como estratégia transversal, foram incorporadas ações de comunicação popular, fundamentais para a mobilização social e o fortalecimento do vínculo comunitário. Essas estratégias incluíram visitas às famílias, promovendo escuta ativa e diálogo direto; panfletagem informativa em pontos estratégicos do território; e compartilhamento contínuo nas redes sociais, ampliando o alcance das ações, estimulando a participação popular e garantindo transparência no processo de construção e divulgação da Agenda Socioambiental Colaborativa.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

A prática resultou na construção coletiva da Agenda Socioambiental Colaborativa, estruturada a partir das demandas, das potencialidades e dos desafios identificados pela comunidade e pelos atores institucionais envolvidos. Entre os principais resultados, destacam-se: o mapeamento de atores locais estratégicos; o fortalecimento do diálogo entre a comunidade e a gestão ambiental; a ampliação da participação social nos processos decisórios; e a proposição de ações integradas nas áreas de agricultura sustentável, educação ambiental, turismo de base comunitária, gestão da água, cultura e economia solidária.



A agenda foi apresentada ao Conselho Consultivo da APA Petrópolis, no qual se instituiu um grupo de trabalho responsável por acompanhar seu processo de validação, pactuação e implementação, garantindo o alinhamento com o Plano de Manejo e os instrumentos de gestão vigentes.

Como perspectiva de continuidade, prevê-se a consolidação da agenda como ferramenta permanente de planejamento territorial participativo, o monitoramento das ações propostas, a ampliação das parcerias institucionais e o fortalecimento das capacidades locais, contribuindo para o aprimoramento contínuo da governança socioambiental e da atuação do ICMBio no território. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar.
In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-14.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.822, de 30 de novembro de 1939. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1939.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1822-30-novembro-1939-411745-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 90.023, de 2 de agosto de 1984. Define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90023-2-agosto-1984-440294-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.452, de 21 de setembro de 2022. Redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Termo de compromisso nº 001/2019**. Petrópolis, RJ: ICMBio, 2019.



CORRÊA, A. **Agricultura de montanha na comunidade do Bonfim**: questões ambientais e regularização fundiária. 2022. 247 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

FERREIRA, C. A. L. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 173–182, jul./dez. 2015.

FERREIRA NETO, P. S. *et al.* **Método Lume**: procedimentos e instrumentos para análise da sustentabilidade de agroecossistemas. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. 1 *E-book* (PDF).

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de manejo da APA Petrópolis**. Brasília, DF: IBAMA, 2007.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Brasília, DF: ICMBio, 2008.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

(ICMBio). **Regimento interno do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Brasília, DF: ICMBio, 2009.

MARTIN, W. B.; GEORGE, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, M. Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 30–51, jan./jun. 2015.

ROCHA, L. G. M. **Os Parques Nacionais do Brasil e a questão fundiária**: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Brasília, DF: IBAMA, [s.d.].

VIVIAN, F. C. **O Parque Nacional da Serra dos Órgãos**: Entendendo a dinâmica do conflito da gestão. Rio de Janeiro, 2009.



14

O cadastro na Plataforma de Territórios Tradicionais como instrumento comunitário de organização socioambiental e econômica

Autores:

Mália Simis Pilnik – Analista Ambiental, DAT/COTAM/DIMAN; **Luiz Francisco Ditzel Faraco** – Analista Ambiental, Coordenação Territorial de Curitiba/GR-5.



Unidade organizacional:

Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBIO e Divisão de Apoio Técnico - DAT/COTAM/DIMAN



Período de realização:

2025 e 2026

Sujeitos priorizados na prática:

Servidores do ICMBio e lideranças comunitárias

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Termo de Compromisso
- Conselho de UC





INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto nacional de injustiça socioambiental, em que há extrema morosidade do Estado na demarcação coletiva ou no reconhecimento formal de territórios tradicionais, sobretudo considerando os diferentes segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) previstos no Decreto nº 8.750/2016 – grupos que possuem seus direitos territoriais fragilizados, especialmente quando comparados às garantias constitucionais de indígenas e quilombolas, o que os torna ainda mais vulneráveis.



A não demarcação e a desterritorialização são fenômenos do projeto colonial, atualizados pelo sistema hegemônico de produção capitalista, que se materializam nas ameaças e nos conflitos territoriais, econômicos e fundiários – violência, racismo, marginalização, entre outros – enfrentados pelos povos diante do avanço de grandes empreendimentos. A criação de unidades de conservação (UCs) sobre territórios tradicionais também pode promover desterritorialização e perda de direitos, principalmente para grupos que não têm seus territórios formalmente reconhecidos e delimitados, sendo fundamental identificar essas situações e promover uma gestão adequada dessas sobreposições, de modo a compatibilizar os direitos dos PCT e os objetivos de conservação.

A Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT) é uma iniciativa dos povos e comunidades tradicionais gerida em parceria entre o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e o Ministério Público Federal, com o apoio técnico da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ). A PTT tem como objetivo viabilizar o exercício do direito de autodeclaração territorial por parte dos PCT no Brasil e consolidar um banco de dados com informações georreferenciadas sobre seus territórios, para impulsionar a promoção de direitos territoriais, coletivos e fundamentais, e embasar políticas públicas relacionadas.

Este artigo tem como objetivo central apresentar um roteiro metodológico desenvolvido no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para apoiar o cadastro de comunidades que vivem em unidades de conservação federais na Plataforma de Territórios Tradicionais.





CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2024, firmou-se um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre ICMBio e GIZ para promover o uso da PTT em unidades de conservação (UC), visando aprimorar a gestão de territórios tradicionais constituídos como unidades de conservação ou sobrepostos por elas.

É no âmbito do ACT que se insere o roteiro metodológico “Conectando territórios, práticas de manejo e identidades”, resultado do projeto de intervenção da autora, cursista do V Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental (V Ciclo GSA). O roteiro tem a intenção de apoiar o cadastramento na Plataforma de Territórios Tradicionais de territórios de PCT que vivem em UCs federais, buscando colaborar com a organização socioambiental e econômica das comunidades. Além disso, o instrumento possui caráter inclusivo e participativo, ao propor atividades que promovem o senso crítico, o pertencimento e a troca intergeracional de conhecimentos, memórias, histórias e práticas de manejo do território. Isso porque o roteiro transforma as perguntas do cadastro na PTT em atividades participativas a serem desenvolvidas em grupos, suscitando o diálogo, a construção e a (re)apropriação coletiva da identidade, do território e dos conhecimentos e das práticas de manejo dos recursos naturais e da biodiversidade local.

Dessa forma, o roteiro contribui para os objetivos da Plataforma de Territórios Tradicionais de salvaguardar os territórios ainda não demarcados, dar visibilidade à história e à memória tradicional, valorizar o modo de vida como propulsor da conservação ambiental e oportunizar a garantia de direitos e o acesso a políticas públicas.

Uma das ações do Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e GIZ é a realização de processos formativos. Entre outubro e dezembro de 2025, foi ministrado no Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio) o curso “Povos e Comunidades Tradicionais e Conservação Ambiental: a Plataforma Territórios Tradicionais como ferramenta”. Em uma das disciplinas, intitulada “A Plataforma dos Territórios Tradicionais como ferramenta de reconhecimento de direitos”, foi possível apresentar e aplicar algumas das atividades do roteiro com os cursistas – servidores e representantes de PCT.

METODOLOGIA

O roteiro metodológico foi desenvolvido com base nos conhecimentos adquiridos durante o V Ciclo GSA, mais especificamente no módulo III, sobre o uso de ferramentas metodológicas para promover a gestão participativa dos territórios, a partir da construção coletiva de en-



tendimentos e constatações, de forma lúdica, interativa e dinâmica. Além disso, baseou-se em tecnologias sociais praticadas no campo da agroecologia e da educação ambiental crítica, a fim de fortalecer a organização socioeconômica e propiciar a leitura coletiva do território a partir do compartilhamento, entre os envolvidos, das dinâmicas sociais, dos conflitos, das ameaças e das potencialidades comunitárias.

Durante o curso sobre a Plataforma de Territórios Tradicionais, o roteiro foi apresentado e debatido. Em seguida, os cursistas foram divididos em grupos, cada um com uma liderança comunitária, e foram convidados a simular o cadastro de seus territórios na PTT a partir de uma das atividades propostas no roteiro.

A título de ilustração, apresentam-se algumas dessas atividades:

- **Círculo de cultura** – referente à pergunta sobre a “descrição da autoidentificação”. O objetivo de aprendizagem é favorecer a reflexão sobre o reconhecimento mútuo dos participantes a respeito de sua identidade, suas tradições, sua memória, seus valores e suas crenças. O círculo de cultura busca suscitar reflexão coletiva a partir da pergunta geradora: “Quem somos nós e o que nos diferencia da sociedade dominante?”
- **Etnomapeamento ou mapeamento participativo** – referente à pergunta sobre as princi-

pais atividades desenvolvidas no território. O objetivo de aprendizagem é promover a construção de conhecimento crítico sobre a caracterização dos usos e dos múltiplos vínculos com o território. Para representar os usos, os participantes devem desenhar no mapa os locais em que realizam suas atividades produtivas, culturais e espirituais, por exemplo: locais de pesca; áreas de produção agrícola, de criação de animais, de extrativismo; e lugares sagrados.

- **Calendário radial** – referente à pergunta sobre as atividades artísticas e culturais que ocorrem no território e sobre a produção de produtos diferenciados pela comunidade. O objetivo de aprendizagem é facilitar a apropriação do grupo sobre seus modos de ser, fazer e viver no que diz respeito às atividades culturais e aos produtos obtidos. Para tanto, deve-se confeccionar um calendário radial com informações sobre as atividades culturais, espirituais e artísticas que ocorrem sazonalmente, por exemplo: colheita, extrativismo, celebrações e rituais específicos da comunidade.
- **Rio da Vida** – referente à pergunta sobre a história do território e sobre como as comunidades se organizam. O objetivo de aprendizagem é propiciar a elaboração coletiva sobre a história da comunidade, o debate sobre os acontecimentos e a apro-



priação dos mais jovens a respeito de suas raízes. Para tanto, deve-se desenhar um rio representando as épocas boas e ruins com elementos do próprio curso d'água, por exemplo: quando houve algum conflito intenso, inserir pedras no rio ou afunilá-lo; nas épocas de conquistas, desenhar peixes e aumentar a calha do rio.

Os resultados das atividades em grupo foram apresentados em plenária. Os cursistas foram orientados a utilizar as atividades do roteiro para apoiar o cadastro dos territórios aos quais estão vinculados.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

Observa-se que as atividades propostas no roteiro promoveram, nos grupos participantes, reflexão e sensibilização coletiva sobre a história, a identidade e as perspectivas presentes e futuras das comunidades às quais as lideranças participantes pertenciam, evidenciando que o instrumento – além de propiciar o preenchimento técnico das informações exigidas no cadastro da PTT de forma coletiva – demonstra seu potencial formativo e político-pedagógico.

A partir dessa primeira aplicação, algumas lições foram aprendidas: o nível de organização comunitária ditará o tempo de duração de cada

atividade do roteiro, além de orientar se todas as atividades propostas deverão ser aplicadas ou se já há boa compreensão coletiva sobre o tema sugerido, tornando-a desnecessária.

Ademais, a partir do curso sobre a plataforma, foi criada uma rede de multiplicadores composta por servidores e representantes comunitários participantes, que, em conjunto com os membros do grupo de trabalho de implementação do Acordo de Cooperação Técnica, apoiarão, por meio de eventos regionais, o cadastro na PTT de comunidades no interior e no entorno das UCs, dando visibilidade aos seus territórios e contribuindo para a garantia de direitos fundamentais mediante a efetivação de políticas públicas relacionadas à manutenção e à proteção de seus modos de ser, fazer e existir.

Espera-se, com a realização de tais eventos, aplicar e aprimorar o roteiro “Conectando territórios, práticas de manejo e identidades”, desenvolvido no V Ciclo GSA, tornando-o progressivamente mais útil ao ICMBio e aos parceiros e melhor adaptado às realidades locais dos territórios a serem cadastrados na plataforma, colaborando para a visibilidade dos territórios, o reconhecimento das práticas tradicionais de conservação ambiental, o fortalecimento de organizações comunitárias e a formação de novas lideranças. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016.** Institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm. Acesso em: 2 abr. 2026.

TERRA DE DIREITOS. **No atual ritmo, Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra.** Curitiba: Terra de Direitos, 2023. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-2188-anos-para-titular-todos-os-territorios-quilombolas-com-processos-no-incra/23841>. Acesso em: 2 abr. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indigenas>. Acesso em: 2 abr. 2026.





Foto: Mariana Alves Onça de Souza.

15

Diálogo de Saberes na Educação Corporativa *mediado pela Educação Ambiental*

Autoras:

Mariana Alves Onça de Souza – Analista Ambiental, NGI Iguape, Time Volante da DEAPE/ACADEBio;
Alessandra Fontana – Analista Ambiental, ACADEBio, Time Volante da CGSAM.



Unidade organizacional:

**Centro de Formação
em Conservação da
Biodiversidade - ACADEBIO**

Período de realização:

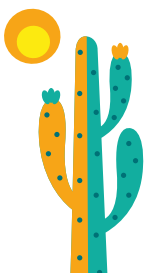
2025 e 2026

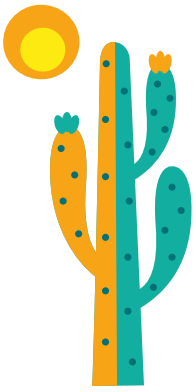
Sujeitos priorizados na prática:

**Caiçaras do litoral sul de São
Paulo, integrantes do Fórum
de Povos e Comunidades
Tradicionais do Vale do Ribeira**

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Conselho de UC
- Educação Corporativa





INTRODUÇÃO

Esta prática visa elaborar propostas junto ao Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCTVR) para a inclusão da temática socioambiental nos processos de formação de agentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), por meio: da constituição de Grupo de Trabalho (GT) para elaboração de propostas educativas; da mobilização e do compartilhamento de saberes na elaboração de diretrizes, temas e metodologias para a formação dos agentes públicos, e da formação de rede de colaboradores comunitários para avaliação e aprimoramento das propostas com participação destes nas formações. A ação com as comunidades objetiva o reconhecimento do seu papel social no controle das ações de formação dos agentes e a qualificação da atuação dos agentes do SISNAMA nos territórios sobrepostos por unidades de conservação para que observem os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e compreendam suas práticas tradicionais, contribuindo para a redução de conflitos. A proposta foi apresentada ao FPCTVR, mas não executada em razão das agendas relacionadas à COP-30.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A prática relaciona-se à necessidade de abrir espaço para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) como protagonistas nos processos de planejamento e execução de ações de desenvolvimento voltadas à formação de agentes do SISNAMA, em um processo de educação ambiental crítica e transformadora, em confluência com a educação corporativa.

Essa proposta tem origem em 2023, quando se discutia no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a estruturação de uma edição do Curso de Formação de Instrutores de Fiscalização. Ao mesmo tempo, no Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Iguape durante



o I Intercâmbio de Experiências Comunitárias do Projeto Integra Pesca Artesanal Sul: comunidades costeiras e Unidades de Conservação, promovido pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), participavam lideranças de movimentos sociais e associações ligadas ao FPCTVR. Nessa ocasião, o primeiro encaminhamento apresentado à plenária foi: “Promover e ampliar formação em gestão socioambiental para servidores e gestores de todas as [Unidades de Conservação] UC (federais, estaduais), como matéria obrigatória na preparação, incluindo agentes comunitários e vivências nos territórios no processo educativo” (CNPT, 2023, p. 7-8).

Relatos de comunitários foram tratados como infratores por realizarem atividades cotidianas em seu território, vieram ao encontro de uma das preocupações centrais no processo de formação dos novos instrutores de fiscalização: a necessidade de abordar as questões relativas aos direitos dos PCT e suas implicações na aplicação dos protocolos de planejamento das ações e de abordagem em campo.

Compreendeu-se, então, como a formação de agentes pode perpetuar ou transformar visões de mundo que se refletem em suas ações na gestão das UCs e como a participação direta dos PCT pode provocar reflexões

e criar estratégias de ação educativa que envolvam as comunidades em seus territórios. Dessa forma, abre-se a oportunidade de elaborar um processo educativo para aprimorar a formação dos agentes do SISNAMA, nos temas e formas de fazer que os PCT considerem mais relevantes e que levem em conta a realidade das instituições.

METODOLOGIA

A proposta do Fórum de “promover e ampliar formação em gestão socioambiental para servidores e gestores de todas as UC (federais, estaduais), como matéria obrigatória na preparação, incluindo agentes comunitários e vivências nos territórios no processo educativo” se articula com a educação ambiental crítica adotada pelo ICMBio, expressa por meio da IN ICMBio 19/2018, que estabelece como objetivos:

Promover o diálogo e a reflexão sobre o planejamento, a articulação e a implementação de processos educativos necessários à conservação da biodiversidade, gestão da unidade de conservação e qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos na gestão ambiental e Promover a Educação Ambiental na gestão ambiental pública, por meio de processos educativos críticos e participativos que



promovam a capacitação, comunicação e mobilização social para uma atuação pró-ativa e qualificada da sociedade nos diferentes espaços de participação cidadã (D.O.U, 2018, ed. 239, seção 1, p. 96).

Tal proposta revela a transcendência – no sentido freiriano de atuar como um sujeito crítico, livre e transformador da realidade – de trazer seu ponto de vista dos PCT, sem intermediações, na formação dos agentes. Também possibilita um trabalho educativo nas próprias comunidades, de reflexão sobre o modo de agir do Estado sobre seus territórios e de elaboração de propostas educativas aos agentes do SISNAMA para uma atuação compatível com a legislação e respeitosa de seu modo de vida.

A análise de dois cursos oferecidos pela educação corporativa do ICMBio – EaD de Formação de Fiscais e EaD de Introdução ao Licenciamento Ambiental – com intuito de verificar lacunas, constatou que, em ambos, não há referência às normas legais de garantias de direitos dos PCT, corroborando a percepção de falha formativa apontada no intercâmbio. Foi elaborada, então, proposta de oficina, a ser debatida com o FPCTVR-SP, com os seguintes procedimentos metodológicos:

1. definição, junto aos sujeitos prioritários da ação educativa, dos meios para sua realização e do calendário;

2. apresentações sobre temas relacionados à formação dos agentes do SISNAMA;
3. roda de conversa sobre os temas apresentados;
4. coleta e estruturação de ideias sobre as possibilidades de incorporação, na educação corporativa do ICMBio, da temática dos direitos dos PCTs aos territórios onde se localizam as UCs;
5. cronograma de oficinas em função dos temas e das metodologias levantadas anteriormente;
6. avaliação da eficácia a ser verificada pela realização da oficina e pela entrega de seus produtos, como o calendário de atividades e as propostas educativas para os espaços de gestão participativa das UCs.

Dessa forma, o trabalho prevê duas etapas: a formação de GT junto aos FPCTVR para construção da oficina inicial e as oficinas de produção das propostas educativas.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

A mobilização para a primeira etapa ocorreu via contato pessoal e correio eletrônico com representantes do FPCTVR já engajados na proposta, os quais incluíram a criação do GT na agenda do



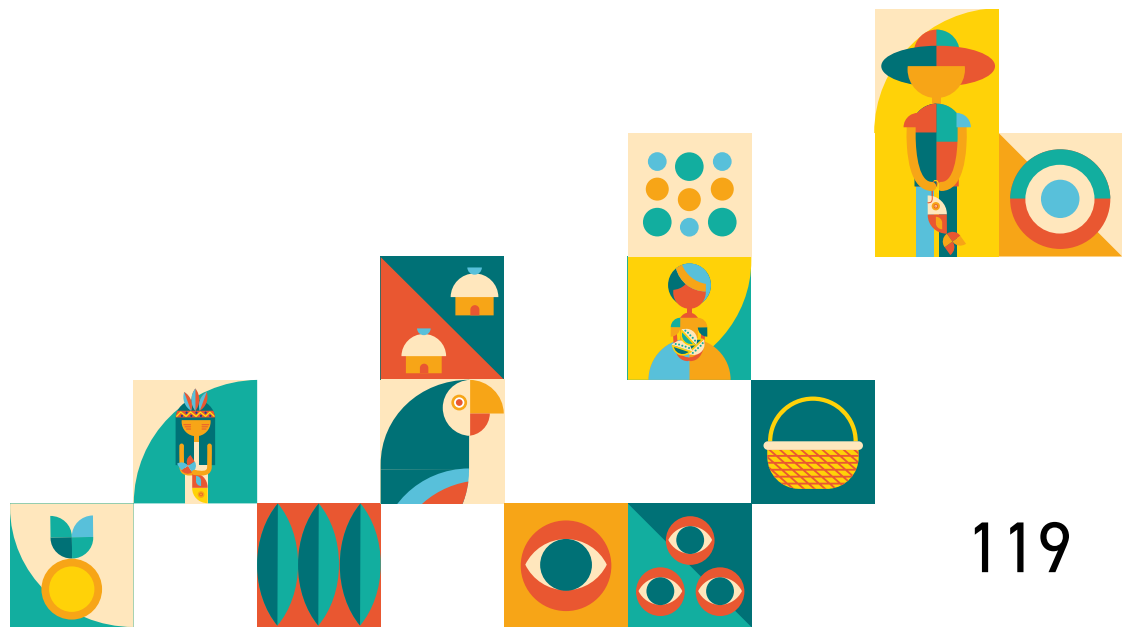
Fórum. O debate, porém, foi adiado em virtude da COP-30. Espera-se dar seguimento, em 2026, ao processo de compartilhamento de saberes entre os comunitários e os demais envolvidos, visando ao amadurecimento da formação em Gestão Social e Ambiental (GSA) para os agentes do SISNAMA. Almeja-se a concretização de propostas estruturadas de ensino-aprendizagem, passíveis de aplicação na formação desses agentes e de replicação em outras localidades, observadas as especificidades de cada realidade.

Com os processos de ensino-aprendizagem estruturados, pretende-se avançar no diálogo com as instituições para sua implementação via conselhos da UCs. As estratégias para que os produtos do trabalho do GT sejam incorporados às formações oficiais envolvem articulações a serem debatidas no próprio Grupo de Trabalho do FPCTVR-SP. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais. **Relatório final do I Intercâmbio de Experiências Comunitárias do Projeto Integra Pesca Artesanal Sul:** comunidades costeiras e Unidades de Conservação. Brasília, DF: ICMBio, 2023. Documento SEI nº 18001689. Processo nº 02177.000067/2019-76.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução Normativa n. 19, de 10 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o conceito, princípios, diretrizes e procedimentos para elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos mediados pela Educação Ambiental – PPPEA. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 239, 10 dez. 2018.





16

Crie, Compartilhe e Curta!

Educomunicação, identidade territorial e participação juvenil no Parque Nacional do Itatiaia e na APA da Serra da Mantiqueira

Autora:

Soraya Fernandes Martins – Analista Ambiental, PARNA do Itatiaia.



Unidade organizacional:

**Parque Nacional
do Itatiaia**

Período de realização:

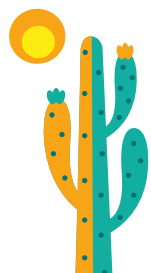
**Maio a agosto
de 2025**

Sujeitos priorizados na prática:

Jovens de 14 a 24 anos das comunidades rurais de Itamonte-MG, no PNI e na APA da Serra da Mantiqueira (Serra Negra, Campo Redondo, Fragária, Matão, Vargem Grande e Capivara)

Instrumento/processo da Gestão envolvido na prática:

Educação Ambiental





Ao longo do tempo, e principalmente na última década, essas comunidades têm vivenciado intensas transformações socioespaciais relacionadas à expansão do turismo, à especulação imobiliária e às dinâmicas digitais contemporâneas. Tais processos impactam modos de vida tradicionais, especialmente entre a juventude, produzindo tensões entre permanência, memória e pertencimento territorial. Paralelamente, a expansão do turismo sem planejamento adequado gera impactos ambientais, sobrecarga de infraestrutura e desigualdade na distribuição dos benefícios econômicos, aprofundando vulnerabilidades sociais e tensionando a relação entre conservação ambiental, desenvolvimento local e modos de vida tradicionais.

Os desafios contemporâneos decorrentes da intensificação da vida digital, da circulação acelerada de informações descontextualizadas e da progressiva fragilização dos vínculos comunitários contribuem para o enfraquecimento das raízes culturais que sustentam as relações sociais locais e o sentimento de pertencimento ao território. Nesse cenário, o projeto buscou atuar sobre a potencialidade da juventude como mediadora de novos sentidos de pertencimento e conservação. Os jovens foram priorizados por sua inserção simultânea na cultura local e nas dinâmicas digitais, tornando-se atores estratégicos para fortale-

cer a gestão participativa e a valorização da sociobiodiversidade. A iniciativa dialoga diretamente com os instrumentos de educação ambiental ao promover experiências de reconexão com o território e ampliar o reconhecimento do PNI como patrimônio coletivo.

METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se nos princípios da educomunicação e da pedagogia freiriana, e foi estruturada em processos participativos, dialógicos e vivenciais. Após a definição do território de abrangência e do recorte etário (14 a 24 anos), foram realizadas divulgações nas redes sociais do PNI e mobilização *in loco* nas comunidades, com inscrições por meio de formulário *online*. As ações, que ocorreram entre maio e agosto de 2025, iniciaram-se com um passeio de mobilização no Planalto do Itatiaia. Com duração de um dia, a iniciativa visou ao fortalecimento do vínculo entre os jovens e a unidade de conservação, empregando a passarinhada, o montanhismo e a escalada como ferramentas de conexão e mobilização.

Na sequência, foram realizadas cinco oficinas temáticas – fotografia, podcast, produção audiovisual, edição de vídeo e jornalismo – pautadas por metodologias ativas, dinâmicas colaborativas e ferramentas digitais acessíveis.



Cada oficina teve a duração de um dia inteiro, sempre aos domingos. Além de transporte e alimentação para todos os participantes, assegurou-se a contratação de especialistas nos conteúdos técnicos e o acesso a equipamentos profissionais para uma experiência completa. Entretanto, priorizaram-se técnicas voltadas ao uso de telefones celulares e *softwares* gratuitos.

Com base em temas de seu próprio interesse, os jovens produziram conteúdos autorais relacionados à memória local, às trilhas do PNI, ao trabalho de brigadistas e às narrativas comunitárias. Uma oficina de ecopsicologia, com duração de um dia e apoiada por profissionais da área, foi integrada ao passeio na parte baixa do parque, a atividade promoveu vivências de reconexão com a natureza e fortalecimento do engajamento afetivo.

O projeto foi realizado em parceria com a Associação de Moradores da Serra Negra, parcialmente inserida no Parque Nacional do Itatiaia. As oficinas propiciaram experiências de roteirização, direção, captura de imagens e áudios, além de introdução à edição. Os temas socioambientais foram a base para o pensamento crítico, a conexão de ideias, a valorização da memória e a produção de conhecimento. O projeto incluiu ainda a introdução de conceitos de ética jornalística, apuração e responsabilidade social.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

Ao todo, 37 jovens participaram de ao menos uma das atividades, por meio das quais desenvolveram competências técnicas, refletiram criticamente sobre questões socioambientais e fortaleceram o sentimento de pertencimento ao território. As experiências de produção de conteúdos audiovisuais e jornalísticos ampliaram perspectivas profissionais e despertaram o interesse por novas possibilidades formativas. Como desdobramento do processo, um grupo de jovens com maior engajamento encontra-se em processo de criação de uma agência de comunicação jovem, configurando um dos principais legados do projeto.

A Fundação SOS Mata Atlântica, financiadora do projeto, doou equipamentos para que a Associação da Serra Negra implante um estúdio multimídia no qual os jovens terão acesso aos equipamentos necessários para dar continuidade aos seus projetos de comunicação. Além do fortalecimento de vínculos comunitários, observou-se maior aproximação entre os jovens e a gestão do PNI, que demanda mais oportunidades de “curtir” o parque.

Como perspectiva de continuidade, prevê-se, além da implantação do estúdio multimídia comunitário na Serra Negra, a ampliação da participação de novos jovens. Essas ações vi-



sam consolidar a educomunicação como estratégia permanente e ferramenta pedagógica de educação ambiental no território. Considerando o caráter recente da experiência, ainda é cedo para avaliar outros desdobramentos e impactos. A reflexão que se segue, no entanto, espelha o aprendizado da gestão do projeto.

A literatura aponta que a dificuldade contemporânea de engajar jovens em causas ambientais não decorre de desinteresse, mas de abordagens educativas e políticas que frequentemente se mostram abstratas, normativas e distantes da experiência cotidiana. A ênfase em discursos alarmistas sobre a crise climática pode gerar sentimentos de ansiedade, impotência e desesperança, produzindo efeitos paralisantes sobre o engajamento juvenil. Além disso, há um descompasso entre a elevada preocupação ambiental declarada por jovens e sua baixa participação em ações concretas, evidenciando limites de modelos educativos centrados apenas na transmissão de informações. O afastamento também está relacionado à percepção de que a agenda ambiental é tecnocrática e pouco conectada às realidades locais. Por isso, processos participativos meramente simbólicos, nos quais jovens não exercem efetivo poder de decisão, tendem a reforçar a apatia, indicando a necessidade de práticas que promovam autogestão, pertencimento e protagonismo real.

O projeto Crie, Compartilhe e Curta! buscou dialogar criticamente com esses desafios, reconhecendo que o engajamento juvenil não é linear nem estável, mas marcado por dinâmicas fluídas que variaram ao longo das diferentes etapas do processo formativo. A experiência evidenciou que tais desafios persistem e que a continuidade e a consolidação da iniciativa dependem do compromisso com o protagonismo juvenil efetivo – para além de participações pontuais ou simbólicas –, bem como do fortalecimento dos vínculos territoriais e da valorização dos saberes locais como elementos centrais na construção de processos socioeducativos sustentáveis. ■





Foto: Kaique Merichelli.

17

Monitoramento Participativo da Pesca Artesanal Caiçara na ESEC Tamoios

Autores:

Sylvia de Souza Chada – Analista Ambiental, NGI Paraty; **Eduardo Godoy Aires de Souza** – Analista Ambiental, NGI Paraty; **Anna Cecília Cortines** – Consultora, IGARA; **Jéssica Silva Machado** – Agente Temporária Ambiental, NGI Paraty; **Victoria Maria Rossetti Pereira** – Agente Temporária Ambiental, NGI Paraty.



Unidade organizacional:

**Estação Ecológica
Tamoios**

Período de realização:

2024 e 2025

Sujeitos priorizados na prática:

**Pescadores artesanais
caiçaras**

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Termo de Compromisso
- Monitoramento da Biodiversidade





INTRODUÇÃO

A proposta de construir e implementar o monitoramento participativo da pesca artesanal praticada pelos caiçaras, cujo maretório¹ possui sobreposição com áreas da Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios, em Angra dos Reis e Paraty, vai ao encontro do atendimento das obrigações previstas nos termos de compromisso vigentes.

Foi elaborado um protocolo para o monitoramento participativo da pesca artesanal, a partir de objetivos e indicadores sistematizados por Dias (2015), que integra as obrigações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nos acordos firmados. O protocolo foi atualizado e pactuado com os pescadores em quatro oficinas ao longo dos anos de 2024 e 2025. As artes de pesca foram descritas na série “O Mar é Tudo”, que contempla oito vídeos curtos e uma cartilha impressa e distribuída para os pescadores. Em 2025, o protocolo foi posto em prática e ajustado, inicialmente com o apoio de um monitor da comunidade e, a partir de julho, executado diretamente pelos pescadores. Realizam-se reuniões mensais para a apresentação das informações coletadas e a discussão das demandas trazidas pelo grupo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ESEC de Tamoios situa-se na baía da Ilha Grande, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, sendo formada por blocos de ilhas e mar. Foi criada em 1990 e tem uma relação umbilical com as usinas nucleares de Angra dos Reis². A percepção da existência da ESEC de Tamoios pela sociedade consolidou-se a partir de meados da década de 2000, quando a equipe técnica da Unidade de Conservação (UC) foi ampliada e recursos foram investidos para a sua implementação, a exemplo

1 Território tradicional de pesca artesanal.

2 O Decreto nº 84.973/1980 estabeleceu a necessidade de co-localização de estações ecológicas e usinas nucleares.



da elaboração do Plano de Manejo e da compra de uma lancha. Com isso, iniciaram-se as atividades de monitoramento e fiscalização, resultando em notificações e multas a pescadores artesanais que, até então, desconheciam a existência da Unidade de Conservação, a qual possui áreas sobrepostas aos principais pesqueiros das comunidades caiçaras da região (Chada, 2015; Barros, 2020).

Nesse mesmo período, entrou em funcionamento o Conselho Gestor da UC, o qual propiciou a externalização do conflito entre a ESEC de Tamoios e os pescadores artesanais, que viram seus maretórios serem apropriados como áreas de exclusão de pesca. Dentre as comunidades mais impactadas com a criação da UC, destaca-se a vila caiçara de Tarituba, em Paraty, a primeira a se mobilizar para reconquistar o direito tradicional à pesca artesanal nessas áreas. Isso resultou no primeiro Termo de Compromisso (TC) entre a ESEC de Tamoios e os pescadores artesanais, assinado em 2017. Em 2024, celebrou-se o segundo Termo de Compromisso com três pescadores artesanais da Praia Vermelha, em Angra dos Reis. Ainda em 2024, os pescadores artesanais de Tarituba assinaram novo TC, incorporando demandas apresentadas por eles, como a inclusão do direito de pescar com bote a motor e a ampliação da rede de emalhe, que passou de seis para dez panagens.

O protocolo de monitoramento, inicialmente sistematizado por Dias (2015), foi revisto, atualizado e validado pelos pescadores entre os anos de 2024 e 2025. Após testes realizados nos primeiros meses de 2025 e ajustes, a partir de julho do mesmo ano, ele foi utilizado pelos pescadores em esquema de automonitoramento.

METODOLOGIA

Entre os deveres instituídos nos Termos de Compromisso, destaca-se a necessidade de estabelecer processos de monitoramento participativo que permitam avaliar se o instrumento de gestão cumpre seu objetivo de compatibilizar direitos: a conservação da UC e a proteção dos direitos fundamentais das comunidades tradicionais e de seus modos de criar, fazer e viver. Este dever está materializado na cláusula que estabelece as obrigações do ICMBio: "coordenar o processo de monitoramento participativo da pesca, junto com os pescadores compromissados e instituições parceiras, em pesquisa norteada pelos seguintes objetivos: comprovar a importância das áreas da ESEC de Tamoios para a pesca artesanal tradicional; contribuir para que a pesca artesanal perdure, valorizando a cultura caiçara; diminuir os conflitos entre pescadores e agentes de fiscalização ambiental e



contribuir com a valorização, o fortalecimento e a união dos pescadores artesanais”.

Para a revisão e validação do protocolo de monitoramento, foi contratada uma consultoria para apoiar o ICMBio, utilizando recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta. Realizaram-se quatro oficinas entre o final de 2024 e o início de 2025. A metodologia envolveu a visualização das informações em *flipchart* (quadro de cavalete) e o uso de perguntas orientadoras para motivar a reflexão e o debate entre os participantes, promovendo um ambiente de construção coletiva de ideias. Nas duas primeiras oficinas, foram revistos os objetivos e seus indicadores, com base na sistematização inicial de Dias (2015), e discutida a planilha destinada ao registro das informações da pesca capturada em áreas da ESEC de Tamoios. Nesse mesmo período, foi selecionado um monitor comunitário, a partir de critérios estabelecidos pelo grupo. Com o protocolo ajustado, o monitoramento teve início em janeiro de 2025, contando com o apoio do monitor comunitário, que registrava as informações em um formulário Google criado pela consultoria em diálogo com o ICMBio. Esse formulário foi testado, e a validação final do protocolo e do instrumento de registro ocorreu na terceira oficina, realizada em fevereiro de 2025. Um ajuste importante foi incluir no monitoramento não apenas a pescaria realizada nas áreas da ESEC de Tamoios, mas também o que é pescado fora de seus limites. Os primeiros resultados do

monitoramento foram apresentados na quarta oficina (Cortines *et al.*, 2025).

A partir de julho de 2025, não foi possível manter o monitor comunitário, e novos ajustes foram necessários. O protocolo de monitoramento foi simplificado e os pescadores, com apoio da equipe do ICMBio, começaram a fazer o automonиторamento do desembarque pesqueiro. O formulário Google foi abandonado e criado um grupo de *Whatsapp*, por meio do qual, a cada pescaria, os pescadores informam a produção de pescado, a arte de pesca e o pesqueiro. Quando a pesca é realizada fora da área da ESEC de Tamoios, não é necessário informar o pesqueiro. Alguns pescadores preferem não registrar informações no grupo e as repassam diretamente à estagiária responsável por consolidar as informações a cada mês. Tais informações são apresentadas nas reuniões mensais realizadas com todo o grupo.

RESULTADOS ALCANÇADOS e perspectiva de continuidade

O principal resultado, considerando os quatro objetivos definidos nos TCs, foi o fortalecimento da união entre os pescadores, devido à maior interação ocorrida nas reuniões mensais. Houve uma redução na tensão entre pescadores e agentes ambientais, uma vez que a existência de um espaço de diálogo com o



ICMBio permite a mediação e os esclarecimentos necessários quando surgem conflitos com a fiscalização. Em relação à pesca dentro da ESEC de Tamoios, em uma análise preliminar de seis meses de automonitoramento, a corvina, o cambira e o peroá foram as espécies mais pescadas. As artes de pesca mais utilizadas são a rede de espera, a rede de cerco e a linha de mão. A pesca dentro da ESEC de Tamoios representou 27,2% do total da produção pesqueira do grupo. A arte de pesca mais importante fora da Unidade de Conservação é o arrasto de camarão, responsável por mais de 50% da produção. Em 2026, o ICMBio Paraty pretende inserir a ESEC de Tamoios no Programa Monitora, alvo pesca, para dar continuidade ao trabalho. ■

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. R. **Pesca artesanal, saber local e mediação de conflitos na Estação Ecológica de Tamoios, Paraty, Brasil**. 2020. 244 f. Trabalho de conclusão (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Escola Nacional de Botânica Tropical, Rio de Janeiro, 2020.
- CHADA, S. de S. Termo de compromisso entre pescadores de Tarituba e Estação Ecológica de Tamoios: relato de percurso. *In*: Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social, 7., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: [s. n.], 2015. p. 777-785.
- CORTINES, A. C.; SANTIAGO, A. M.; AVELAR, J. C. **Relatório das três oficinas de construção do Protocolo de Monitoramento Participativo e Relato de outras reuniões ocorridas no período**. Paraty, RJ: Igara Consultoria, 2025.
- DIAS, A. C. E. **Monitoramento participativo da pesca na comunidade de Tarituba, Paraty-RJ: conciliando conservação e pesca artesanal**. 2015. 188 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Biologia, Campinas, SP, 2015.



Foto: Artem Marques.

18

Compatibilização de direitos no Parque Nacional das Sempre-vivas: *estudo de caso na comunidade de Lavras*

Autores:

Tathiana Chaves de Souza – Analista Ambiental, Chefe da Unidade de Conservação, PARNA Sempre Vivas; **Alessandra Fontana** – Analista Ambiental, ACADEBio, Time Volante da CGSAM; **Allyne Mayumi Rodolfo** – Servidora da FUNAI cedida ao ICMBio, CT Lagoa Santa, Indigenista Especializada; **Frederico Drumond Martins** – Coordenador da CT Lagoa Santa, GR-4; **João Augusto Madeira** – Analista Ambiental, COGCOT/CGSAM/DISAT.



Unidade organizacional:

**Parque Nacional
das Sempre-Vivas**

Período de realização:

**Abril de 2024 a
agosto de 2025**

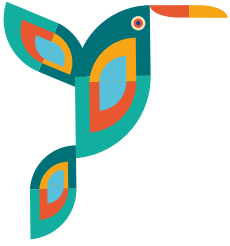
Sujeitos priorizados na prática:

**Comunidade de Lavras,
Buenópolis/MG**

Instrumentos/processos da
Gestão envolvidos na prática:

- Educação Ambiental
- Termo de Compromisso





INTRODUÇÃO

Esta prática teve como objetivo subsidiar a elaboração do Termo de Compromisso (TC) entre o Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV) e os apanhadores de flores sempre-vivas da comunidade de Lavras, em Buenópolis (MG), por meio do reconhecimento do território tradicional, dos modos de vida e dos usos dos recursos naturais. Os objetivos específicos incluíram: (i) operacionalizar o Grupo de Trabalho (GT); (ii) realizar consulta livre, prévia e informada; (iii) elaborar diagnóstico socioambiental participativo; e (iv) construir coletivamente a minuta do TC.

A prática buscou contribuir para a aproximação do órgão gestor com as comunidades locais, com vistas a uma construção de ganho mútuo que promova o bem viver das famílias e uma governança colaborativa para que o PNSV proteja seus recursos e valores, cumpra suas estratégias de conservação e se consolide como importante política pública com compromissos transgeracionais. As principais ações foram: seminário, consulta, oficinas e expedição de reconhecimento territorial.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O PNSV foi criado em 2002, abrangendo 124.154,47 hectares na Serra do Espinhaço (MG) e protegendo mais de 600 nascentes. A área sobrepõe-se a territórios tradicionais de apanhadores de flores sempre-vivas, comunidades que há gerações praticam a coleta dessas inflorescências nos campos rupestres do Cerrado, combinando agricultura tradicional, criação de gado rústico e uso sustentável da biodiversidade.

Historicamente, a forma como se deu o processo de criação do PNSV, somada a entendimentos institucionais então vigentes que não previam a coexistência de populações humanas em unidades de conservação (UC) de proteção integral, culminou em uma gestão marcada por ações de comando e controle e insegurança territo-





rial, gerando resistência do movimento social ao reconhecimento da categoria Parque Nacional (PARNA) e, conseqüentemente, das ações de gestão voltadas à sua implementação.

A escolha deste conflito justifica-se pela urgência de reconhecer esses Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) como parte inerente à diversidade biocultural da UC, conforme o novo paradigma institucional (Parecer nº 175/2021/CPAR/PFE-ICMBio/PGF/AGU). Nessa perspectiva, os apanhadores de flores foram priorizados por serem detentores de conhecimentos tradicionais sofisticados, reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) em 2020 como Sistema do Patrimônio Agrícola Mundial.

A comunidade de Lavras foi escolhida como experiência piloto para elaboração do Termo de Compromisso, instrumento de gestão que visa garantir segurança jurídica às famílias e regulamentar o acesso e o uso sustentável dos recursos naturais, substituindo a lógica de transitoriedade pela permanência dessas populações em regime de dupla proteção territorial.

METODOLOGIA

A metodologia adotou abordagem participativa e emancipatória, acompanhada por representante do Ministério Público Federal e organizada cronologicamente em etapas:

- 1. Composição do Grupo de Trabalho (abril/2024):** reunião em Diamantina para definir as representações do órgão gestor, do conselho consultivo, das comunidades locais, do movimento social e das assessorias técnicas e jurídicas, com elaboração do Plano de Trabalho inicial.
- 2. Seminário (julho/2024):** apresentação de estudos sobre o modo de vida dos apanhadores, promovendo nivelamento conceitual entre os participantes.
- 3. Consulta livre, prévia e informada (agosto/2024):** realizada em Campo Alegre conforme protocolo comunitário, resultando na anuência de Lavras para dar início ao processo.
- 4. Atualização do planejamento (maio/2025):** após renovação da Portaria nº 1.439, de 15/04/2025, que instituiu o Grupo de Trabalho, este revisou o Plano de Trabalho e definiu a metodologia do diagnóstico participativo.
- 5. Diagnóstico socioambiental (agosto/2025):** oficina de quatro dias com aplicação de entrevistas semiestruturadas às famílias; mapeamento participativo; e expedição de campo para reconhecimento territorial, com uso de GPS, imagens de satélite e de cavalos e burros para acesso aos campos de coleta.



As ferramentas utilizadas compreenderam o mapeamento social, as entrevistas, as oficinas com metodologias participativas e as expedições etnográficas. A mobilização inicial ocorreu por meio da Comissão em Defesa dos Direitos dos Apanhadores de Flores Sempre-Vivas (Codecex), respeitando o protocolo comunitário, e posteriormente pelo presidente da Associação de Moradores. Durante o processo, identificou-se a necessidade de aprimorar as estratégias, pois cerca de metade das famílias não compareceu à oficina de diagnóstico.

Como ação educativa, planeja-se a produção de um vídeo explicativo sobre a importância dos Termos de Compromisso. Além disso, realizou-se uma reunião dialogada sobre temas estratégicos de gestão da UC, promovendo transparência institucional. O monitoramento das ações está previsto mediante a definição futura de indicadores de implementação e efetividade do Termo de Compromisso.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

Os resultados incluem: avanço no ganho de confiança mútua entre ICMBio, Codecex e comunidades; anuência de Lavras para a construção coletiva do TC; realização do diagnóstico socioambiental e do reconhecimento territorial; aproximação com a comunidade de

Macacos; e acolhimento demonstrado em Lavras e na estada no rancho comunitário.

Como perspectivas de continuidade destacam-se: consolidação do diagnóstico; elaboração e validação comunitária da minuta do TC; apreciação pelo Conselho Consultivo; aprovação e assinatura; definição de sistema de monitoramento; revisão do Plano de Manejo com incorporação de zona de sobreposição territorial com PCT em regime de dupla proteção permanente; ampliação da representatividade comunitária no Conselho; e instituição de Câmara Temática permanente de compatibilização de direitos. Esses desdobramentos consolidarão a mudança de paradigma proposta pelo Parecer nº 175/2021/CPAR/PFE-ICMBio/PGF/AGU, reconhecendo populações tradicionais como parte inerente à diversidade biocultural das UCs. ■



Foto: Maurício Vieira de Souza e Patrícia Haubert.

19

Projeto AVATI (milho em Guarani)

Autora:

Patrícia Haubert – Técnica Ambiental, Dipam-Supes-Ibama/RS.



Unidade organizacional:

Ibama/RS

Período de realização:

2025

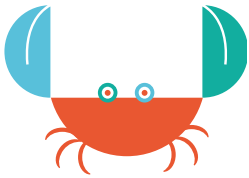
Sujeitos priorizados na prática:

Cacique e lideranças da Tekoá Jatai'ty, indígenas da aldeia envolvidos mais diretamente com as plantações/roçados dos núcleos familiares e jovens da Terra Indígena Cantagalo (RS)

Instrumento/processo da Gestão envolvido na prática:

Educação Ambiental





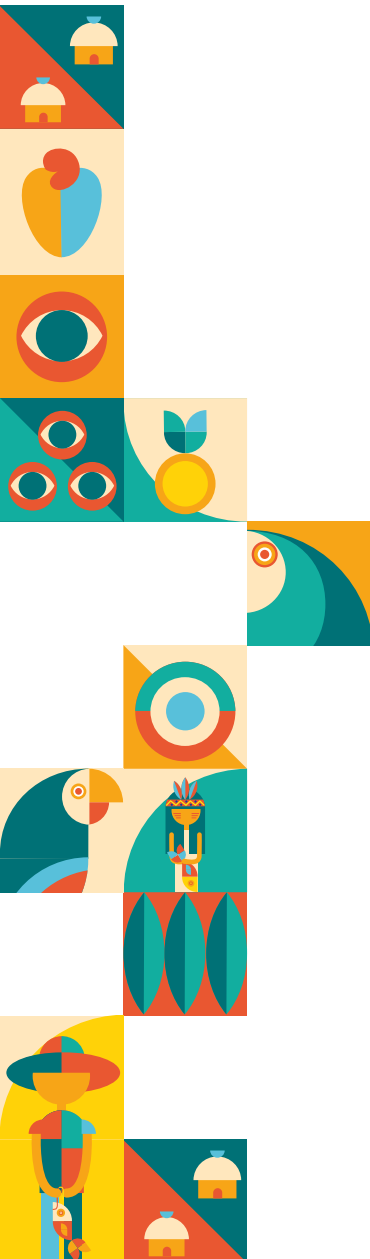
INTRODUÇÃO

Como resultado da participação no V Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Projeto AVATI (milho, em Guarani) tem como objetivo geral auxiliar no mapeamento participativo dos principais fatores socioambientais que impactam as plantações da *Tekoá Jatai'ty*, da etnia Mbya Guarani, buscando ratificar (ou não) a questão como um dos maiores problemas enfrentados pelos indígenas da aldeia.

Para isso, iniciou-se o processo de diagnóstico participativo a partir de entrevistas semiestruturadas baseadas no diálogo junto às lideranças e às famílias que possuem roçados. Buscava-se contribuir para a identificação de ações coletivas possíveis para a gestão, a resolução ou a mitigação desses problemas/conflitos na Terra Indígena (TI) Cantagalo. Optou-se, também, pela interlocução coletiva com jovens da TI mediante oficinas. Tais atividades colaboram para o diagnóstico das questões socioambientais de maior impacto negativo na comunidade, além de apresentarem a visão desses jovens quanto à subsistência e à cultura alimentar, bem como suas percepções, opiniões e propostas de encaminhamento para futuras ações.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A escolha pela *Tekoá Jatai'ty* para o projeto de intervenção de educação ambiental, baseada na concepção crítica, participativa e emancipatória no âmbito da gestão ambiental pública, justificou-se por sua localização na Terra Indígena Cantagalo (situada em Porto Alegre e Viamão). Trata-se de uma área federal, de competência ambiental do do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e próxima à Superintendência, o que permitiu a realização do trabalho ao longo do tempo. Além disso, possui características comuns a muitas áreas ocupadas pela etnia Guarani no Rio Grande do Sul (RS): pequenas extensões de terra em áreas urbanas





ou próximas a elas; territórios ancestrais retomados pelos indígenas ou espaços “cedidos” a eles, onde permanecem remanescentes de antigos cultivos ou vestígios de produções, em sua maioria ambientalmente degradadas.

Homologada em 2007, Cantagalo é uma das poucas TIs no estado gaúcho com Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), de 2017, embora não implementado. O documento já apontava, como um dos principais problemas socioambientais, a dificuldade de produção de alimentos da cultura Guarani e a busca da soberania alimentar pela comunidade.

Além do solo empobrecido pela sobreutilização, da baixa qualidade dos cultivares e do avanço das espécies exóticas, a invasão do gado de não indígenas nos roçados das famílias, prejudicando as plantações, aparece como um problema recorrente.

Dos 283 hectares da TI, apenas cerca de 40 hectares seriam destinados ao uso intensivo pelos indígenas, já que na área ainda existem “propriedades” de não indígenas que reivindicam a permanência no local ou que aguardam indenização para desocupá-lo.

Entendendo a luta pela subsistência alimentar como um dos pilares centrais para a autonomia de qualquer povo, inclusive como elemento de unidade e reprodução cultural, e tendo como base o conceito de saúde única (humana, animal

e ambiental), decidiu-se por realizar o diagnóstico participativo com as lideranças da aldeia, com os responsáveis pelos roçados e também com os jovens da comunidade – pessoas diretamente ligadas à produção dos alimentos e às decisões na *Tekoá*, assim como com aqueles que representam o futuro e a renovação da comunidade indígena –, na busca coletiva por entendimentos e possíveis soluções.

METODOLOGIA

Tendo como base o protagonismo dos sujeitos prioritários da ação, o diagnóstico participativo é realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, baseando-se principalmente no recurso tradicional da oralidade – muito valorizada pelo povo Guarani –, bem como na troca pautada pelo diálogo e pela escuta ativa, a partir de visitas aos núcleos familiares que possuem plantações.

Essas visitas dependem da aprovação do cacique ou de alguma liderança da *Tekoá*, assim como do acompanhamento de um indígena como guia, representante que agrega confiabilidade e, eventualmente, tradutor, já que alguns integrantes da comunidade falam e entendem muito pouco a língua portuguesa.

Embora a entrevista tenha como base um roteiro pré-estruturado com perguntas e tópicos relevantes, visando uma padronização mínima dos dados, sua característica principal é a



construção espontânea que se dá no momento do encontro, partindo das informações obtidas para dar novos rumos à conversa.

Além da busca ativa pelos interlocutores, a visita aos roçados permite a averiguação das condições do local e de seu entorno: estado de preservação/degradação, vegetação e relevo existentes, resquícios de uso do fogo, presença de corpos d'água, entre outros fatores pertinentes, possibilitando também o registro através de imagens.

Nem sempre as visitas resultam em entrevistas efetivas. Até o momento, foram realizadas cerca de nove visitas e seis entrevistas, mas todas proporcionaram informações relevantes que nos ajudam a ter uma visão contextualizada da situação socioambiental na *Tekoá*.

Como ação complementar, mas essencial ao mapeamento participativo, teve início a interlocução coletiva com os jovens da comunidade, a partir da primeira oficina realizada na escola da Terra Indígena. O cacique, as lideranças da aldeia e o diretor da escola mobilizaram os jovens (alunos e ex-alunos acima de dez anos) para participarem do encontro, que ocorreu durante uma manhã no prédio escolar.

Entre as atividades previstas para a oficina, foram realizadas vivências participativas sobre a importância da observação atenta, da comunicação e do trabalho em equipe; exercí-

cios de reflexão sobre a vida na aldeia – o que cada um considera bom, não tão bom e o que poderia melhorar –, os quais trouxeram, já na apresentação individual, elementos sobre os hábitos e as rotinas dos jovens, inclusive quanto à alimentação. Essas apresentações ocorreram majoritariamente por meio da fala, contudo alguns jovens também utilizaram a escrita e o desenho para representar suas explanações e apontamentos.

Diante das respostas apresentadas, inclusive na avaliação oral final da oficina, restou muito claro que os jovens, embora totalmente conectados às tecnologias atuais, permanecem intrinsecamente ligados à cultura tradicional do povo Guarani. Demonstram clareza quanto aos sentimentos que os unem e os representam no que se refere à identidade indígena, ao território e ao meio natural. Além disso, propõem ações e soluções a serem implementadas na aldeia, visando à melhoria da vida na comunidade. Tais propostas serão discutidas e desenvolvidas em conjunto nas próximas oficinas.

RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

Até o momento, foi possível iniciar a validação dos principais problemas enfrentados pela comunidade na produção de alimentos, mapeando os fatores internos e externos



que interferem, positiva ou negativamente, o plantio. Ao que tudo indica, a invasão do gado pertencente aos não indígenas demonstra ser um dos maiores problemas para as famílias, assim como a premência de revitalização do solo de práticas de manejo adequadas e agroecológicas.

A reinserção de espécies nativas utilizadas pelo povo Guarani como matéria-prima em construções e artesanato também figura como um ponto importante a ser trabalhado junto à comunidade.

A realização das entrevistas continua, assim como a articulação com as demais instituições responsáveis e parceiras, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), por meio da Coordenação Regional (CR) Sul, e a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar).

Propostas de encaminhamento começam a aparecer, mas ainda há muito a ser debatido e construído coletivamente, por meio da organização de novos encontros e oficinas temáticas com as lideranças, representantes e jovens da *Tekoá*. O objetivo é que a própria comunidade se sinta capaz de decidir, planejar, exigir e executar as ações que lhe cabem, na busca da garantia de seus direitos básicos, por uma melhor qualidade de vida. ■

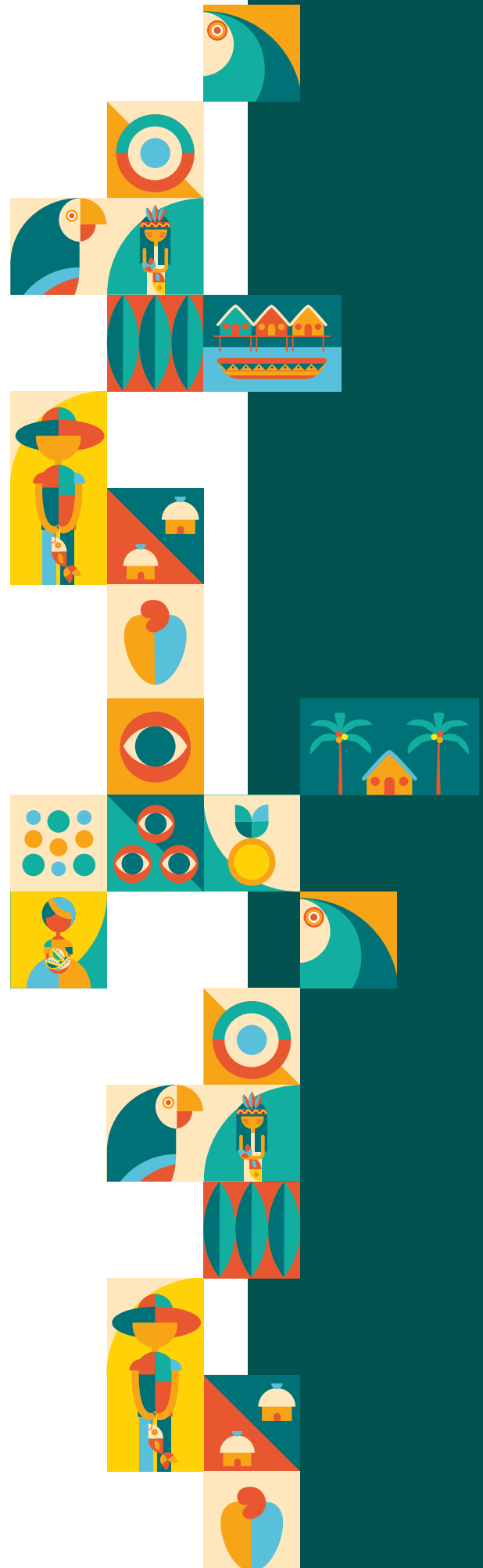




Foto: Paulo Fernando Maier Souza.

20

Revisão do TC Currais:

*compatibilização de direitos
entre a gestão do Parque Nacional
Marinho das Ilhas dos Currais e
pescadores artesanais*

Autor:

Paulo Fernando Maier Souza – Analista Ambiental, NGI Matinhos.



Unidade organizacional:

Núcleo de Gestão Integrada Matinhos

Período de realização:

2024 a 2025

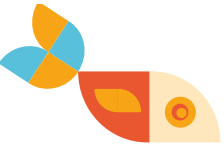
Sujeitos priorizados na prática:

Pescadores e pescadoras artesanais

Instrumentos/processos da Gestão envolvidos na prática:

- Plano de Manejo
- Educação Ambiental
- Termo de Compromisso





INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso (TC) é um instrumento legal destinado a compatibilizar a gestão de áreas protegidas com os direitos de populações tradicionais usuárias de recursos naturais no interior de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral (Brasil, 2002). A Instrução Normativa (IN) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nº 26/2012 estabelece o rito para elaboração, revisão e acompanhamento de TC em UCs federais.

O objetivo deste trabalho foi revisar o TC Currais com maior protagonismo dos pescadores artesanais, visando a manutenção do modo de vida caiçara e a conservação da biodiversidade, por meio do diálogo entre os diferentes conhecimentos sobre os recursos pesqueiros e da identificação participativa dos problemas e potencialidades da pesca no Parque Nacional (PARNA) Marinho das Ilhas dos Currais.

Acredita-se que os esforços realizados permitiram incorporar demandas dos pescadores no TC, tendo como resultado regras mais adequadas à sua realidade e maior comprometimento com o seu cumprimento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Parque, criado em 2013, gerou conflitos materiais e simbólicos (Giraldi-Costa; Murata, 2015) devido à sua sobreposição ao território de pesca tradicional de pescadores artesanais. Nessa área a pesca artesanal ocorre pelo menos desde a década de 1950, estabelecendo conflito pelo caráter restritivo da UC (Costa, 2016).

O PARNA abarca três ilhas que constituem um dos pontos mais importantes de nidificação de aves marinhas no Sul do Brasil (Centro de Estudos do Mar da UFPR *et al.*, 2017); em sua área ocorre agregação de raias e tubarões, integrando simultaneamente uma Área Importante para Aves (IBA) e uma Área Importante para Tubarões e Raias (ISRA). Também é área de ocorrência e reprodução do mero, espécie ameaçada de extinção (CR).

Para compatibilizar o cumprimento dos objetivos de criação do PARNA com a manutenção do modo de vida das populações tradicionais, foi firmado um primeiro TC em





2017, seguido pelo TC Currais em 2018, com vigência de três anos, prorrogado por mais cinco anos em 2021.

Este TC permite que pescadores que tradicionalmente utilizavam a área do PARNA capturem cavalas, tainha e salteira, de 15 de maio a 31 de agosto, com rede alta, na modalidade de cerco ativo.

O monitoramento do TC permitiu verificar que, entre 2017 e 2023, a contribuição da pesca no PARNA e em seu entorno imediato – para as espécies autorizadas para captura – variou de 23% a 37,5% dos desembarques totais dessas espécies nos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, demonstrando a importância socioeconômica e cultural da atividade. Além disso, a captura de espécies-alvo e as principais espécies da fauna acompanhante não são juvenis, estando acima do comprimento em que atingem a primeira maturidade (Centro de Estudos do Mar da UFPR *et al.*, 2017). A captura incidental de espécies ameaçadas de extinção é muito inferior àquela que ocorre com outras técnicas, como fundeio, emalhe de espera e arrasto.

Além da revisão do TC Currais, será iniciada a elaboração do Plano de Manejo do Parque, o que demanda maior reflexão conjunta entre a gestão e os pescadores e as pescadoras para definição das regras que orientarão a pesca neste território tradicional.

METODOLOGIA

O método configura-se como crítico e transformador ao prever o protagonismo de atores sociais que historicamente foram invisibilizados no processo de gestão dos recursos naturais no Brasil. Buscou-se promover o envolvimento dos pescadores e das pescadoras que tradicionalmente pescam na área do PARNA e seus representantes, propiciando espaços de diálogo para viabilizar a proposição de um acordo que garanta sua reprodução como grupo social.

Foram utilizadas técnicas de exposição dialogada, registro móvel, facilitação gráfica, intercâmbio e revisão de literatura.

A revisão do TC Currais foi realizada em duas instâncias formalizadas: o Conselho do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e a Comissão de Acompanhamento do TC Currais.

O Conselho constituiu uma Câmara Temática de Pesca para, entre outras atribuições, acompanhar o TC Currais. Em seu Plano de Ação, estabeleceu como prioridade a melhoria da comunicação da gestão do PARNA com os pescadores e a avaliação do TC Currais. A Comissão de Acompanhamento é instância prevista no TC Currais e tem como objetivo principal avaliar e propor alterações no TC, sendo formada por representantes dos pescadores de Matinhos e Pontal do Paraná, das Colônias Z-4 e Z-5, da Universidade Federal



do Paraná e do ICMBio, com o Ministério Público Federal como convidado.

Foram realizadas reuniões conjuntas da Câmara Temática de Pesca e da Comissão de Acompanhamento, visando evitar sobrecarga de trabalho e permitir o acompanhamento continuado da revisão do TC pelo Conselho.

A Comissão de Acompanhamento elaborou um planejamento para revisão do TC Currais, viabilizando a formulação de um Plano de Trabalho, conforme previsto na proposta de revisão da IN ICMBio nº 26/2012.

A proposição do novo TC foi embasada em revisão de literatura, relatórios de monitoramento, conversas informais e reuniões dialogadas com pescadores, pescadoras e representantes das instituições que atuam no setor na região de Matinhos e Pontal do Paraná.

Uma das estratégias de educação foi a realização de um intercâmbio no Parque Nacional da Lagoa do Peixe com representantes dos Termos de Compromisso do litoral Sul do Brasil, visando a aproximação entre os pescadores para troca de experiências. Também houve participação de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de um dos fundadores do Fórum da Lagoa dos Patos para discutir outras formas de gestão do território de pesca com protagonismo dos pescadores e das pescadoras artesanais.

Foram realizadas diversas atividades, com destaque para:

- a) reunião da Comissão de Acompanhamento conjunta com a Câmara Temática de Pesca, para avaliação do TC Currais e planejamento da sua revisão;
- b) realização do Curso de Gestão Participativa do projeto Diálogo UC e elaboração do Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho do Conselho PARNA Currais;
- c) elaboração de documento do ICMBio com avaliação e propostas de alteração do TC Currais;
- d) reuniões com pescadores e pescadoras na Colônia Z-4, Colônia Z-5 e no escritório do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Matinhos para propor a revisão do TC Currais;
- e) reunião da Comissão de Acompanhamento para validação das regras do novo TC Currais;
- f) apresentação da minuta do novo TC Currais ao Conselho do PARNA.

Nas reuniões de revisão do TC Currais foram listadas as regras a serem mantidas ou alteradas, reafirmando-se aquelas com acordo entre as partes e identificando as que mereciam maior discussão. Também foi atualizada a lista de pescadores e pescadoras tradicionais.



RESULTADOS ALCANÇADOS *e perspectiva de continuidade*

Diversas iniciativas para o fortalecimento da participação dos pescadores e das pescadoras artesanais na elaboração do novo TC foram desenvolvidas, com destaque para: o acordo de regras mantendo a modalidade e os petrechos, com limitação de seus compromentos; a adição da pescada-branca às espécies-alvo; o estabelecimento do período de autorização para pesca de maio a setembro; e a definição de tipificação e gradação para medidas disciplinares administrativas pelo descumprimento das regras acordadas, mantida como instância recursal a Comissão de Acompanhamento, com o acréscimo da Defensoria Pública da União como convidada.

Houve o reconhecimento da maior aproximação entre os pescadores, as pescadoras e a gestão do PARNA. Entretanto, são necessários mais esforços da gestão para a efetivação de uma relação que construa maiores entendimentos e reduza os ruídos de comunicação.

É fundamental o monitoramento continuado dos impactos da atividade na biodiversidade e no modo de vida dos pescadores para a proposição de futuros ajustes. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm. Acesso em: 1 abr 2026.

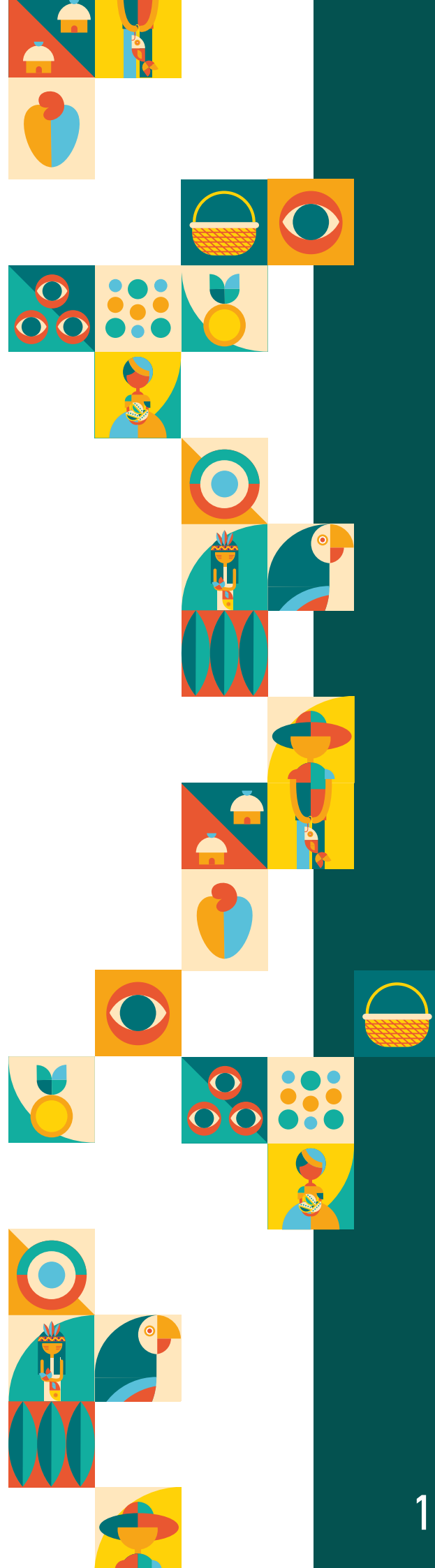
BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 26, de 4 de julho de 2012.** Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais [...]. Brasília, DF: ICMBio, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/dcom_instrucao_normativa_26_2012.pdf. Acesso em: 1 abr. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR DA UFPR *et al.* **Monitoramento participativo da pesca artesanal no Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais 2017:** relatório final. Pontal do Paraná, PR: CEM/UFPR, 2017. 72 p.

COSTA, A. C. G. **A pesquisa participante no contexto dos conflitos ambientais na comunidade de pesca de Matinhos, Paraná.** 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DO AGRONEGÓCIO (FUNDEPAG). **Estatística pesqueira do Paraná:** consulta on-line. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira do Estado do Paraná. São Paulo: FUNDEPAG, 2024.

GIRALDI-COSTA, A. C.; MURATA, A. T. Conflitos socioambientais na criação de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. **Revista Hipótese**, Itapetininga, v. 1, n. 3, p. 48-63, 2015.





Realização:



Apoio:

